



SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

RELATÓRIO DE IMIGRAÇÃO
FRONTEIRAS E ASILO
2009

RELATÓRIO DE IMIGRAÇÃO
FRONTEIRAS E ASILO
2009

Ficha Técnica

Título: Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2009

Autoria: O presente relatório de actividades foi elaborado pelo Departamento de Planeamento e Formação (Núcleo de Planeamento).

Coordenação: João Ataíde e Maria José Torres

Autores: Alexandra Ramos Bento; Luís Azambuja Martins, Pedro Dias, Rui Machado, Pedro Sousa, Carla Francisco

Junho de 2010

ISBN:

Depósito Legal n.º

Tiragem:

Editor

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
Av. do Casal de Cabanas,
Urbanização Cabanas Golf, N.º 1, Torre 3, Piso 2
2734-506 Barcarena, Oeiras

Telefone: 214 236 200 / 965 903 600

Fax: 214 236 640

E-Mail: sef@sef.pt

Sítio Internet: <http://www.sef.pt>

Portal de Estatística: <http://sefstat.sef.pt>

O DPF-NP agradece o apoio e colaboração prestada pela Direcção do SEF e por todas as unidades orgânicas do Serviço, sem a qual a elaboração deste documento não teria sido possível.

ÍNDICE

Conteúdos

ÍNDICE.....	4
Conteúdos.....	4
Ilustrações.....	5
ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	7
INTRODUÇÃO.....	9
PARTE I.....	13
Estrangeiros Residentes em Portugal.....	13
Capítulo 1 – Enquadramento	13
Secção 1. Considerações gerais	13
Secção 2. Enquadramento histórico	14
Secção 3. Enquadramento técnico-estatístico.....	15
Capítulo 2 – População estrangeira em Portugal (1980-2009)	18
Secção 1. Evolução da população	18
Secção 2. Distribuição geográfica da população estrangeira (2009)	24
Secção 3. Nacionalidades mais representativas	27
Secção 4. População estrangeira desagregada por nacionalidade e sexo	31
Secção 5. População estrangeira desagregada por nacionalidade e grupo etário	32
Capítulo 3 – Fluxo imigratório em 2009.....	35
PARTE II.....	39
Controlo de Fronteiras, Imigração e Asilo.....	39
Capítulo 1 – Controlo de fronteira	39
Secção 1. Fronteiras aéreas	39
Secção 2. Fronteiras marítimas	42
Secção 3. Vistos concedidos nos postos de fronteira	46
Secção 4. Recusas de entrada.....	47
Capítulo 2 – Actuação em território nacional	53
Secção 1. Fiscalização	53
Secção 3. Fraude documental	59
Secção 4. Afastamentos	66
Secção 5. Regresso voluntário	72
Secção 6. Processos de contra-ordenação.....	73
Secção 7. Medidas cautelares detectadas.....	75
Secção 8. Sistema de Informação Schengen	77
Capítulo 3 – Protecção internacional e nacionalidade.....	78
Secção 1. Protecção internacional	78
Secção 2. Aquisição de nacionalidade	79

Capítulo 4 – Actuação internacional	81
Secção 1. União Europeia.....	81
Secção 2. FRONTEX	84
Secção 3. Outras participações internacionais	88
Secção 4. Cooperação internacional.....	92
Secção 5. Oficiais de ligação	95
Secção 6. Outros eventos	96
PARTE III.....	99
Medidas Legislativas, Administrativas e Técnicas no âmbito da Imigração, Asilo e Controlo de Fronteiras	
.....	100
Capítulo 1 – Medidas legislativas e jurisprudência.....	100
Secção 1. Gestão de imigração.....	100
Secção 2. Integração	101
Secção 3. Acordos e cooperação internacionais	102
Secção 4. Jurisprudência	102
Secção 5. Legislação comunitária no domínio da imigração e asilo	104
Capítulo 2 – Medidas técnicas e administrativas.....	110
Secção 1. Medidas técnicas.....	110
Secção 2. Medidas administrativas	114
Secção 3 – Formação	118
CONCLUSÕES.....	122
Anexo – População estrangeira em Território Nacional	133

Ilustrações

Ilustração 1 - Evolução da População Estrangeira em Portugal (1980-2009)	21
ilustração 2 - Cidadãos Estrangeiros com Permanência Regular em Portugal (1980 – 2009).....	23
ilustração 3 - População Estrangeira por Distrito (2009).....	24
Ilustração 4 - População Estrangeira por Distrito (2009).....	25
Ilustração 5 - População Estrangeira por Distritos (2009)	26
Ilustração 6 - Principais Nacionalidades (2009).....	27
Ilustração 7 - Principais Nacionalidades (2009).....	28
Ilustração 8 - População Estrangeira Residente em Portugal, Segundo o Sexo (2009).....	31
Ilustração 9 - População Estrangeira Residente em Portugal - Zonas Geográficas e Sexo (2009)	32
Ilustração 10 - População Estrangeira Residente em Portugal - Pirâmide Etária (2009).....	32
Ilustração 11 - População Estrangeira Residente Em Portugal - Grandes Grupos Etários (2009).....	33
Ilustração 12 - População Estrangeira Residente em Portugal - Grandes Grupos Etários (2009)	34
Ilustração 13 - Principais Nacionalidades - Emissão de Títulos de Residência (2009).....	35
Ilustração 14 - Movimentos de Voos nos Aeroportos Internacionais (2009).....	41
Ilustração 15 - Passageiros Controlados (2009).....	42
Ilustração 16 - Embarcações Navios Controlados (2009)	42

Ilustração 17 - Tipo de Embarcações Navios - Controlados (2009)	44
Ilustração 18 - Origem de Passageiros Controlados (2009)	45
Ilustração 19 - Origem de Tripulantes Controlados (2009)	45
Ilustração 20 - Passageiros Tripulantes Controlados (2009)	46
Ilustração 21 - Vistos Concedidos em Postos de Fronteira (2007 - 2009).....	47
Ilustração 22 - Recusas de Entrada (2000 – 2009)	48
Ilustração 23 - Recusas de Entrada Posto de Fronteira (2009).....	49
Ilustração 24 - Recusas de Entrada Nacionalidade (2009)	50
Ilustração 25 - Fundamentos da Recusa de Entrada (2007-2009)	51
Ilustração 26 - Recusas de Entrada por Nacionalidade (2009).....	52
Ilustração 27 - Acções de Fiscalização (2009)	54
Ilustração 28 - Estrangeiros Identificados Situação Ilegal (2009)	55
Ilustração 29 - Criminalidade Participada (2009)	56
Ilustração 30 - Inquéritos Distribuídos para Investigação (2009).....	57
Ilustração 31 - Nacionalidade dos Arguidos (2009).....	58
Ilustração 32 - Fluxos Migratórios (2009)	58
Ilustração 33 - Principais Nacionalidades dos Documentos (2008 - 2009).....	63
Ilustração 34 - Principais Nacionalidades dos Portadores (2008 – 2009).....	64
Ilustração 35 - Proveniência dos Documentos (2008-2009).....	66
Ilustração 36 - Processos de Expulsão Administrativa Instaurados (2000 – 2009).....	67
Ilustração 37 - Processos de Expulsão Administrativa Instaurados (2009).....	67
Ilustração 38 - Afastamentos Executados (2000 – 2009)	68
Ilustração 39 - Afastamentos Executados (2009).....	68
Ilustração 40 - Notificações para Abandono Voluntário (2003 – 2009)	69
Ilustração 41 - Notificações para Abandono Voluntário (2009).....	70
Ilustração 42 - Readmissões Passivas (2009)	71
Ilustração 43 - Readmissões Activas (2009)	72
Ilustração 44 - Regresso Voluntário (2009)	73
Ilustração 45 - Processos de Contra-Ordenação (2003 – 2009).....	74
Ilustração 46 - Contra Ordenações (2009).....	75
Ilustração 47 - Medidas Cautelares Detectadas (2009).....	76
Ilustração 48 - Medidas Cautelares – Local de Detecção (2009)	77
Ilustração 49 - Requerentes de Asilo* (1999-2009).....	78

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ACIDI	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
ANA	ANA – Aeroportos de Portugal, SA.
AP	Autorização de permanência
AR	Autorização de residência
CAAS	Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen
CCPA	Centros de Cooperação Policial e Aduaneira
CEIFA	Comité Estratégico Fronteira e Asilo
CESE	Comité Económico Social Europeu
CIF	Carreira de Investigação e Fiscalização
COM	Comissão Europeia
CPLP	Comunidades de Países de Língua Portuguesa
CPR	Conselho Português para os Refugiados
CPTA	Código de Processos nos Tribunais Administrativos
eTR	Título de Residência Electrónico
FRONTEX	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas
GANAM	Grupo Alto Nível Asilo e Migração
GDISC	General Directors Immigration Service Conference
GNR	Guarda Nacional Republicana
ICMPD	Centro Internacional para o Desenvolvimento de Política Migratória
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INCM	Imprensa Nacional da Casa da Moeda
INE	Instituto Nacional de Estatística
INTERPOL	The International Criminal Police Organization
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
JRS	Serviço Jesuíta aos Refugiados
MAI	Ministério da Administração Interna
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIM/IOM	Organização Internacional para as Migrações
OIT/ILO	Organização Internacional do Trabalho
OLI	Oficial de Ligação Imigração
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PASSE	Passagem Automática e Segura de Saídas e Entradas
PEIA	Pacto Europeu de Imigração e Asilo
PEP	Passaporte Electrónico Português
PF	Postos de Fronteira

PSP	Polícia de Segurança Pública
RAPID	Reconhecimento Automático de Passageiros Identificados Automaticamente
REM	Rede Europeia das Migrações
RIFA	Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo
SEAAI	Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna
SECA	Sistema Europeu Comum de Asilo
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SIGAP	Sistema de Informação e Gestão Automatizada de Processos
SIISEF	Sistema Integrado de Informação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SIPEP	Sistema de Informação do Passaporte Electrónico Português
SIRENE	Supplementary Information Request at National Entry
SIS	Sistema de Informação Schengen
STA	Supremo Tribunal Administrativo
TSH	Tráfico de Seres Humanos
UE	União Europeia
VIS	Sistema de Informação de Vistos

INTRODUÇÃO

1. Mais uma vez o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) apresenta o seu relatório dedicado às actividades empreendidas no ano de 2009 no domínio da **imigração, fronteiras e asilo (RIFA)**.

Este relatório visa responder às necessidades de informação, de um conjunto alargado de agentes públicos e privados, proporcionando uma **visão abrangente** e mais **acessível**, sobre estas temáticas.

Ao longo da sua ainda curta existência, este relatório anual afirmou-se como um **documento de referência** para o conhecimento e análise da realidade nacional nas áreas da imigração, fronteiras e asilo, tornando-se numa importante ferramenta de consulta e informação para todos aqueles que trabalham ou intervêm nestes domínios. Tal constatação não pode deixar de constituir um estímulo para a continuidade e consolidação deste trabalho.

Incidindo naturalmente sobre as áreas de actividade do SEF, este documento aborda outros desenvolvimentos transversais ocorridos em Portugal no domínio da imigração, fronteiras e asilo no período em referência, como é o caso da produção legislativa, a nível interno e no domínio da legislação comunitária. Outro aspecto de grande interesse é a **abordagem estatística** da comunidade estrangeira residente em território nacional, acompanhada de uma breve análise sobre as suas características, composição e tendências. Neste ponto, o RIFA espelha também a evolução recente, registada ao nível da quantidade e qualidade da informação estatística sobre imigração e asilo, ponto que constitui um objectivo estratégico do SEF.

2. Face aos tempos difíceis que se vivem, aos quais os imigrantes não estão seguramente imunes, a **Portaria n.º 760/2009 de 16 de Julho**, consagrou uma

solução excepcional e temporária, relativa ao regime de meios de subsistência, exigidos aos cidadãos estrangeiros, designadamente para efeitos de renovação de títulos de residência. Desta forma, obsta-se a que razões conjunturais, relacionadas com a actual crise mundial, determinassem, de forma quase automática, a cessação da permanência de estrangeiros e suas famílias em território nacional.

No decurso do ano de 2009, o SEF prosseguiu a **execução** de uma **estratégia** cujos principais vectores foram a intensificação da sua actuação operacional, o robustecimento e renovação da plataforma tecnológica, o reforço das relações internacionais, a qualificação dos recursos humanos e a desburocratização.

A mudança da sede do Serviço para novas e **modernas instalações** foi um processo que marcou toda a actuação do SEF no ano em análise. Por outro lado, numa vertente operacional, para além dos resultados globais conseguidos, deve destacar-se a plena emissão dos títulos de residência electrónicos (**eTR**) e a aposta nos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (**CCPA**). No domínio da aproximação aos cidadãos, os projectos “**SEF em movimento**” e “**SEF vai à escola**” são também merecedores de destaque.

3. É inquestionável a complexidade dos processos migratórios actuais, envolvendo aspectos tão diversos como a globalização, o envelhecimento populacional, a segurança e o terrorismo, o respeito pelos direitos humanos e a luta contra o tráfico de pessoas ou a ajuda ao desenvolvimento e à democracia nos países de origem. Este contexto exige, pois, uma abordagem global, equilibrada e atenta aos sinais de uma realidade em constante mutação. Nesse sentido, a actual **política nacional de imigração** estrutura-se em torno de quatro grandes eixos: regulação dos fluxos migratórios, promoção da imigração legal, luta contra a imigração clandestina e integração dos imigrantes.

Na concretização da sua missão legal de execução da política de imigração e asilo, o SEF intervém directamente na concretização de boa parte dos três primeiros supra mencionados eixos. Tão-pouco pode ignorar-se o decisivo contributo da actuação do Serviço no contexto da integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento, em particular no que se prende com a gestão da imigração legal e na área documental, com a tutela dos seus direitos fundamentais, com o combate à criminalidade direccionada aos imigrantes, assim como no diálogo e interacção com todos os restantes intervenientes no processo migratório.

4. O presente relatório está estruturado em três partes. **Na primeira parte**, dividida em três capítulos, é apresentada uma síntese da evolução da população estrangeira em Portugal, procedendo-se à sua caracterização quantitativa, qualitativa e técnica, com base dos dados extraídos do Sistema Integrado de Informação do SEF (SIISEF).

Na **segunda parte**, composta por quatro capítulos, são analisados, respectivamente, os resultados obtidos pelo SEF no domínio do controlo de fronteiras; a actuação do Serviço em território nacional nas suas diversas vertentes; o asilo, protecção internacional e nacionalidade e a intervenção a nível internacional, com destaque para o trabalho desenvolvido no âmbito da União Europeia (UE).

A **terceira parte** enuncia a evolução legislativa e as medidas administrativas e técnicas ocorridas em 2009 no campo da imigração, fronteiras e asilo. O seu primeiro capítulo é dedicado às alterações legislativas, por áreas temáticas, incluindo a integração de imigrantes, a jurisprudência publicada e a legislação comunitária. O segundo capítulo elenca os principais projectos e medidas do SEF durante o período em referência e ainda uma breve abordagem da formação.



PARTE I

ESTRANGEIROS RESIDENTES EM PORTUGAL

PARTE I

Estrangeiros Residentes em Portugal

Capítulo 1 – Enquadramento

Secção 1. Considerações gerais

1. Como anteriormente referido, o SEF tendo em vista a melhoria constante da qualidade estatística, passou, desde o ano de referência de 2008, a extrair a informação estatística sobre a população estrangeira residente em Portugal exclusivamente do **Sistema Integrado de Informação** do SEF (SIISEF)¹. O SIISEF tornou-se assim a fonte única de informação estatística, sem prejuízo da utilização da aplicação **INE/SEF**² como suporte de apuramento de dados estatísticos de população residente até ao **ano de 2007**, inclusive.

2. Para efeitos estritamente estatísticos continua a recorrer-se a um **conceito abrangente de estrangeiro residente** em Portugal. Neste universo foram englobados os estrangeiros detentores de título de residência³ e os estrangeiros portadores de prorrogação de permanência de longa duração⁴.

¹ Base de dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras onde é registada toda a informação relativa à entrada, permanência e afastamento de cidadãos estrangeiros de território nacional.

² Base de dados INE/SEF, criada ao abrigo de Protocolo celebrado com o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 1999. Esta base de dados continha a informação estatística sobre a população estrangeira com estatuto legal de residente, a qual servia de base à produção de *stocks* anuais. Estes *stocks* eram actualizados de forma dinâmica, em sede de pedidos de novos títulos de residência e de cessações, mas não ao nível de renovações de títulos. Considerando que se tratavam de valores estimados, estes *stocks* não espelhavam necessariamente os dados administrativos sobre a população estrangeira constantes no antigo sistema de informação do SEF.

³ Nos termos do conceito legal da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

⁴ Prorrogação de vistos de estada temporária. Este universo não inclui os estrangeiros a quem nesse ano foi concedido um visto consular, cuja prorrogação (pelo SEF), em princípio, apenas ocorrerá no ano seguinte.

Secção 2. Enquadramento histórico

1. Até à década de 60 do século passado, Portugal foi um país de índole predominantemente **emigratória**. Devido à saída de cidadãos nacionais, nomeadamente com destino à Europa e às então províncias ultramarinas, os fluxos migratórios em Portugal registavam um saldo claramente negativo. Este fenómeno altera-se profundamente com a revolução de **25 de Abril de 1974** e a subsequente independência dos actuais países africanos de língua portuguesa. Assiste-se, então, ao regresso massivo de cidadãos provenientes daqueles territórios, quer originários da então metrópole, quer ali nascidos.

No início da década de 80 aquele processo gera um **aumento exponencial** e atípico do número de estrangeiros residentes em Portugal, devendo assinalar-se que muitos dos cidadãos agora com estatuto de “estrangeiro”, tinham sido, anteriormente, cidadãos portugueses⁵. O caso mais significativo ocorreu com a comunidade cabo-verdiana residente, a qual, aliás, continua a ocupar uma posição de destaque entre as comunidades estrangeiras em Portugal. Os anos 90 caracterizam-se pela **consolidação** e crescimento da população estrangeira residente, com destaque para as comunidades oriundas dos países africanos de expressão portuguesa e do Brasil. No limiar do novo século surgem os novos fluxos do leste europeu, designadamente da Ucrânia, os quais rapidamente assumem relevância entre as comunidades estrangeiras mais representativas em Portugal. Ao longo da primeira década do presente século assiste-se ao **crescimento sustentado** da comunidade estrangeira residente no país, com destaque para os nacionais do Brasil.

⁵ Com o surgimento da nova Lei da Nacionalidade em 1981 definem-se as condições de acesso à nacionalidade portuguesa, onde são incluídos os cidadãos oriundos daqueles territórios.

Secção 3. Enquadramento técnico-estatístico

1. Até 1991 a informação estatística sobre estrangeiros com residência legal em Portugal reportava-se exclusivamente ao *stock* de efectivos estrangeiros, a 31 de Dezembro de cada ano. Tratavam-se de dados não informatizados, resultantes de contagens e caracterização manual dos processos em suporte papel.

No início dos anos 90, e em parceria com o Instituto Nacional de Estatística (INE), foram criados, no âmbito do Sistema Estatístico Nacional (SEN), dois questionários – primeiros pedidos de autorização de residência e cessação de residência – que facilitaram a actualização das estatísticas de *stock* de estrangeiros.

2. Em 1997, as duas instituições, SEF e INE desenvolveram um projecto informático para supressão do suporte papel na recolha de informação e para a actualização automática do *stock* de estrangeiros, a partir dos pedidos e das cessações de Títulos de Residência. Nesta conformidade, em **1999** entrou em funcionamento uma aplicação informática específica, denominada **INE/SEF**, cujos *outputs* haviam sido protocolados por ambas as instituições no ano anterior. Esta aplicação manteve-se em funcionamento até 2007/2008, reportando-se os últimos dados publicados ao ano de **2007**.

Desde a primeira hora que tanto o SEF como o INE sentiram necessidade de criar condições para que toda a informação resultasse, única e exclusivamente, como *output* do Sistema de Informação do SEF, de forma a garantir que a actualização dos dados administrativos nele inseridos se repercutisse na informação estatística produzida anualmente.

Sem prejuízo dos esforços empreendidos, sempre foi admitida a possibilidade de uma eventual sobreavaliação dos valores estimados a cada final de ano. Neste sentido apontava o facto das cessações originadas pelas saídas

definitivas de residentes estrangeiros do país serem de registo inviável⁶. De igual forma, tão-pouco eram incluídas nas estimativas extraídas da aplicação INE/SEF as cessações decorrentes da caducidade de títulos.

Neste contexto, deve realçar-se o **carácter provisório** e de **estimativa** que caracteriza os dados recolhidos e publicados até ao ano de referência de 2007.

3. Com o início da extracção de toda a informação estatística do SIIEF, a partir do ano de referência de 2008, ocorreu uma **quebra de série das estatísticas da população estrangeira** residente em Portugal⁷.

Nesta medida e neste ano, os dados provenientes do Sistema Integrado de Informação do SEF, apresentaram algumas divergências quanto a determinados efectivos populacionais, face ao *stock* de população estrangeira até então disponibilizado, nomeadamente no que respeita às comunidades que compunham os fluxos “históricos” de imigração para Portugal e àquelas que apenas recentemente se deslocaram para o nosso país.

Nota-se também que esta alteração vem permitir ainda a resposta aos imperativos do **Regulamento Comunitário sobre Estatísticas das Migrações e Protecção Internacional** (Regulamento n.º 862/2007) no que se refere aos dados nacionais sobre população estrangeira residente, bem como, aqueles que são abrangidos pela protecção internacional.

Resta acrescentar que o processo de alteração metodológica foi desenhado, validado e executado pelo **SEF**, em estreita colaboração com o **Instituto Nacional de Estatística**.

Tendo em vista a disponibilização da informação, foi desenvolvido um **Portal de Estatística na Internet**, em <http://sefstat.sef.pt/>, dedicado em exclusivo à

⁶ Ao contrário do que sucedia com as cessações de residência por óbito ou por aquisição da nacionalidade portuguesa, contabilizadas com uma cobertura de 100%.

⁷ Esta ruptura prende-se essencialmente com as novas funcionalidades que o SIIEF adopta, passando a constituir a única fonte de dados para fins estatísticos.

divulgação de informação estatística, espelhando por si só, o investimento que tem vindo a ser realizado pelo SEF na melhoria da qualidade da informação.

Ainda nesta vertente, tendo em vista a melhoria da informação estatística foi adoptada uma **lista de países** desenvolvida pelo SEF para fins estritamente estatísticos, sem que da mesma se possam extrair juízos ou inferências de qualquer outra índole, nomeadamente de natureza política.

Por regra, as designações seguem a terminologia utilizada na língua portuguesa. Nos casos em que eram admissíveis mais do que uma designação, optou-se pela que se afigurava como a mais comumente utilizada⁸.

Por razões de ordem prática, privilegiou-se a clareza das designações. Neste sentido, evitaram-se, tanto quanto possível, as referências geográficas⁹, bem como as referências políticas¹⁰.

Nos registos históricos foi mantida a terminologia dos países válidas a essa mesma época¹¹.

⁸ Por exemplo, Bahrein, em vez de Barein.

⁹ Nomeadamente Fidji (Ilhas) em vez de Ilhas Fidji.

¹⁰ Portugal em vez de, República Portuguesa.

¹¹ Por exemplo, Checoslováquia.

Capítulo 2 – População estrangeira em Portugal (1980-2009)

A análise da evolução da população estrangeira em Portugal não pode ser dissociada das **alterações legislativas** ocorridas nos períodos em referência. Na verdade, verifica-se que os picos positivos estão directamente associados às alterações legislativas que, em igual período, permitiram a regularização de cidadãos estrangeiros. Este facto é claramente visível nos números absolutos e respectivas percentagens apresentadas na secção 1.

Secção 1. Evolução da população¹²

Concretizando a observação acima enunciada, à luz das alterações legislativas registadas, retrocedendo ao início da década de 90, é possível constatar que:

- A Regularização Extraordinária de **1992**¹³ veio a traduzir-se na emissão de títulos de residência, nos termos da lei geral, nos anos de 93 e 94, dando origem a um crescimento da população estrangeira, que passa de uma média anual de cerca de 5%, para 8 e 10%, respectivamente.
- A Regularização Extraordinária de **1996**¹⁴ produziu os seus efeitos nos anos de 1999 e 2000, com um aumento da população estrangeira residente entre os 7 e 8%, por via da emissão de títulos de residência.
- Em **2001**, a alteração da lei de estrangeiros¹⁵ permitiu a regularização de trabalhadores estrangeiros por conta de outrem, através da figura da **autorização de permanência** (AP), a qual, decorridos cinco anos

¹² Fontes utilizadas: INESEF e SIIEF.

¹³ Decreto-Lei n.º 212/92, de 12 de Outubro, que permitiu a concessão de um título provisório pelo período de um ano.

¹⁴ Lei n.º 17/96, de 24 de Maio, que permitiu a emissão de um título provisório anual, renovado anualmente até ao período de três anos.

¹⁵ Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro.

facultava o acesso à autorização de residência (AR)¹⁶. Neste processo, evidenciam-se, pela primeira vez, os imigrantes provenientes da Europa Central e Oriental (cerca de 101.000 de entre as 183.000 APs concedidas no período compreendido de 2001 a 2003), com destaque para os cidadãos ucranianos, com um total de 65.000 concessões.

- Relativamente aos anos de **2002 a 2004**, os dados reportam-se aos valores cumulativos de autorizações de residência e autorizações de permanência concedidas e não a prorrogações dos mesmos títulos¹⁷.
- A partir de **2005 até 2007**, o quantitativo de APs prorrogadas decresce substancialmente face ao número das que foram inicialmente concedidas. Para além da conversão das autorizações de permanência em autorizações de residência pelo mero decurso do tempo, para aquele decréscimo haverá ainda a considerar que alguns dos seus titulares terão beneficiado de outros regimes previstos na lei¹⁸ ou, eventualmente, regressado aos países de origem.
- Quanto às **prorrogações de permanência**, maioritariamente associadas a portadores de vistos de trabalho, em 2007 também se verificou uma notória descida, ao invés do sucedido nos dois anos anteriores. Na verdade, em 2005 e 2006 os valores alcançados ficaram a dever-se a enquadramentos legais específicos; a saber o “pré-registo” de cidadãos estrangeiros, nos termos do artigo 71.º do Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril, e o regime excepcional, aplicável a cidadãos brasileiros, decorrente do “Acordo Luso-Brasileiro sobre contratação recíproca de nacionais” (Acordo Lula). Em 2007 regista-se uma descida significativa, face aos anos anteriores, em

¹⁶ Emissão de títulos de residência ao abrigo do artigo 87º, al. m), do Decreto-Lei 34/2003 de 4 de Julho - iniciada em Janeiro de 2006.

¹⁷ Esta situação poderá ter dado origem a uma sobreavaliação dos dados que, e conforme se tem vindo a referir, embora estimados, eram os disponíveis aquela data.

¹⁸ Designadamente a solicitação de um título de residência com dispensa de visto, por motivo de casamento com cidadão nacional ou da União Europeia, pelo facto de ser progenitor de cidadão nacional e pela aquisição de nacionalidade portuguesa.

razão, nomeadamente da entrada em vigor da nova lei de estrangeiros (Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho).

- Em **2008**, as alterações decorrentes da plena aplicação da nova lei de estrangeiros (Lei n.º 23/2007, 4 de Julho) e a alteração da metodologia estatística (com a extracção de toda a informação do SIISEF) foram determinantes para a abordagem da população estrangeira em Portugal. Desta forma, o ano de 2008, apresenta-se como o “ano zero” de uma nova etapa nos ciclos imigratórios para Portugal, especialmente em razão da **quebra de série das estatísticas da população estrangeira residente em Portugal**.
- Ainda no âmbito da Lei 23/2007, neste contexto, assumiram especial significado a emissão de autorizações de residência ao abrigo dos regimes excepcionais previstos, nomeadamente nos seus artigos 88.º, n.º 2¹⁹ e 89º, n.º 2²⁰, bem como, o efeito das suas disposições transitórias (cf. artigo 217.º), sobre a conversão de todos os tipos de vistos de longa duração e autorizações de permanência em autorizações de residência.

¹⁹ Emissão excepcional de AR para exercício de actividade subordinada, com dispensa visto de residência.

²⁰ Emissão excepcional de AR para exercício de actividade profissional independente, com dispensa visto de residência.

ILUSTRAÇÃO 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM PORTUGAL (1980-2009)

ANO	RESIDENTES	AUTORIZAÇÕES DE PERMANÊNCIA E PRORROGAÇÕES DE AUTORIZAÇÕES DE PERMANÊNCIA (2001-2007)	PRORROGAÇÕES DE VISTOS DE LONGA DURAÇÃO (2005 - 2009)	TOTAL POPULAÇÃO ESTRANGEIRA	CRESCIMENTO %
1980	50.750			50.750	
1981	54.414			54.414	7,21
1982	58.674			58.674	7,82
1983	67.484			67.484	15,01
1984	73.365			73.365	8,71
1985	79.594			79.594	8,49
1986	86.982			86.982	9,28
1987	89.778			89.778	3,21
1988	94.694			94.694	5,47
1989	101.011			101.011	6,67
1990	107.767			107.767	6,68
1991	113.978			113.978	5,76
1992	123.612			123.612	8,45
1993	136.932			136.932	10,77
1994	157.073			157.073	14,70
1995	168.316			168.316	7,15
1996	172.912			172.912	2,73
1997	175.263			175.263	1,35
1998	178.137			178.137	1,63
1999	191.143			191.143	7,30
2000	207.587			207.587	8,61
2001	223.997	126.901		350.898	69,02
2002	238.929	174.558		413.487	17,84
2003	249.995	183.655		433.650	4,87
2004	263.322	183.833		447.155	3,11
2005	274.631	93.391	46.637	414.659	-7,27
2006	332.137	32.661	55.391	420.189	1,33
2007	401.612	5.741	28.383	435.736	3,70
2008	436.020		4.257	440.277	1,04
2009 *	451.742		2.449	454.191	3,16

* Dados provisórios

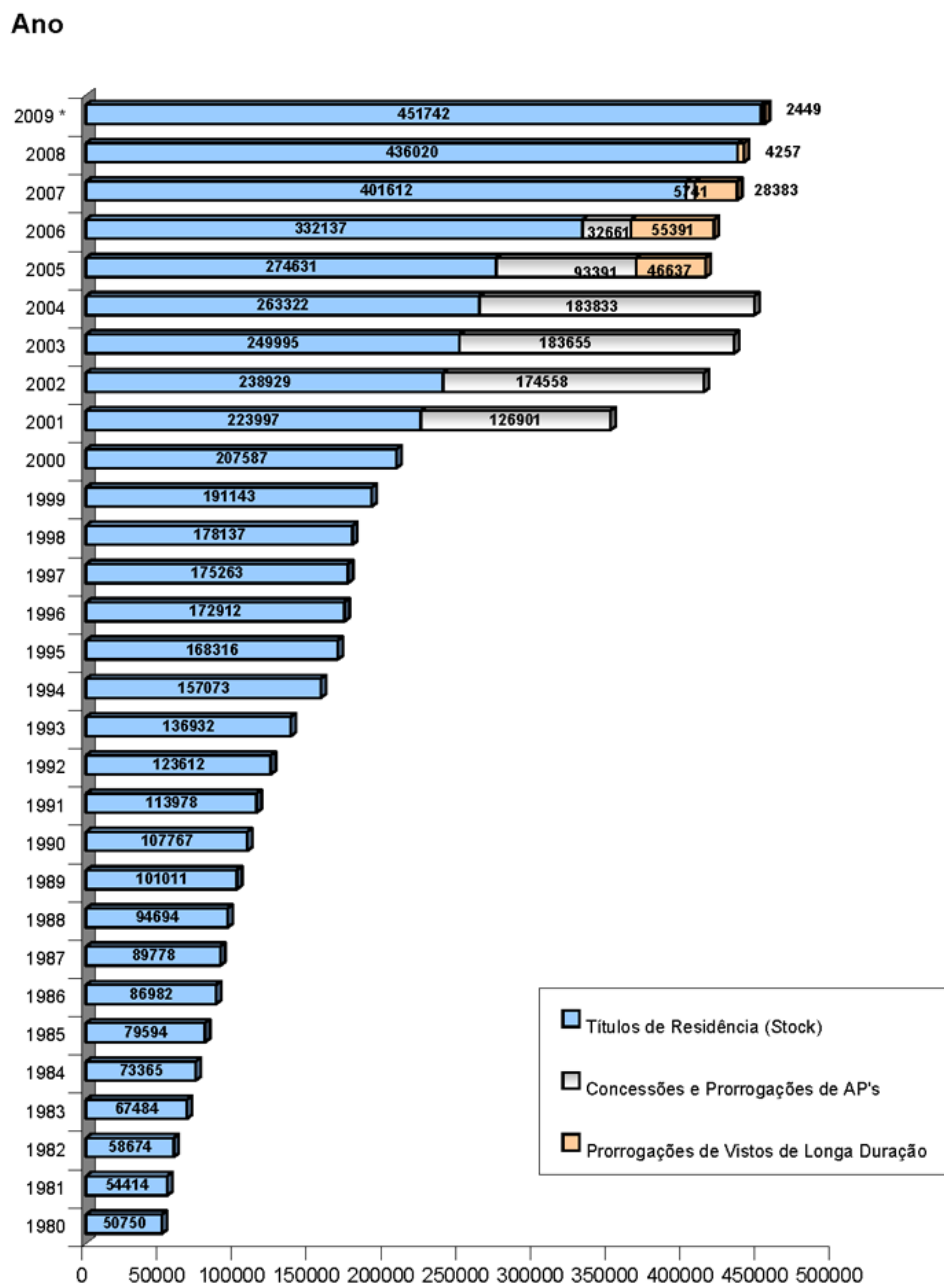
Atentos os valores constantes no quadro supra, constata-se que, de 2008 para **2009**, se registou um crescimento positivo de cerca de **3%** da população estrangeira residente em Portugal, expressão do *stock* (provisório) deste mesmo ano, que contabiliza um universo de **454.191 estrangeiros residentes**.

Sem prejuízo dos efeitos operados pela recente quebra de série das estatísticas da população estrangeira, verifica-se estes valores dão continuidade à **evolução positiva e sustentada** que vem caracterizando este universo populacional nos anos mais recentes (ilustração 2).

Por outro lado, a análise do *stock* de residentes permite constatar que, os **títulos de residência** registaram um incremento de 3,16%. Este valor traduz também a emissão excepcional de títulos de residência com dispensa do respectivo visto (art.s 88º e 89 nº 2) e, embora mais residual, o processo de transferência das prorrogações de autorização de permanência e de vistos de longa duração para títulos de residência.

Os dados estatísticos do biénio **2007-2008** apresentam-se agora como **definitivos**.

ILUSTRAÇÃO 2 - CIDADÃOS ESTRANGEIROS COM PERMANÊNCIA REGULAR EM PORTUGAL (1980 – 2009)

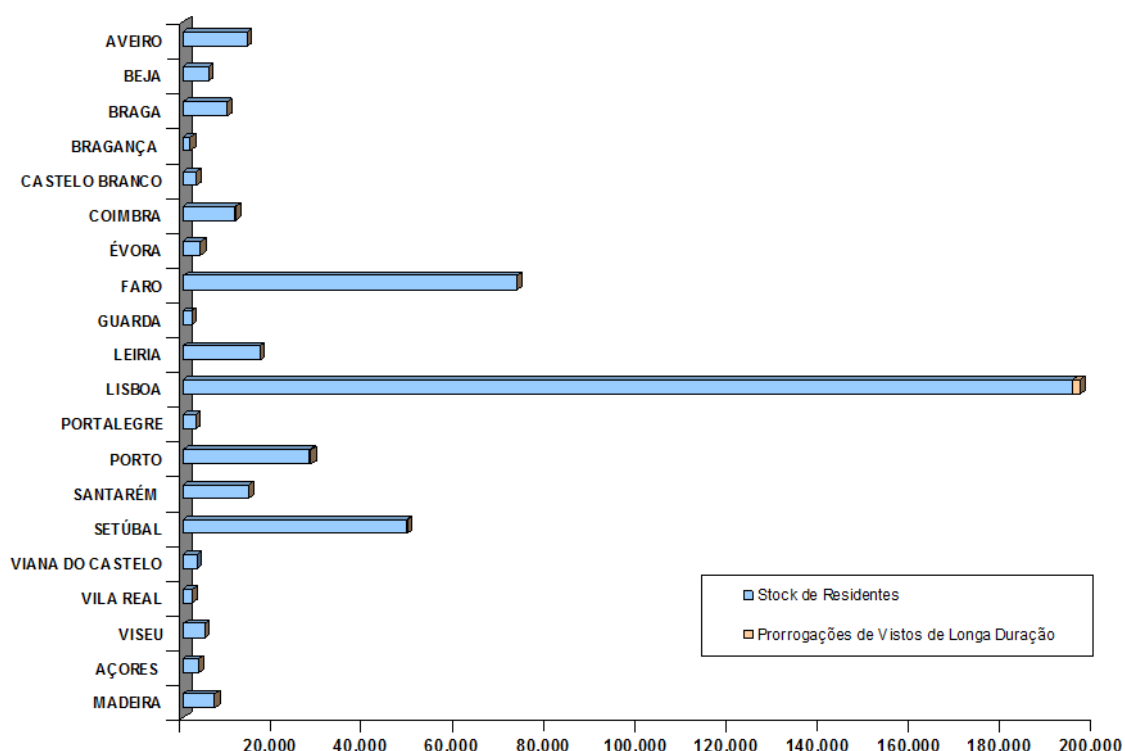


* Dados Provisórios

Secção 2. Distribuição geográfica da população estrangeira (2009)

Quanto à **distribuição territorial** da população estrangeira, por distrito (ilustração 3), verifica-se que esta se concentra predominantemente na **zona litoral** do país, com destaque para os distritos de **Lisboa** (196.798), **Faro** (73.277) e **Setúbal** (49.309), coincidindo com as áreas onde se concentra também, parte significativa da actividade económica nacional. O somatório da população residente nestes três distritos (Lisboa, Faro e Setúbal) representa cerca de 70,3% do valor total do país (319.384 cidadãos, face ao universo de 454.191), espelhando a assimetria na distribuição da população estrangeira pelo território nacional, já assinalada em anteriores relatórios.

ILUSTRAÇÃO 3 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR DISTRITO (2009)

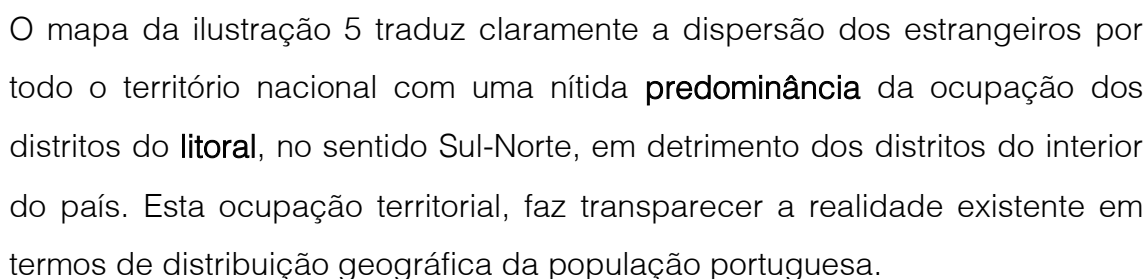


Para além daqueles distritos, destacam-se ainda, por esta ordem, os distritos do Porto, Leiria, Santarém e Aveiro. Embora os estrangeiros se encontrem dispersos por todo o território nacional, tal facto não prejudica a supremacia dos distritos do litoral, nos quais se concentra a maioria da população

estrangeira. Esta situação espelha de alguma forma a distribuição da população total (nacional e estrangeira) pelo território português.

ILUSTRAÇÃO 4 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR DISTRITO (2009)

DISTRITOS	<i>STOCK</i> DE RESIDENTES	PRORROGAÇÕES DE VISTOS DE LONGA DURAÇÃO	TOTAL
AVEIRO	14.149	57	14.206
BEJA	5.620	47	5.667
BRAGA	9.729	40	9.769
BRAGANÇA	1.800	11	1.811
CASTELO BRANCO	3.060	6	3.066
COIMBRA	11.520	84	11.604
ÉVORA	3.922	12	3.934
FARO	73.242	35	73.277
GUARDA	1.880	1	1.881
LEIRIA	16.974	15	16.989
LISBOA	195.140	1.658	196.798
PORTALEGRE	2.800	1	2.801
PORTO	27.889	218	28.107
SANTARÉM	14.398	18	14.416
SETÚBAL	49.094	215	49.309
VIANA DO CASTELO	3.141	-	3.141
VILA REAL	2.095	3	2.098
ISEU	4.673	5	4.678
AÇORES	3.526	8	3.534
MADEIRA	7.090	15	7.105
TOTAL NACIONAL	451.742	2.449	454.191



Por outro lado, com excepção do distrito de Santarém²¹, verifica-se que a alteração metodológica, ocorrida no ano transacto, não teve consequências

²¹ Os dados de 2009 para o distrito de Santarém apresentam uma descida significativa face ao ano anterior. Esta alteração tem necessariamente que ser associada à disponibilização da informação desagregada por distrito da área

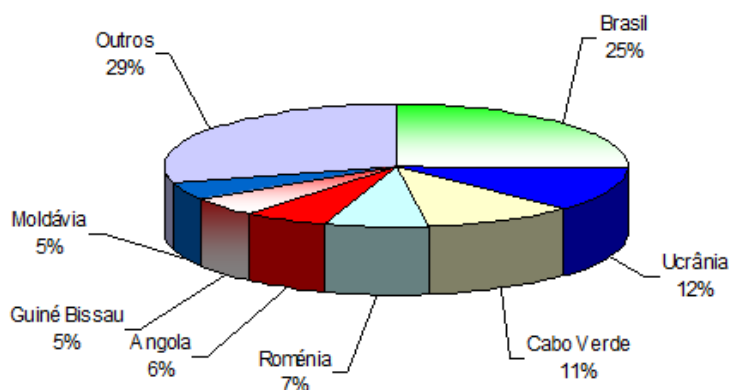
dignas de registo ao nível da distribuição geográfica dos estrangeiros pelos distritos e regiões autónomas.

Secção 3. Nacionalidades mais representativas

As nacionalidades estrangeiras mais representativas em Portugal são o **Brasil**, **Ucrânia**, **Cabo Verde**, **Roménia**, **Angola**, **Guiné-Bissau** e **Moldávia**, as quais, conjuntamente, representam cerca de **71%** da população estrangeira com permanência regular em território nacional.

Face ao ano precedente, em 2009 não se assinalam alterações em termos das nacionalidades mais representativas e respectivos posicionamentos. Não obstante, em termos de **valores absolutos por nacionalidade** registam-se algumas alterações que, de resto, dão continuidade à caracterização feita para o ano de 2008.

ILUSTRAÇÃO 6 - PRINCIPAIS NACIONALIDADES (2009)



O **Brasil** representando actualmente cerca de **25%** da comunidade estrangeira residente em Portugal, atingiu em 2009 o expressivo valor de 116.220 indivíduos (face a 106.961 em 2008), Assim, no ano em análise, mantém-se o

de residência do estrangeiro e não, como disponibilizado até 2008, por órgão de concessão do título de residência. O recurso à organização administrativa – Delegação – existente no SEF era a metodologia. Julga-se que os valores que diminuem na área de Santarém foram transferidos para os distritos de Lisboa e Leiria.

crescimento forte e contínuo da comunidade brasileira em Portugal, fenómeno que ocorre desde o início do presente século.

A **Ucrânia** mantém-se como a segunda comunidade estrangeira mais representativa em Portugal. Com um quantitativo de 52.293 cidadãos, a Ucrânia representa **12%** do universo de residentes, embora registando uma sensível descida face ao ano transacto (52.494 em 2008).

Segue-se **Cabo Verde** com 48.845 residentes, o que lhe confere uma representatividade de **11%**. Este valor expressa um decréscimo face a 2008 (51.352 residentes em 2008 e 12% do universo de estrangeiros), ano em que esta nacionalidade já tinha registado uma significativa descida.

A **Roménia** manteve em 2009 um crescimento expressivo, atingindo os 32.457 cidadãos (27.769 em 2008), representando **7%** dos residentes estrangeiros (6% em 2008) e consolidando a sua posição de Estado Membro da União Europeia com maior número de residentes em Portugal (lugar tradicionalmente ocupado pelo Reino Unido).

Angola mantém-se na posição subsequente, com 26.557 residentes (6%), seguida da **Guiné-Bissau**, com 22.945 residentes (5%). Face a 2008, ambos os países registam uma descida (Angola 27.619 e Guiné Bissau 24.391).

Em sétimo lugar, entre as comunidades mais representativas, encontra-se a **Moldávia**, com um total de 20.773 residentes (21.147 em 2008), representando **5%** dos estrangeiros em Portugal.

ILUSTRAÇÃO 7 - PRINCIPAIS NACIONALIDADES (2009)

PAÍS	SEXO	TÍTULOS DE RESIDÊNCIA	PRORROGAÇÕES DE VISTOS DE LONGA DURAÇÃO	TOTAL
BRASIL	HM	115.882	338	116.220
	H	51.916	145	52.061
	M	63.966	193	64.159
UCRÂNIA	HM	52.253	40	52.293
	H	29.486	14	29.500
	M	22.767	26	22.793
CABO VERDE	HM	48.417	428	48.845
	H	23.062	165	23.227
	M	25.355	263	25.618
ROMÉNIA	HM	32.457	*	32.457
	H	18.512	*	18.512
	M	13.945	*	13.945
ANGOLA	HM	26.292	265	26.557
	H	13.083	113	13.196
	M	13.209	152	13.361
GUINÉ BISSAU	HM	22.404	541	22.945
	H	13.663	264	13.927
	M	8.741	277	9.018
MOLDÁVIA	HM	20.726	47	20.773
	H	11.703	31	11.734
	M	9.023	16	9.039

* Não se aplica.

Em termos gerais, qualquer análise sobre a evolução da comunidade estrangeira em Portugal não deve perder de vista a adopção da nova metodologia de extracção de dados sobre população estrangeira (2008), em

particular no caso de abordagens temporalmente mais dilatadas do que o biénio 2008-2010.

Como referido no relatório do ano transacto, “até ao ano de 2007, inclusive, ocorreu uma subavaliação reiterada das nacionalidades que compõem os fluxos migratórios mais recentes, nomeadamente o Brasil, Ucrânia, Roménia e Moldávia. Em contraponto, embora de forma menos expressiva, as comunidades estrangeiras historicamente consolidadas em Portugal, encontravam-se genericamente sobrestimadas, designadamente nos casos de Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, bem como o Reino Unido e a Espanha. Embora os casos supra referidos sejam os mais expressivos, esta situação ocorreu com outras nacionalidades, em escala mais reduzida. No caso concreto dos países que integram a União Europeia, coexistem ambas as situações, notando-se uma sobreavaliação relativamente aos Estados Membros mais antigos e uma subavaliação dos Estados Membros posteriores ao alargamento (2004), inclusive.”

Concretamente no que se refere aos valores do ano de 2009, verifica-se que a comunidade residente em Portugal registou um aumento de mais de 3% face ao ano de 2008, crescimento porventura tão mais significativo, se atendermos às circunstâncias da presente crise internacional. De qualquer modo, verifica-se que este crescimento se deveu essencialmente à subida dos nacionais do Brasil e Roménia, já que as restantes comunidades mais representativas, em maior ou menor grau, decresceram no ano de 2009. Quanto à Roménia, deve ressaltar-se que se trata de um Estado Membro da União Europeia e, como tal, os seus nacionais estão sujeitos a regras distintas dos demais países que compõem as comunidades mais representativas em Portugal.

Outro aspecto a realçar prende-se com a continuidade do decréscimo dos valores de países que historicamente constituíram destinos da emigração portuguesa, nomeadamente **Estados Unidos da América, Canadá** ou **Venezuela**. Previsivelmente, tratam-se de nacionais destes países, de origem

lusa, que acederam à nacionalidade portuguesa em momento posterior a sua chegada a território nacional.

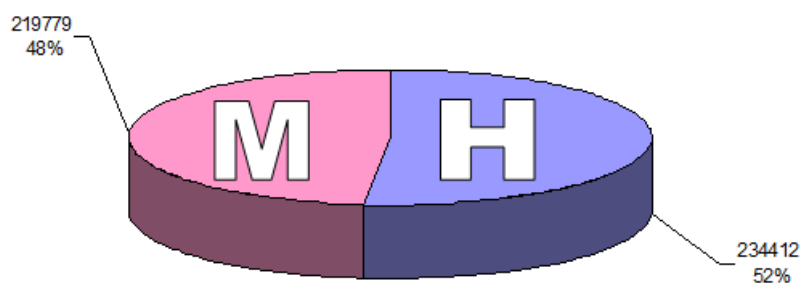
Secção 4. População estrangeira desagregada por nacionalidade e sexo

Numa análise da população estrangeira desagregada por **género**, à semelhança do que vem sucedendo nos anos anteriores, verifica-se que o **sexo masculino** continua a apresentar os valores mais elevados, mantendo-se uma diferença percentual em cerca de **4%** relativamente ao sexo feminino.

Ao longo da história das migrações em Portugal, a imigração masculina tem invariavelmente assinalado índices superiores à feminina, pese embora, nos anos mais recentes, esta tendência tenha sido atenuada por via do reagrupamento familiar.

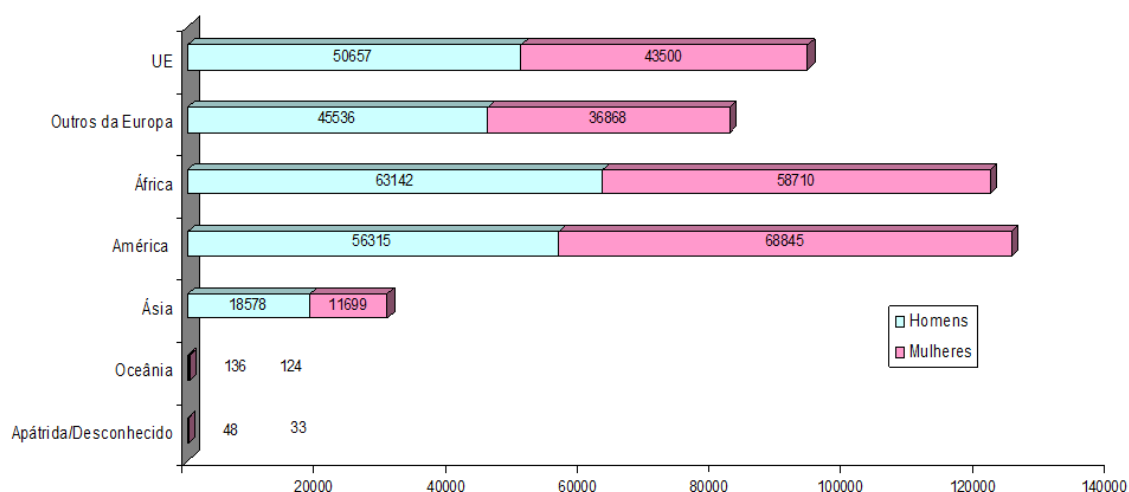
No entanto, em 2009 os valores percentuais dos dois géneros não registam alterações, face ao ano precedente.

ILUSTRAÇÃO 8 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM PORTUGAL, SEGUNDO O SEXO (2009)



Por outro lado, se associarmos a desagregação por género à distribuição por grandes zonas geográficas de origem (ilustração 9), verifica-se que os valores relativos ao sexo masculino se mantêm para todos os continentes, com excepção do **continente americano**, onde se assinala uma supremacia do sexo feminino, oriundo da América do Sul.

ILUSTRAÇÃO 9 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM PORTUGAL - ZONAS GEOGRÁFICAS E SEXO (2009)



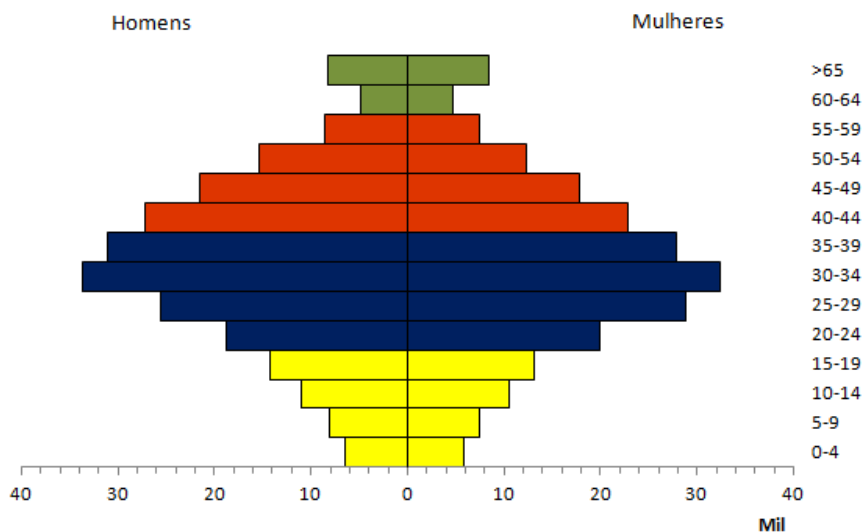
Embora sem reflexo nos valores por continente, constata-se que nas comunidades residentes da maioria dos Estados Membros ditos do alargamento²² da União Europeia em 2004, bem como da Bielorrússia, Bósnia, Croácia e Rússia se regista a predominância do género feminino (cf. Anexo I). De igual forma, os PALOP, com excepção da Guiné Bissau, registam alguma predominância do género feminino. Tal situação poderá justificar-se pelo facto de parte da população masculina, que integrou os primeiros fluxos migratórios, ter já acedido à nacionalidade portuguesa.

Secção 5. População estrangeira desagregada por nacionalidade e grupo etário

A população estrangeira residente possui um **índice de envelhecimento** relativamente **baixo**, tal como se pode verificar na pirâmide etária infra. Esta realidade é parcialmente justificada pelo facto de a imigração constituir um fenómeno relativamente recente em Portugal.

ILUSTRAÇÃO 10 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM PORTUGAL - PIRÂMIDE ETÁRIA (2009)

²² Situação que não se verificou com a Bulgária e Roménia (que integraram a UE em 2007).



Os dados foram agregados em grandes grupos etários, em detrimento de grupos quinquenais, de modo a facilitar a leitura da informação; os grupos constituídos foram: 0 - 19 anos, 20 - 39 anos, 40 - 64 anos e mais de 65 anos.

ILUSTRAÇÃO 11 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM PORTUGAL - GRANDES GRUPOS ETÁRIOS (2009)

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM TERRITÓRIO NACIONAL POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS	SEXO	GRUPO ETÁRIO				TOTAL
		0 - 19	20 - 39	40 - 64	65 e mais	
TOTAL	HM	76.412	218.060	143.009	16.710	454.191
	H	39.542	108.982	77.608	8.280	234.412
	M	36.870	109.078	65.401	8.430	219.779

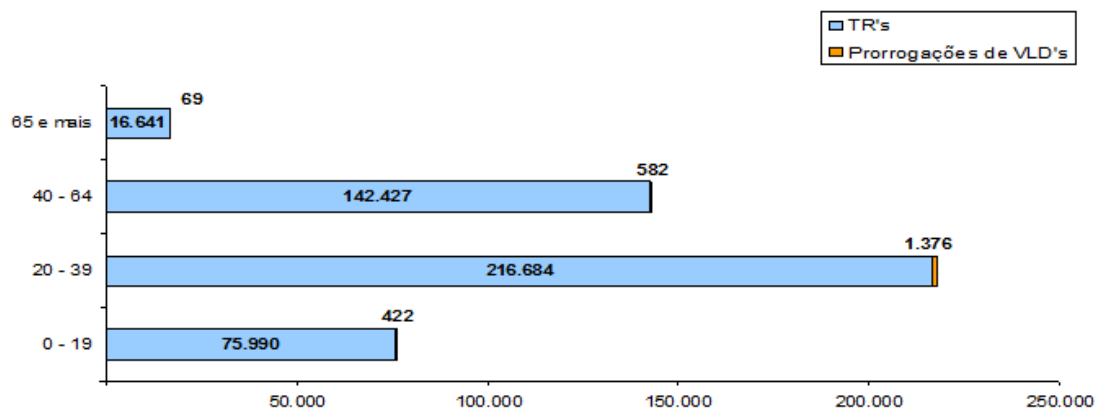
Julgamos ser possível extrair alguns indicadores quanto aos pesos relativos da:

- População **activa** (20 - 39 anos, 40 - 64 anos) e **inactiva** (0 - 19 anos, mais de 65 anos);
- População estrangeira **activa jovem** ou **envelhecida**;
- População estrangeira **inactiva jovem** ou **envelhecida**;

Assim, verifica-se que o grupo etário **20-39** anos é maioritário (48% deste universo), seguindo-se o grupo **40-64** (31,48%). Já o grupo etário **até aos 20**

anos tem expressão mais reduzida (16,85%), possuindo o grupo de mais de 65 anos ainda um valor residual (3,67%).

ILUSTRAÇÃO 12 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM PORTUGAL - GRANDES GRUPOS ETÁRIOS (2009)



Capítulo 3 – Fluxo imigratório em 2009²³

Em 2009 foram registadas **61.445 emissões de primeiros títulos de residência**²⁴, o que por comparação com o ano anterior, verifica-se uma **quebra** de cerca de **15%** face ao número de 2008 (72.826).

No ano em análise, a maioria dos títulos de residência tem origem na concessão de autorizações de residência ao abrigo do regime excepcional previsto, nomeadamente nos seus artigos 88º, nº 2 e 89º, nº2 da lei de imigração, bem como, ao abrigo dos dispositivos previstos para o reagrupamento familiar, estudo e emissão de certificados de residência aos cidadãos da União Europeia, nos termos da Lei 37/2006 de 9 de Agosto.

As nacionalidades com maior representatividade foram as do **Brasil** (23.138), seguindo-se, a **Roménia** (8.111), **Cabo Verde** (4.575), **Ucrânia** (2.362), **Reino Unido** (2.154), **China** (1.947), **Angola** (1.543), **Moldávia** (1.533) e **Bulgária** (1.519). Estas nacionalidades coincidem com as que foram identificadas no *stock* de residentes para o ano em análise, com excepção da China e Reino Unido, bem como, da Guiné-Bissau, que aqui não é incluída.

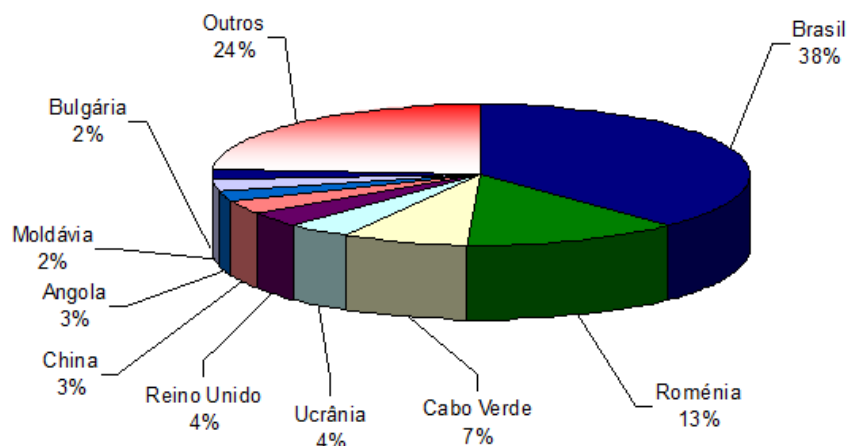
Constata-se que também ao nível de fluxo de entrada, o Brasil mantém a preponderância. Cabo Verde passa a ser a terceira nacionalidade mais representativa, por troca com a Roménia, agora em segundo lugar. Uma nota ainda para o facto de a China ter ascendido ao sexto lugar ao nível dos fluxos.

Por outro lado, à excepção da Roménia, a emissão de títulos entre países mais representativos, decresce em 2009.

ILUSTRAÇÃO 13 - PRINCIPAIS NACIONALIDADES - EMISSÃO DE TÍTULOS DE RESIDÊNCIA (2009)

²³ Emissão de primeiros títulos de residência.

²⁴ Dados provisórios.



Quanto à desagregação por **género**, verifica-se o predomínio de títulos emitidos a favor do sexo feminino, designadamente no caso do Brasil, Cabo Verde, Ucrânia, Moldávia e Angola. No caso da Roménia e Guiné Bissau registam o predomínio do sexo masculino e no Reino Unido assinala-se um equilíbrio entre os géneros.

Em síntese, no que concerne aos estrangeiros residentes em Portugal, no ano de 2009 apurou-se um *stock* provisório de **454.191 estrangeiros residentes**, valor que representa um saldo positivo de 3,16%, face aos valores de 2008. Poderá assim dizer-se que, no ano em análise, a subida dos valores da população estrangeira residente em Portugal dá continuidade à tendência de crescimento sustentado que se regista desde o ano de 2003²⁵.

Em termos de caracterização da comunidade estrangeira, sublinha-se o facto de 47% deste universo populacional se reportar a países de língua portuguesa: Brasil (25%), Cabo Verde (11%), Angola (6%) e Guiné-Bissau (5%). De qualquer modo, regista-se que o peso da lusofonia, ao nível das comunidades mais representativas, decresceu 1% face a 2008. Por outro lado,

²⁵ Com excepção do ano de 2005. Vd. Secção 1 e ilustração 1.

a Ucrânia assegura a sua posição como segunda comunidade mais representativa (12%), em detrimento de Cabo Verde. Em termos de Estados Membros da União Europeia, tal como no ano precedente, o Reino Unido é substituído pela Roménia como comunidade mais representativa, situação historicamente inédita, em termos de estatísticas de residentes em Portugal.

Na vertente técnica, deve realçar-se que a adopção de uma nova metodologia estatística, para o ano de referência de 2008, operou todo o início de uma nova série de estatísticas da população estrangeira residente, que agora se consolida.



PARTE II

CONTROLO DE FRONTEIRAS, IMIGRAÇÃO E ASILO

PARTE II

Controlo de Fronteiras, Imigração e Asilo

Capítulo 1 – Controlo de fronteira

O controlo das fronteiras nacionais realiza-se em harmonia com o princípio da livre circulação de pessoas no território da União Europeia e, mais concretamente, de acordo com as regras definidas pela Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen (CAAS). Por outro lado, este controlo incide sobre as designadas “**fronteiras externas**”, entendidas como as fronteiras com Estados Terceiros à União, nomeadamente os aeroportos (fronteira aérea externa), no que diz respeito aos voos que tenham como proveniência ou destino os territórios dos Estados não vinculados àquela Convenção, e os portos marítimos (fronteira marítima externa), salvo no que se refere às ligações no território português e às ligações regulares de transbordo entre estados partes na Convenção de Aplicação. Atenta a situação geográfica de Portugal, o nosso país não possui, portanto, fronteiras terrestres externas, na acepção da supra referida Convenção. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras é a entidade nacional responsável pelo controlo de todos os postos de fronteira externa nacionais.

Secção 1. Fronteiras aéreas

O SEF exerce o controlo integral das fronteiras externas aéreas nacionais, ocupando os oitos aeroportos internacionais existentes em território português: Lisboa, Porto, Faro, Funchal, Lajes (Terceira), Santa Maria e S. Miguel.

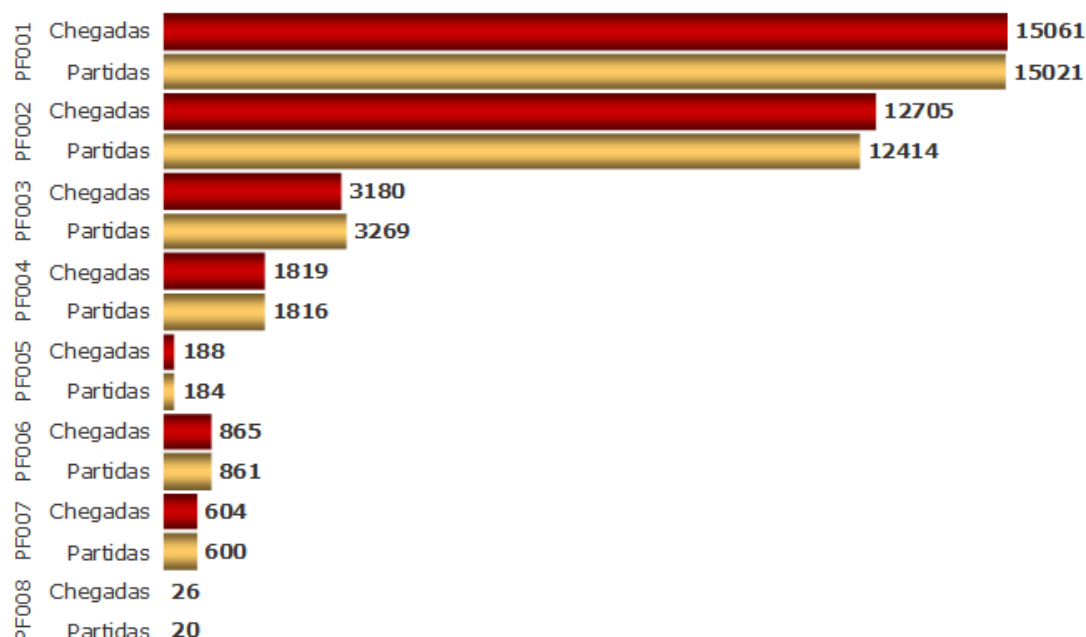
1.1. Voos controlados

Durante o ano de 2009 procedeu-se ao controlo de **68.633** voos, representando uma **diminuição** de cerca de **17%** relativamente a 2008 (82.865). Esta redução no número de voos controlados expressa a quebra que se registou em 2009 ao nível da aviação civil internacional. Tanto os dados sobre movimentos de partidas como de chegadas apresentam valores muito aproximados, com ligeira preponderância nos movimentos de chegadas, tal como sucedia em 2008.

Em número de voos controlados por posto de fronteira, destacam-se o aeroporto de Lisboa, com **30.082** voos, e o aeroporto de **Faro**, com **25.119** voos. Seguem-se os aeroportos do **Porto**, com **6.449**, e **Funchal**, com **3.635** voos. Não obstante a proximidade dos valores registados nos dois primeiros aeroportos, as realidades são diversas. Em Lisboa o controlo distribui-se, de forma equilibrada, entre grandes áreas de proveniência e de destino, nomeadamente União Europeia não Schengen (10.937), outros destinos europeus (3.224), África (7.132), América do Sul (5.910) e América do Norte (2.855). Já em Faro, cerca de 99% dos controlos reportam-se a voos de e para a Europa não Schengen (24.875).

O aeroporto de Lisboa caracteriza-se ainda por concentrar 25,2% dos voos Europeus não Schengen, 94,1% dos voos africanos, 83,9% dos voos da América do Sul e Central e 58,8% voos da América do Norte, do total de voos internacionais que partem, chegam ou transitam pelo território português.

ILUSTRAÇÃO 14 ²⁶ - MOVIMENTOS DE VOOS NOS AEROPORTOS INTERNACIONAIS (2009)



1.2. Passageiros controlados

Durante o ano de 2009 o SEF controlou um total de **8.922.432** de **passageiros** no cruzamento das fronteiras aéreas externas, o que representa uma **diminuição de 15,8%** face ao ano de 2008 (10.599.570), facto que decorre de circunstâncias exógenas ao Serviço.

Por posto de fronteira, sobressaem os aeroportos de **Lisboa**, com **4.065.792** passageiros e de **Faro**, com **3.450.152**. Mais distanciado, surge o aeroporto do **Porto** com **767.823** passageiros, o da **Madeira** com **478.502** e dos **Açores** com **160.163** passageiros.

Em termos de fluxos de passageiros nos aeroportos de Lisboa e de Faro, regista-se uma composição mais diversificada no primeiro caso, em razão das origens e destinos dos voos controlados em ambos os postos de fronteira, valendo aqui as considerações formuladas a este propósito no ponto anterior.

²⁶ PF 001 – Aeroporto de Lisboa; PF 002 – Aeroporto de Faro; PF 003 – Aeroporto do Porto; PF 004 – Aeroporto do Funchal; PF005 – Aeroporto das Lajes; PF 006 – Aeroporto de Santa Maria; PF 007 – Aeroporto de Ponta Delgada; PF 008 – Aeroporto de Porto Santo.

ILUSTRAÇÃO 15 ²⁷ - PASSAGEIROS CONTROLADOS (2009)

TOTAL	AEROPORTOS				
	LISBOA	FARO	PORTO	MADEIRA	AÇORES
8.922.432	PF001	PF002	PF003	PF004 e 008	PF005, 006 e 007
	4.065.792	3.450.152	767.823	478.502	160.163

Secção 2. Fronteiras marítimas

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras exerce o controlo integral das fronteiras externas marítimas nacionais, com competências, designadamente, para a concessão de vistos na fronteira e emissão de licenças para vinda a terra e de autorizações de acesso a zona internacional, controlo específico perante situações de clandestinos a bordo, evacuação urgente de tripulantes e passageiros, bem como o desembarço de saída de navios.

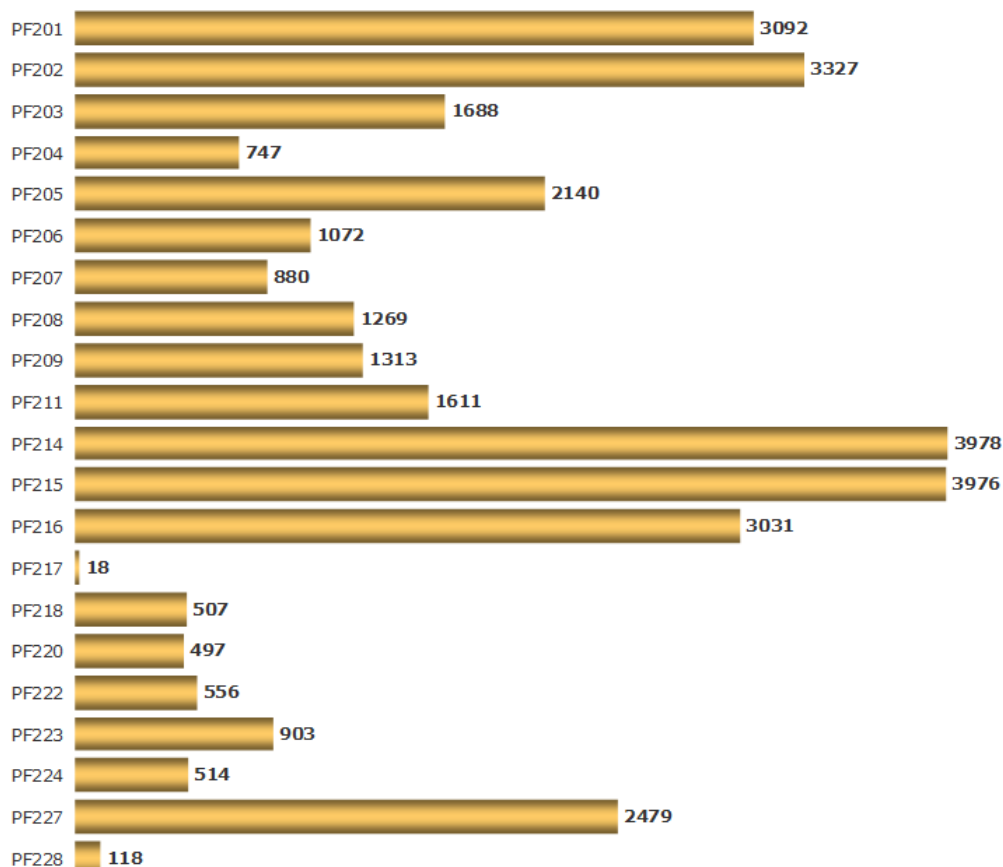
2.1. Embarcações/navios controlados

Em 2009 foram controladas **33.716 embarcações** nas fronteiras marítimas nacionais, o que representa um **aumento** de **1,3%** relativamente ao ano de 2008 (33.290).

Por posto de fronteira, sobressai a Marina de **Vilamoura (3.978)**, seguida de perto pela Marina de **Portimão (3.976)**, pelo Porto de **Leixões (3.327)**, o Porto de **Lisboa (3.092)** e a Marina de **Lagos (3.031)**. Ligeiramente afastados surgem a Marina de **Cascais (2.479)** e o Porto de **Sines (2.140)**.

ILUSTRAÇÃO 16 ²⁸ - EMBARCAÇÕES | NAVIOS CONTROLADOS (2009)

²⁷ Fonte ANA e ANAM – Dados estimados.

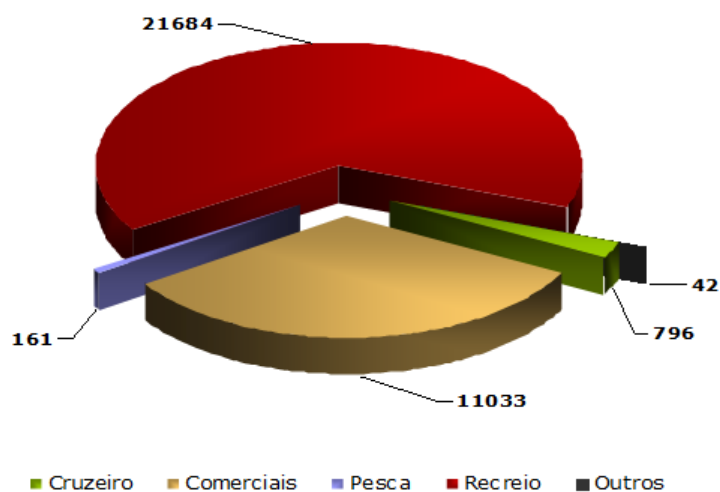


Quanto ao **tipo de embarcações** controladas, as Marinas de Vilamoura, Portimão e Lagos controlam essencialmente as de recreio (3.978, 3.877 e 3.031, respectivamente), na sua maioria de e para a União Europeia, incluindo o Espaço Schengen²⁹. Já o controlo exercido no Porto de Lisboa incide essencialmente sobre navios comerciais (2.777), maioritariamente da e para a União Europeia e Américas. No que respeita a navios de cruzeiro, o seu maior número é controlado também no Funchal e em Lisboa (309 e 302 respectivamente).

²⁸ PF 201 - Porto de Lisboa; PF 202 - Porto de Leixões; PF 203 - Porto de Setúbal; PF 204 - Porto de Viana do Castelo; PF 205 - Porto de Sines; PF 206 - Porto da Figueira da Foz; PF 207 - Porto de Aveiro; PF 208 - Porto do Funchal; PF 209 - Porto de Ponta Delgada; PF 211 - Porto da Horta; PF 214 - Marina de Vilamoura; PF 215 - Marina de Portimão; PF 216 - Marina de Lagos; PF 217 - Porto de Olhão; PF 218 - Porto de Peniche; PF 220 - Porto da Nazaré; PF 222 - Porto de Póvoa do Varzim; PF 223 - Porto de Porto Santo; PF 224 - Porto de Angra do Heroísmo; PF 227 - Marina de Cascais; PF 228 - Porto de Sesimbra.

²⁹ Nos termos do Código de Fronteiras Schengen, o controlo de embarcações de recreio é realizado de forma sistemática e presencial.

ILUSTRAÇÃO 17 - TIPO DE EMBARCAÇÕES | NAVIOS - CONTROLADOS (2009)



No total e por tipo de embarcação controlada, verifica-se que 64,3% eram embarcações de recreio (21.684), 32,7% navios comerciais (11.033), seguindo-se os navios de cruzeiro (796) e as embarcações de pesca (161).

2.2. Passageiros e Tripulantes Controlados

Nas fronteiras marítimas, em 2009 foram controladas **1.627.291** pessoas, correspondendo a **1.072.718** passageiros (+17,7%) e **554.573** tripulantes (+5%), traduzindo um **aumento** de **13%** face ao ano de 2008 (1.439.702).

ILUSTRAÇÃO 18 - ORIGEM DE PASSAGEIROS CONTROLADOS (2009)

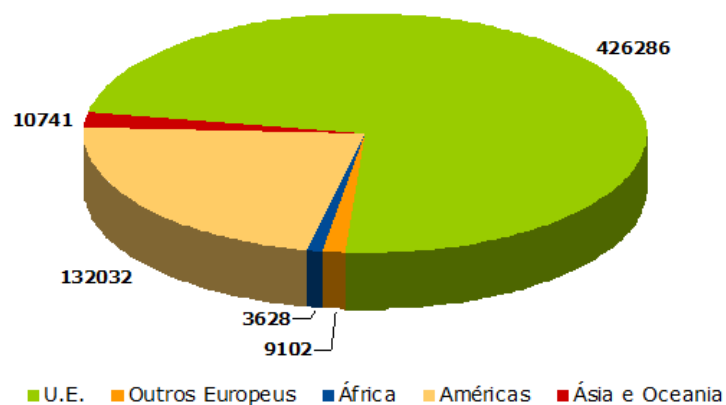
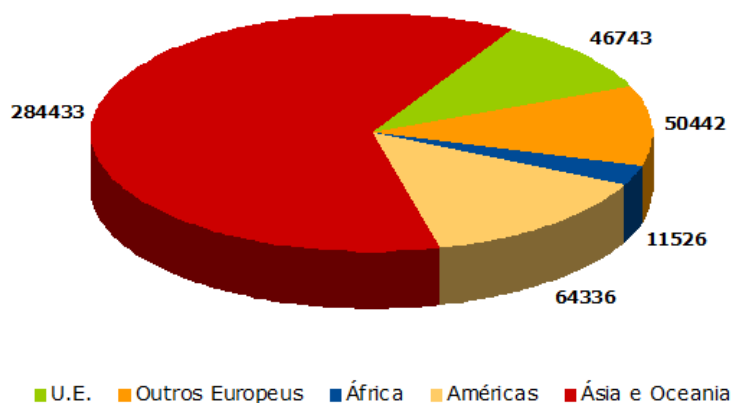
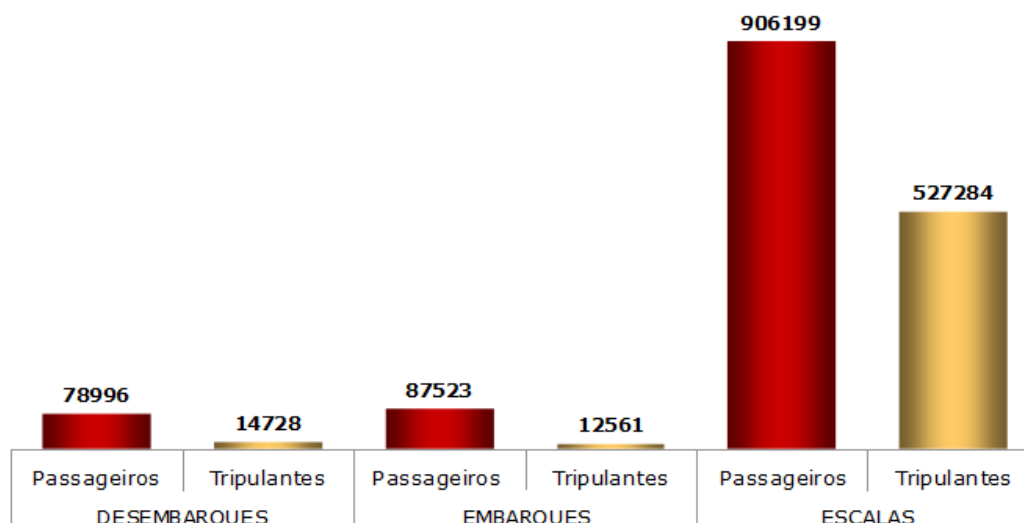


ILUSTRAÇÃO 19 - ORIGEM DE TRIPULANTES CONTROLADOS (2009)



Em termos de grandes grupos de nacionalidades, a maioria dos passageiros era nacional de países da União Europeia (426.286) e das Américas (132.032). Quanto a tripulantes, destaca-se o continente asiático, área tradicional de recrutamento destes profissionais, seguido das Américas. Por outro lado, verifica-se que a esmagadora maioria do movimento registado nas fronteiras marítimas se reporta a passageiros e tripulantes em escala.

ILUSTRAÇÃO 20 - PASSAGEIROS | TRIPULANTES CONTROLADOS (2009)



Secção 3. Vistos concedidos nos postos de fronteira

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nos termos definidos na lei, tem competência para conceder nos postos de fronteira, a título excepcional, vistos de curta duração, de trânsito e vistos especiais.

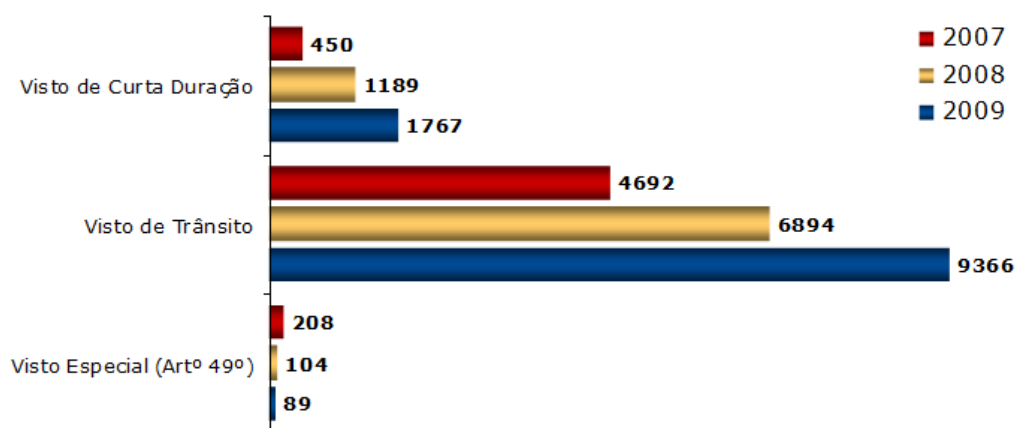
Deve assinalar-se ainda que boa parte dos vistos concedidos nas fronteiras têm os Marítimos por destinatários, sendo emitidos ao abrigo das facilidades consagradas pelos instrumentos internacionais aplicáveis a estes profissionais. Por outro lado, o aumento dos vistos de trânsito concedidos resulta do fim do regime de isenção de visto de trânsito a marítimos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que transitavam por Portugal bem como dos vistos colectivos emitidos a marítimos, em Junho de 2009.

Em 2009 foi concedido um total de **11.222 vistos** na fronteira, expressando um **acréscimo** de **37%** relativamente a 2008 (8.187). Por tipologia, surge, de forma destacada, o **visto** de **trânsito** (9.366), seguido do **visto** de **curta duração** (1.767) e do **visto especial**³⁰ (89).

³⁰ Emitido nos termos do artigo 68.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

Destacam-se ainda, por local de emissão, o aeroporto de Lisboa (3.559) e o porto de Lisboa (2.448).

ILUSTRAÇÃO 21 - VISTOS CONCEDIDOS EM POSTOS DE FRONTEIRA (2007 - 2009)

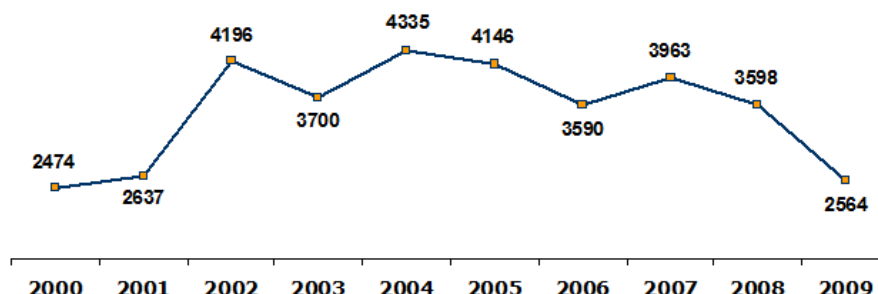


Secção 4. Recusas de entrada

A recusa de entrada consiste numa decisão de não admissão de um estrangeiro em Portugal, fundamentada no facto de aquele não reunir as condições legalmente definidas para a entrada em território nacional.

Na ilustração 22 estão registados os valores das recusas de entrada em Território Nacional no período compreendido entre 2000 e 2009.

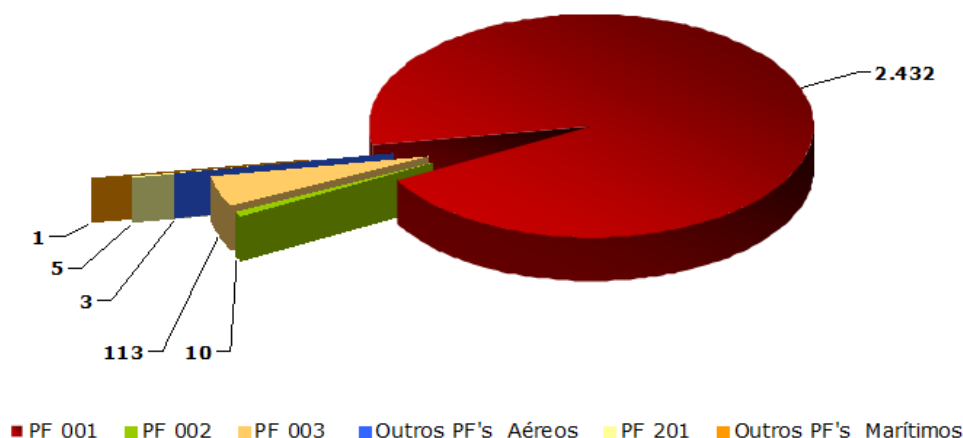
ILUSTRAÇÃO 22 - RECUSAS DE ENTRADA (2000 – 2009)



Em 2009 foram efectuadas **2.564 recusas de entrada** em Portugal, valor que traduz um **decréscimo** de **39%** face a 2008 (3.598). Este decréscimo terá que ser associado ao decréscimo de 15,8% de passageiros controlados nos aeroportos nacionais. A predominância do aeroporto de Lisboa em termos de movimento de passageiros nas fronteiras aéreas, bem como a origem/destino dos voos justifica que 94,9% das situações de não admissão no país se reporte a este posto de fronteira.

Por nacionalidade, o **Brasil** ocupa o primeiro lugar (**1.668** recusas), seguido do **Senegal** (162), **Angola** (145), **Guiné-Bissau** (123) e **Venezuela** (91). A destacar ainda 49 casos de recusa de entrada em que não foi possível confirmar a nacionalidade dos respectivos indivíduos, o que representa o sexto maior grupo de pessoas não admitidas em Portugal.

ILUSTRAÇÃO 23 - RECUSAS DE ENTRADA | POSTO DE FRONTEIRA (2009)



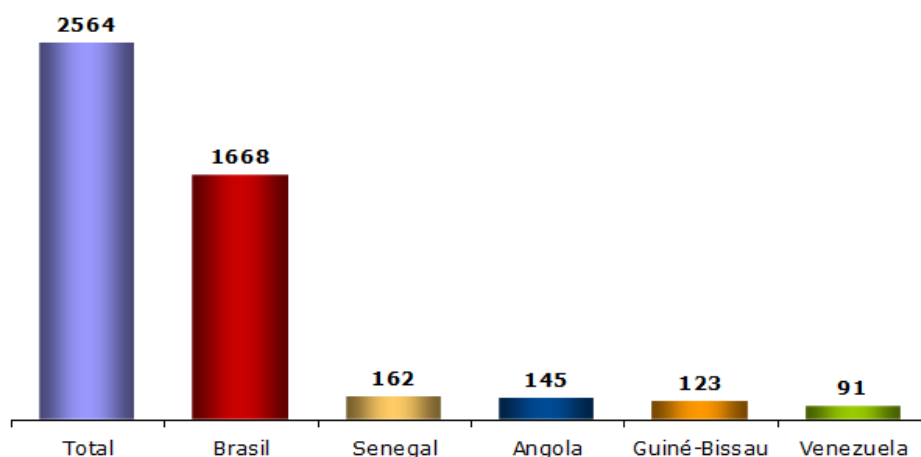
Face a 2008, assinala-se o aumento das recusas de entradas a nacionais da Guiné-Bissau (41,4%) e Angola (40,8%). Por outro lado, decresceram as recusas a nacionais do Senegal (-62,4%), Venezuela (-42%) e Brasil (-28,5%).

Em termos absolutos, 2009 mantém a preponderância, registada nos últimos anos, dos fluxos migratórios do Brasil (e já não latino-americanos), em detrimento dos fluxos africanos. Concretizando, o Brasil continua a destacar-se das demais nacionalidades no que se refere a situações de não admissão. De resto, neste ano as recusas de entrada a indivíduos da América Latina circunscrevem-se ao Brasil, já que a Venezuela passa para o quinto lugar, confirmando uma tendência decrescente já registada em 2008³¹.

No continente africano, destaque para o decréscimo de recusas a cidadãos do Senegal, o que não prejudica que se mantenha como a segunda nacionalidade mais representativa, e a subida expressiva de Angola e da Guiné-Bissau, contrariando a descida registada em 2008.

³¹ Em 2008 a Bolívia também deixou de ter expressividade ao nível da recusa de entrada em Portugal, em resultado da reintrodução da obrigatoriedade de visto para a entrada na UE de cidadãos bolivianos.

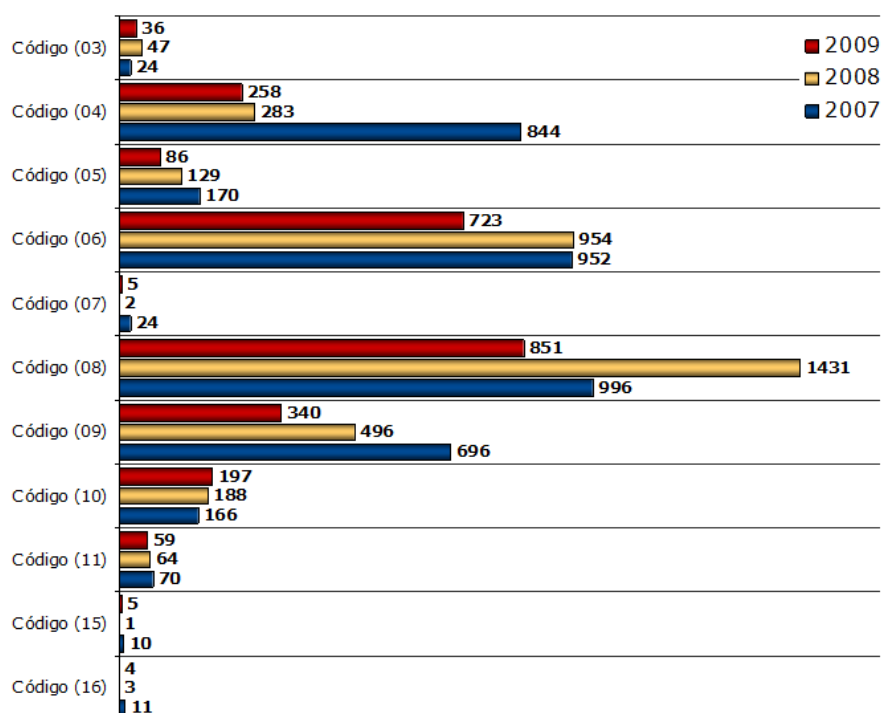
ILUSTRAÇÃO 24 - RECUSAS DE ENTRADA | NACIONALIDADE (2009)



O principal aspecto a reter quanto aos fundamentos de não admissão é que a sua ordenação se tem mantido estável ao longo dos últimos anos com destaque para as recusas de entrada por “ausência de motivos que justifiquem a entrada”, “ausência de visto/visto caducado, ausência de meios de subsistência” e do “uso de documento falso/falsificado”.

Tendo-se registado uma diminuição global no valor de 2009, em simultâneo verifica-se a diminuição dos valores relativos a cada um dos fundamentos. Assim, o fundamento de “ausência de motivos que justifiquem a entrada” registou 851 casos (-40,5% face a 2008); a “ausência de visto/visto caducado” 723 casos (-24,2%); a “ausência de meios de subsistência” 340 casos (-31,5%) e o “uso de documento falso/falsificado” 258 casos (- 8,8%).

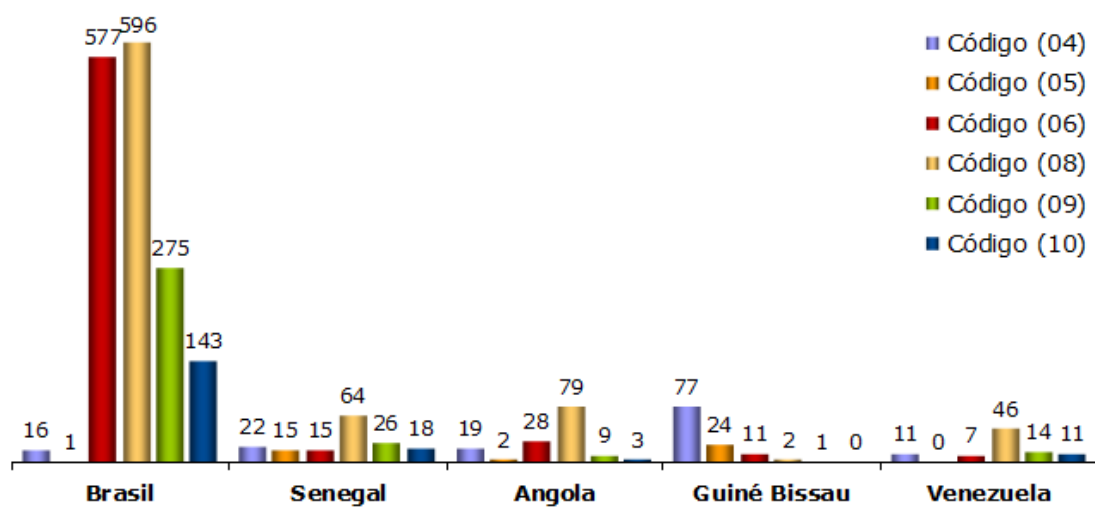
ILUSTRAÇÃO 25³² - FUNDAMENTOS DA RECUSA DE ENTRADA (2007-2009)



Cruzando as nacionalidades com os fundamentos da recusa de entrada, verifica-se que nos casos do Brasil, Senegal, Angola e Venezuela, a “ausência de motivos que justifiquem a entrada” constitui o motivo predominante. Já no caso da Guiné-Bissau, o principal fundamento foi o uso de “documento falso ou falsificado”.

³² Código (03) – Ausência de Documento de Viagem ou Documento Caducado; Código (04) – Documento falso ou falsificado; Código (05) – Utilização de documento Alheio; Código (06) – Ausência visto ou visto caducado; Código (07) – Visto falso ou falsificado; Código (08) – Ausência motivos que justifiquem entrada; Código (09) – Ausência de meios de subsistência; Código (10) – Indicações para efeitos de Não-Admissão no espaço Schengen; Código (11) – Estrangeiros menores desacompanhados; Código (15) – Cumprimento de Medida Cautelar; Código (16) – Outros.

ILUSTRAÇÃO 26³³ - RECUSAS DE ENTRADA POR NACIONALIDADE (2009)



³³ Código (04) – Documento falso ou falsificado; Código (05) – Utilização de documento Alheio; Código (06) – Ausência visto ou visto caducado; Código (08) – Ausência motivos que justifiquem entrada; Código (09) – Ausência de meios de subsistência.

Capítulo 2 – Actuação em território nacional

A actuação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em território nacional evidenciada no presente capítulo compreende os domínios da fiscalização da actividade de estrangeiros bem como a investigação associada à criminalidade no âmbito do auxílio à imigração ilegal e criminalidade conexa.

Por outro lado, é abordada a perspectiva dos resultados da actuação a este nível, bem como no domínio do controlo de fronteira, nomeadamente a fraude documental e medidas cautelares detectadas, medidas de afastamento e processos contra-ordenacionais empreendidos.

Secção 1. Fiscalização

No domínio do controlo e fiscalização da permanência e actividades de estrangeiros em território nacional, o SEF concretiza as atribuições que lhe estão legalmente confiadas, centrando a sua actuação na repressão das redes de recrutamento de mão-de-obra ilegal e de tráfico de seres humanos. Como pressuposto desta actuação, o reforço da fiscalização e da investigação criminal constituem um factor de equilíbrio tendo em vista uma imigração mais regulada e tutelada dos direitos fundamentais dos imigrantes.

Em 2009, no âmbito da actividade de fiscalização desenvolvida pelas Direcções Regionais, foram realizadas **9.143 acções** (9.734 em 2008), das quais **6.570** (5.670 em 2008) foram empreendidas pelo SEF **de forma autónoma** e **2.573** (4.064 em 2008) em **actuação conjunta** com outras entidades, nomeadamente GNR, PSP, PJ, ACT, Segurança Social e o *Cuerpo Nacional de Policía* de Espanha, este no âmbito da cooperação luso espanhola.

Desta forma, não obstante se tenha registado um sensível decréscimo no valor total das operações (-6%), deve realçar-se que o número de acções de fiscalização realizadas **autonomamente** pelo SEF teve um **incremento de 15,9%**, face ao ano anterior, reportando-se aquele decréscimo às acções desenvolvidas de forma conjunta (-36,7%). É assim possível afirmar que, neste âmbito, o SEF manteve a sua actuação em linha com estratégia de combate ao emprego clandestino, à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos. Neste contexto, cabe ainda referir a promoção das designadas **operações de grande impacto**, envolvendo diversas unidades orgânicas, com uma abrangência pluriregional, designadamente “Cesário” e “Camões” (prevenção da criminalidade associada a testes de conhecimentos de língua portuguesa para obtenção da nacionalidade portuguesa) e “Maresia” (fiscalização na zona costeira portuguesa).

A Direcção Regional do Centro foi a unidade orgânica que maior número de acções de fiscalização empreendeu, com um total de 3.244 operações, explicado em parte pelo CCPA de Vilar Formoso ser o principal ponto de entrada terrestre no país.

ILUSTRAÇÃO 27 - ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (2009)

ACÇÕES FISCALIZAÇÃO	DR NORTE	DR CENTRO	DRLVTA	DR ALGARVE	DR MADEIRA	DR AÇORES	TOTAL
TOTAL GERAL	2.351	3.244	2.056	1.151	152	189	9.143
AUTÓNOMAS	2.207	2.347	1.236	459	147	174	6.570
CONJUNTAS	144	897	820	692	5	15	2.573

Do total das acções, destacam-se os **controles móveis (2.936)**, a fiscalização a **estabelecimentos de restauração (1.262)** e a **terminais de transportes (725)** e a categoria de **outros controlos (2.586)**.

No âmbito das acções de fiscalização executadas, foram **identificados 214.006 cidadãos**, dos quais **93.062** eram portugueses e **66.717** eram nacionais de outros países da União Europeia. Daquele universo, **54.227** eram nacionais de países terceiros, dos quais **3.309** se encontravam em **situação ilegal**. Face aos valores de 2008, o número total de cidadãos identificados registou uma diminuição de 21,1% em 2009. De igual forma, o número de nacionais de países terceiros identificados registou uma diminuição face a 2008 e uma ligeira diminuição do número daqueles que permaneciam em situação ilegal (7,13% em 2008 face a **6,1%** em 2009).

Por nacionalidade dos estrangeiros identificados (nacionais de países terceiros), sobressai o **Brasil** com 15.154 cidadãos, dos quais 2.035 estavam em situação ilegal (13,43%). Nas detecções em situação ilegal relevam ainda as nacionalidades **guineense** (7,63%), a **cabo-verdiana** (3,74%), a **chinesa** (6,3%), a **angolana** (4,54%) e a **ucraniana** (2,46%).

ILUSTRAÇÃO 28 - ESTRANGEIROS IDENTIFICADOS | SITUAÇÃO ILEGAL (2009)

		IDENTIFICADOS	EM SITUAÇÃO ILEGAL	PERCENTAGEM DE ILEGAIS
TOTAL		54.227	3.309	6,1%
PRINCIPAIS NACIONALIDADES	BRASIL	15.154	2.035	13,43%
	GUINÉ BISSAU	2.018	154	7,63%
	CABO VERDE	3.881	145	3,74%
	CHINA	2.000	126	6,3%
	ANGOLA	2.447	111	4,54%
	UCRÂNIA	4.104	101	2,46%

Secção 2. Investigação criminal

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras possui competência para proceder à averiguação e investigação criminal dos ilícitos de auxílio à imigração ilegal e outros com ele conexos, nomeadamente do crime de tráfico de pessoas, sem prejuízo das atribuições de outras entidades neste domínio. Não deverá descurar-se que o combate às redes de imigração e de mão-de-obra ilegais constituem um objectivo estratégico da actuação do Serviço.

No âmbito da investigação criminal, durante o ano de **2009**, foram reportadas à Direcção Geral de Política de Justiça **230** participações por ilícitos criminais³⁴. Por tipo de crime, evidencia-se a falsificação de documentos (84), auxílio à imigração ilegal (51), casamento de conveniência (17), violação de medida de interdição de entrada (13), utilização de documento alheio (11), associação de auxílio à imigração ilegal (3), tráfico de pessoas (3), lenocínio (3).

ILUSTRAÇÃO 29 - CRIMINALIDADE PARTICIPADA (2009)

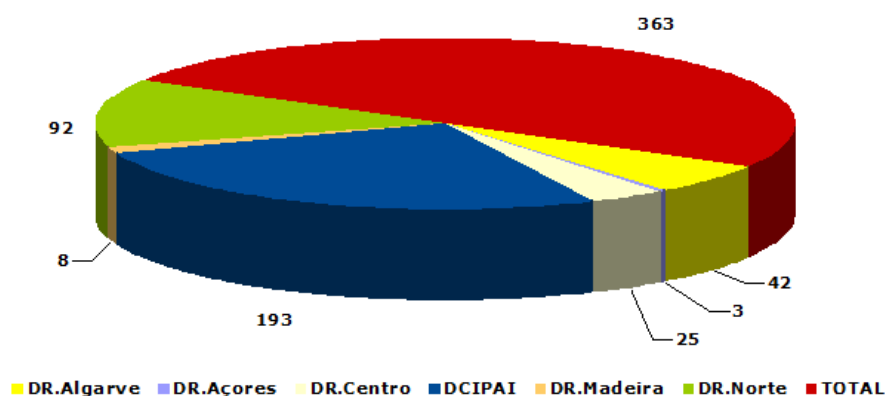


³⁴ No Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2008 foram enunciados os valores relativos aos processos registados sob NUIPC. Aqueles valores, para além da criminalidade participada, incluíam o número de detidos por permanência irregular, nos termos do artigo 146.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, o que obsta à sua comparação com os dados ora apresentados.

No decurso de 2009, foram **distribuídos** ao SEF **363 inquéritos** para **investigação**, registando-se um ligeiro decréscimo de 1,6% (369 inquéritos em 2008).

Por área geográfica, destaca-se a região de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo (investigação a cargo da DCIPAI³⁵ com 53,2% dos inquéritos) e a Direcção Regional do Norte (25,3%).

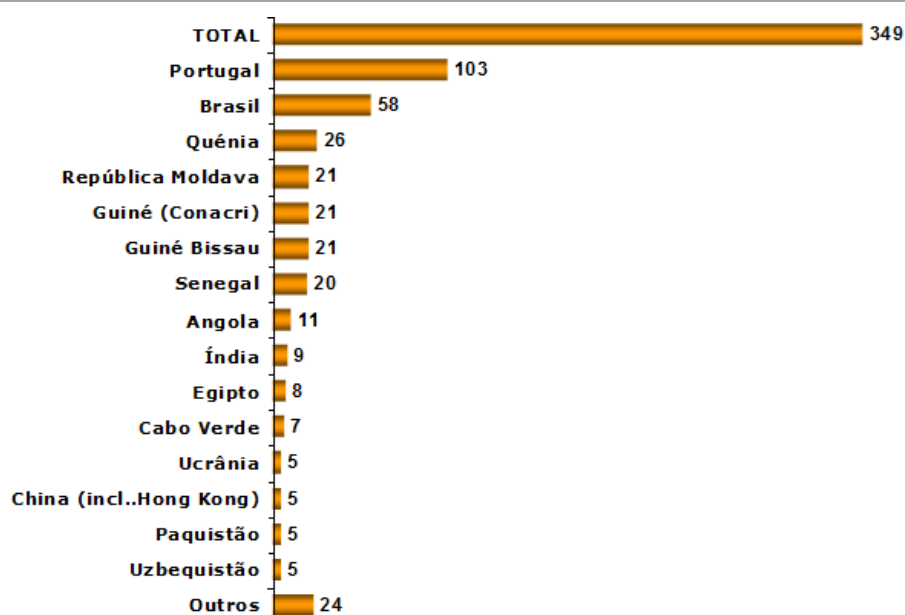
ILUSTRAÇÃO 30 - INQUÉRITOS DISTRIBUÍDOS PARA INVESTIGAÇÃO (2009)



Relativamente à **nacionalidade dos arguidos**, com base nos inquéritos em investigação, salientam-se as nacionalidades portuguesa (103), brasileira (58), queniana (26), moldava, guineense (Conacri) e guineense (Bissau) (21 nos três casos).

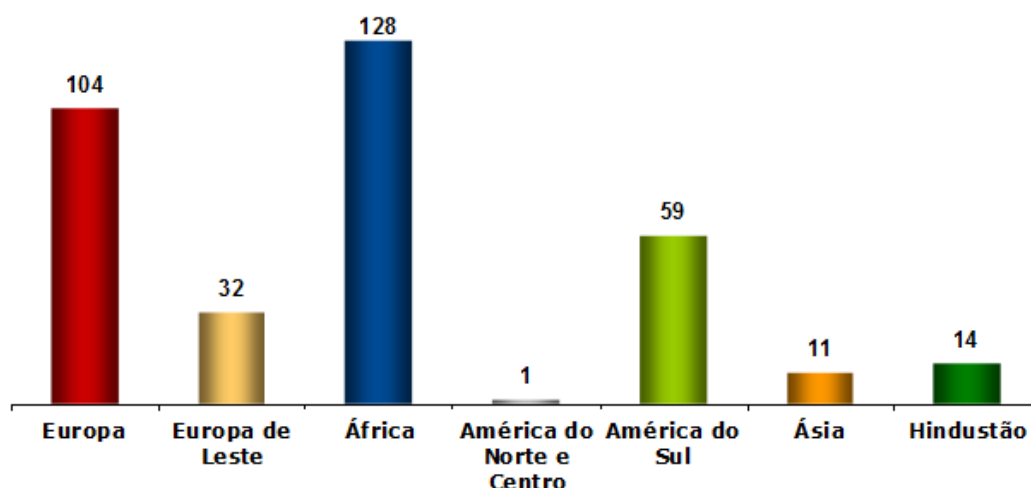
³⁵ DCIPAI – Direcção Central de Investigação Pesquisa e Análise de Informação do SEF.

ILUSTRAÇÃO 31 - NACIONALIDADE DOS ARGUIDOS (2009)



No que se refere à relação entre processos em investigação e **áreas geográficas** de origem de **fluxos migratórios ilegais**, foram claramente identificadas as seguintes áreas: Europa (136 – dos quais 32 processos do Leste Europeu), África (128) e América do Sul (59).

ILUSTRAÇÃO 32 - FLUXOS MIGRATÓRIOS (2009)



Ao nível de **medidas de polícia**, regista-se a execução de 66 detenções, 181 buscas (112 domiciliárias e 69 não domiciliárias), apreensões diversas (3 armas, 312 munições, 16 viaturas, 148 equipamentos de comunicações e

informáticos, 84 documentos de identificação e viagem e numerário no valor de 70.443€ e 3.571.245 FCFA³⁶).

Em **síntese**, assinala-se o predomínio da criminalidade relacionada com a falsificação de documentos, o auxílio à imigração ilegal, e os casamentos por conveniência. O crime de auxílio à imigração ilegal merece particular atenção por lhe estarem acessoriamente ligados fenómenos criminais de maior complexidade, como é o caso do tráfico de pessoas. O casamento de conveniência (criminalizado pelo artigo 186.º da Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho) esteve na origem de 17 inquéritos, merecendo particular atenção por ser de complexa investigação e utilizado como forma de defraudar a lei de estrangeiros em matéria de permanência em território nacional.

No ano de 2009 foram concedidas 32 autorizações de residência a cidadãos estrangeiros (por género: 18 masculino, 14 feminino) vítimas de infracções penais ligadas ao tráfico de pessoas ou ao auxílio à imigração ilegal, nos termos do artigo 109.º da Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho.

Secção 3. Fraude documental

A detecção de fraude documental decorre das actividades de identificação e peritagem documental, em especial no que se prende com documentos de viagem e de identidade.

Durante o ano de 2009 foram registadas **678** detecções de **fraude documental** (documentos de viagem, identidade e de residência), o que corresponde a um ligeiro decréscimo (- **7.5%**) relativamente ao ano anterior (733 detecções). Este decréscimo da detecção de fraude documental assume uma dimensão

³⁶ Francos da República Centro Africana.

sustentada no triénio 2007-2009, em resultado das medidas de reforço da segurança documental e a introdução de dados biométricos em documentos de viagem, bem como da consolidação dos projectos do passaporte electrónico português (PEP), do RAPID, do PASSE e do incremento da formação na área da documentação de segurança. De resto, no domínio da documentação de segurança, o SEF continua a afirmar-se como uma entidade de referência a nível europeu e internacional.

3.1. Detecções por Tipo

No que concerne ao **tipo de fraude** detectada em 2009, salienta-se:

- A utilização de **documento alheio**, devido ao reforço da segurança física dos documentos: **206**;
- O registo de um aumento (significativo) na detecção de documentos **emitidos fraudulentamente**: **52**;
- O aumento da detecção de **documentos fantasistas**: **5**;
- A diminuição da detecção de documentos **contrafeitos**: **87**;
- A redução da detecção de documentos com **emissão indevida**: **24**.

Nos restantes tipos de fraude verificam-se ligeiras variações no número de documentos detectados, respectivamente: Alteração de dados: **30** (+20%); substituição de página(s): **79** (+17,9%); furtados em branco: **9** (+12,5%); substituição de fotografia: **93** (+9,4%); vistos falsos ou falsificados: **50** (+4,2%); carimbos falsos ou falsificados: **43** (-17,3%).

3.2. Locais de detecção

Os documentos com fraude foram detectados, primordialmente nos postos de fronteira. Assim, foram interceptados 616 documentos no Aeroporto de Lisboa (PF001), 16 no Aeroporto do Porto (PF003), 8 no Aeroporto de Ponta Delgada (PF007), 3 no Aeroporto de Faro (PF002), 3 no Porto da Póvoa de Varzim (PF222). Noutros locais, foram detectados 4 documentos com fraude no CCPA de Vilar Formoso e 28 nas Direcções e Delegações Regionais do SEF.

O **aeroporto de Lisboa**, à semelhança dos anos anteriores, afirma-se como o local onde se detecta o maior número de documentos fraudulentos, com **90,9%** do total (face a 87% em 2008).

3.3. Nacionalidade dos documentos

O número de documentos fraudulentos da **União Europeia**, num total de **246**, diminuiu face ao ano de 2008 (-25,9%). Dos documentos interceptados registaram-se, entre outros, 114 autorizações de residência (53 das quais portuguesas), 75 passaportes (11 dos quais portugueses) e 51 bilhetes de identidade (16 dos quais, igualmente, portugueses).

Os tipos de fraude mais frequentes, nestes documentos, foram o uso de documento alheio (124), seguindo-se a contrafacção (59), a substituição de página (22) e a substituição de fotografia (21).

Quanto à nacionalidade dos documentos da UE mais utilizados foram: **80 portugueses**, **58 franceses**, **29 italianos**, **25 espanhóis** e **14 belgas**.

No que respeita aos documentos de **nacionalidades africanas** com fraude, distinguem-se os oriundos de países africanos de língua oficial portuguesa (**PALOPs**).

Em relação aos PALOPs, foram detectados 143 documentos objecto de fraude, verificando-se um aumento de 58,9, face ao ano de 2008. Os

passaportes foram os documentos mais detectados (132), na maioria da **Guiné-Bissau** (118), seguindo-se **Angola** (16), **Cabo Verde** (7) e **Moçambique** (1). Quanto ao tipo de fraude associada, refere-se o uso de documento alheio (34), substituição de fotografia (23) e vistos falsos/falsificados (19).

De salientar o facto de a Guiné-Bissau ser a nacionalidade com maior número de documentos com fraude detectados em 2009 com valor de **118** (17,4% do total).

Nas restantes categorias de documentos detectados temos a emissão fraudulenta (**18**), vistos falsos/falsificados (**17**), emissão indevida (**15**), carimbos falsos/falsificados (**10**), substituição de página (**5**) e alteração de dados (**1**).

Quanto aos **restantes países de África**, em 2009 constata-se a consolidação da quebra verificada no ano precedente, relativamente aos documentos do Senegal, com um decréscimo de **43,2%** face a 2008.

O Senegal tornou-se a nacionalidade mais representativa do continente africano, excluindo PALOP, com 48 documentos. Quanto à tipologia da fraude associada, salienta-se a emissão fraudulenta (**18**), substituição de fotografia (**13**) e alteração de dados (**8**).

Das restantes nacionalidades sobressaem os documentos da Nigéria (**15**), África do Sul (**9**) e Gâmbia (**8**).

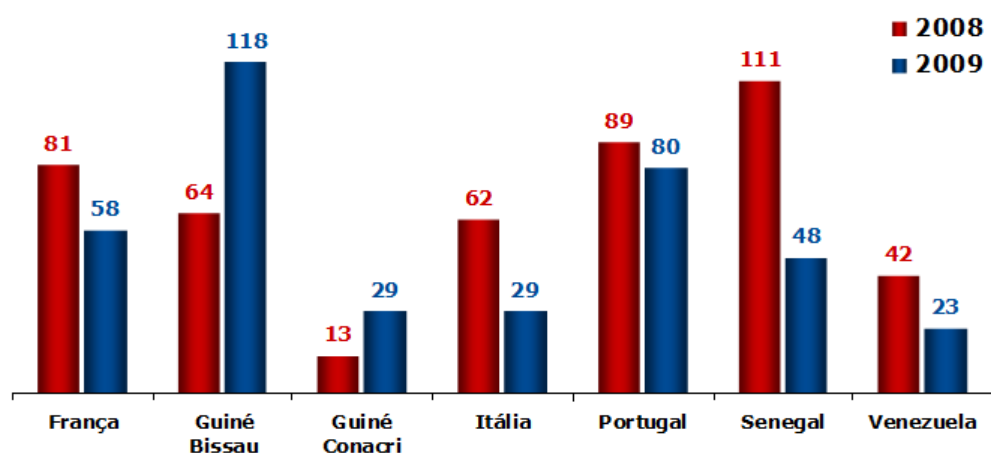
Relativamente às **Américas**, foram detectados 89 documentos com fraude, evidenciando-se, tal como em 2008, a **Venezuela** com 23 documentos e o **Brasil** com 20.

Os tipos de fraude mais frequentes foram a contrafacção (22) e a substituição de página (22), seguindo-se a substituição de fotografia (11) e a alteração de dados (9).

No que concerne ao **continente asiático**, foram detectados 30 documentos com fraude, evidenciando-se a **República da Coreia** como a nacionalidade com maior número de documentos (9). A fraude associada a estes documentos assumiu o tipo de substituição de página em passaportes, utilizados por cidadãos de nacionalidade chinesa. De registar também o aumento significativo dos documentos israelitas (8 passaportes com substituição de fotografia), face ao ano anterior (2 documentos).

Foram também detectados documentos da **China** (4), **Índia** (4), **Malásia** (3) e **Japão** (2).

ILUSTRAÇÃO 33 - PRINCIPAIS NACIONALIDADES DOS DOCUMENTOS (2008 - 2009)



3.4. Nacionalidade do portador

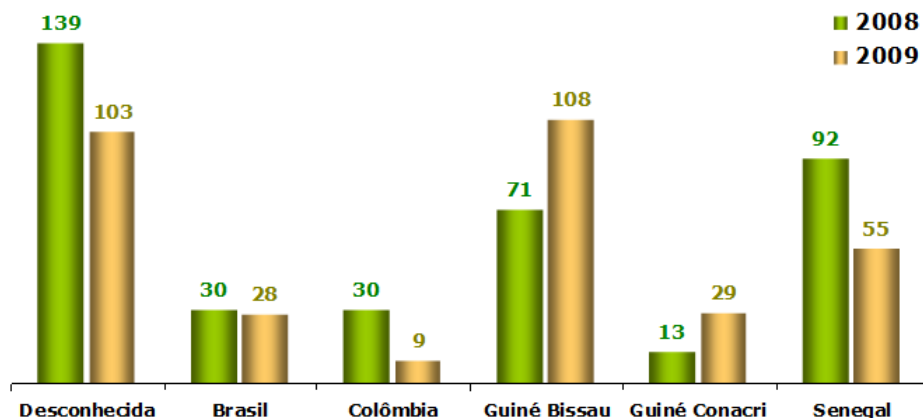
Durante o ano de **2009**, não foi possível identificar a nacionalidade de 103 indivíduos, entre os portadores de documentos fraudulentos (139 em 2008).

Dos restantes, foram confirmados 302 cidadãos **africanos** (269 em 2008), a saber: 108 da Guiné-Bissau, 55 do Senegal, 29 da República da Guiné (Conakri), 21 de Angola e 21 da Nigéria.

Relativamente aos cidadãos oriundos da **América**, foram identificados 59 indivíduos (84 em 2008), dos quais se destacam 28 cidadãos brasileiros, 9 colombianos e 5 venezuelanos.

Do continente **asiático** foram identificados 16 cidadãos chineses e 10 georgianos.

ILUSTRAÇÃO 34 - PRINCIPAIS NACIONALIDADES DOS PORTADORES (2008 – 2009)



3.5. Proveniência/destino dos documentos

A proveniência dos portadores de documentação fraudulenta detectada no ano de 2009 é maioritariamente do **continente africano**. Os 321 passageiros oriundos daquele continente foram portadores de 421 documentos com fraude.

Ainda relativamente a situações de fraude documental de cidadãos oriundos de **África**, destaca-se claramente a **Guiné-Bissau**, com 170 passageiros, portadores de 246 documentos. Destes documentos, 94 (38,2%) eram da Guiné-Bissau. Dos restantes documentos apreendidos desta proveniência salientam-se: **Portugal** (33), **República da Guiné** (21), **França** (17), **Espanha** (12), **Bélgica** (9), **Senegal** (8) e **Nigéria** (7).

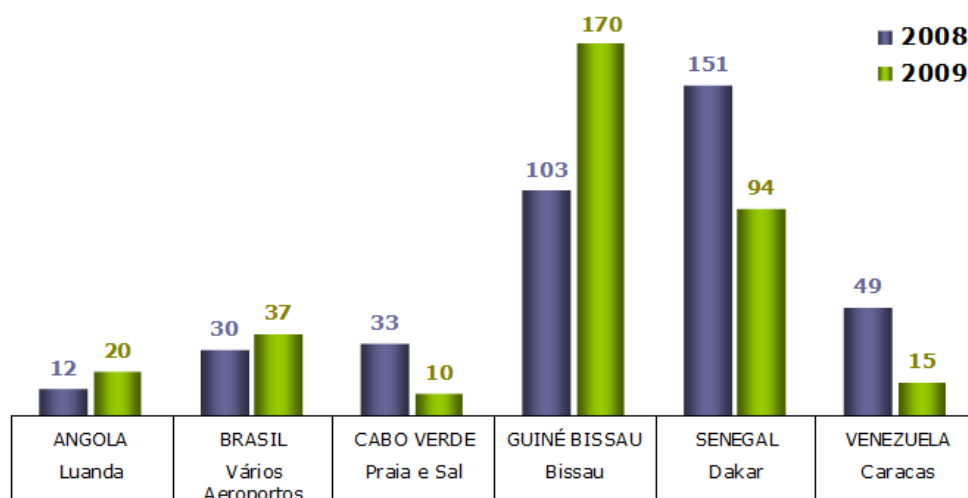
O tipo de fraude detectado mais frequente foi a utilização de documento alheio, com 99 registos, facto que estará relacionado com o incremento dos padrões de segurança da documentação de identidade e viagem.

Provenientes do **Senegal** (Dakar), foram interceptados 131 documentos o que equivale a uma diminuição de 40,2 %, relativamente a 2008. A maioria dos documentos fraudulentos detectados, tinham nacionalidade deste país (**38**) e a fraude mais utilizada foi o uso de documento alheio.

Dos destinos com maior número de documentos interceptados à saída de território nacional, de um total de 81 ocorrências (57 em 2008), evidenciam-se o **Canadá** (36), a **França** (10), a **Itália** (7), o **Reino Unido** (6) e os **EUA** (4).

O posto de fronteira do Aeroporto de Lisboa continua a ser o local com maior número de detecções de documentos à saída de território nacional (**67**), cerca de 83 % do total.

ILUSTRAÇÃO 35 - PROVENIÊNCIA DOS DOCUMENTOS (2008-2009)



Secção 4. Afastamentos

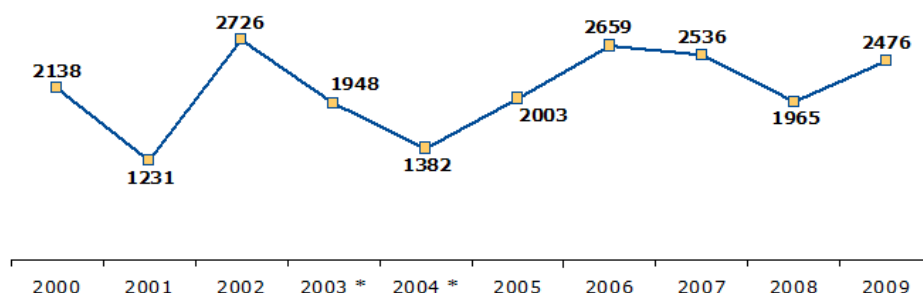
Por regra, o afastamento coercivo de estrangeiros do território português reveste a forma de expulsão administrativa, por entrada ou permanência irregular. No âmbito deste processo administrativo, o estrangeiro que assim o declare pode ser conduzido à fronteira para abandono do país, obstando a continuação do processo de expulsão, ou ser notificado para abandonar voluntariamente o país.

A expulsão pode ainda constituir uma pena acessória pela prática de um crime, detendo, neste caso, natureza judicial. Neste contexto releva ainda a figura da readmissão, quando, nos termos das convenções internacionais, um estrangeiro seja encontrado irregularmente num Estado, vindo directamente de outro.

4.1. Expulsões

Na ilustração 36 encontram-se os valores totais dos processos de expulsão instaurados desde o ano 2000 até ao ano em análise.

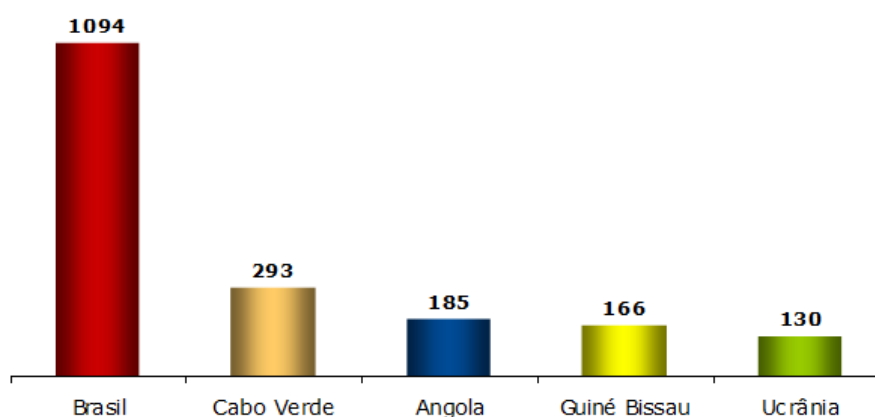
ILUSTRAÇÃO 36 - PROCESSOS DE EXPULSÃO ADMINISTRATIVA INSTAURADOS (2000 – 2009)



*Dados subavaliados

Durante o ano de 2009 foram instaurados **2.476 processos administrativos de expulsão**, o que representa um aumento significativo de **26%** relativamente ao ano anterior (1.965 casos). Por nacionalidades, destacam-se o **Brasil** (1.094), seguindo-se **Cabo Verde** (293), **Angola** (185), **Guiné-Bissau** (166) e **Ucrânia** (130), mantendo-se inalteráveis as principais nacionalidades assinaladas no ano anterior.

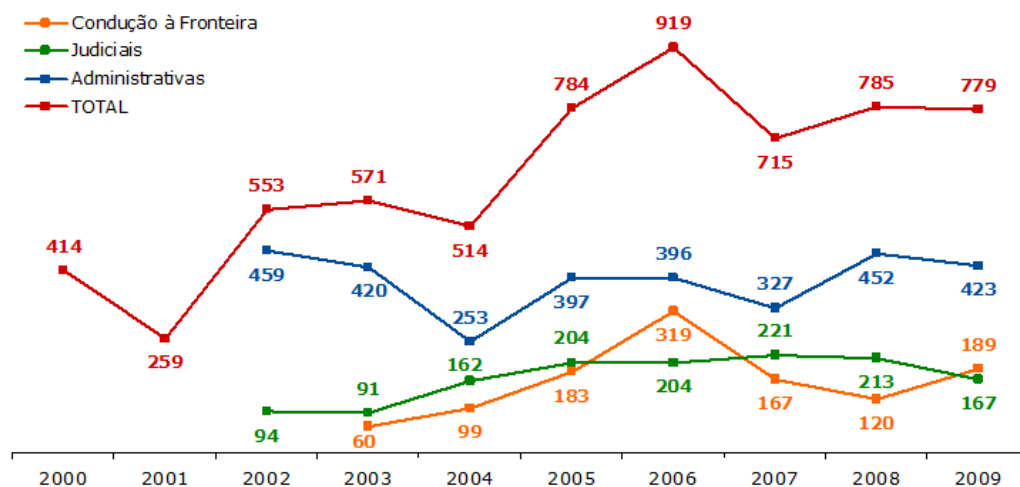
ILUSTRAÇÃO 37 - PROCESSOS DE EXPULSÃO ADMINISTRATIVA INSTAURADOS (2009)



O gráfico da Ilustração 38 engloba a totalidade dos afastamentos executados, bem como a sua desagregação por tipologia³⁷. Faz-se notar que os valores globais estão disponíveis desde 2000 e os parciais apenas desde 2002.

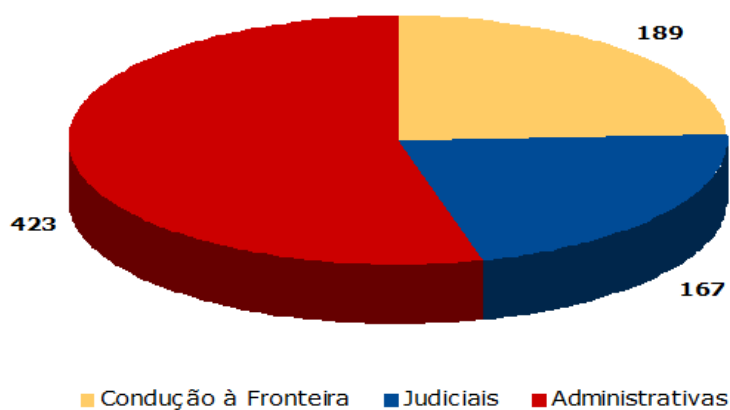
³⁷ Expulsão administrativa, judicial e condução à fronteira, esta última surgida apenas na legislação de 2003.

ILUSTRAÇÃO 38 - AFASTAMENTOS EXECUTADOS (2000 – 2009)



Durante 2009 foram **afastados 779** estrangeiros, representando uma diminuição de **-0,8%** face ao ano de 2008 (785). Daquele valor, **167** afastamentos ocorreram no âmbito do processo de **expulsão judicial** (213 em 2008).

ILUSTRAÇÃO 39 - AFASTAMENTOS EXECUTADOS (2009)



No âmbito de processo de **expulsão administrativa**, foram afastados **423** estrangeiros (452 em 2008) e foram **conduzidas 189** pessoas à fronteira³⁸ (120 em 2008).

³⁸ Artigo 147.º da Lei n.º 23/2007, 4 de Julho.

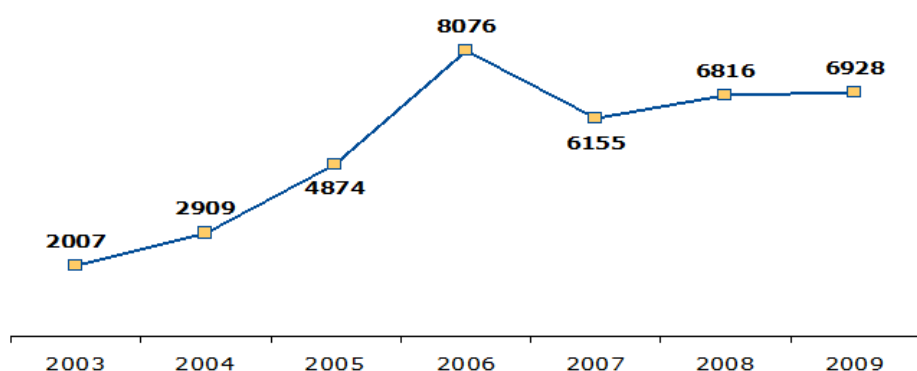
Considerando que as formas de afastamento expulsão judicial e condução à fronteira pressupõem uma decisão judicial, cabendo ao SEF somente a sua execução, o seu volume não depende da actuação do Serviço.

As nacionalidades mais representativas, no âmbito do afastamento foram as do **Brasil** (350), **Ucrânia** (77), **Cabo Verde** (65), **Angola** (36) e **Guiné-Bissau** (30). Ao nível das nacionalidades mais representativas, regista-se a saída de Marrocos e da Venezuela (que em 2008 ocupavam, respectivamente o terceiro e quinto lugar) substituídos, respectivamente por Cabo Verde e Angola.

4.2. Notificações para abandono voluntário³⁹

A figura da notificação para abandono voluntário (NAV) foi introduzida no regime legal de estrangeiros por via das alterações legislativas de 2003⁴⁰. As NAVs registaram o maior valor no ano de 2006, com decréscimo no ano de 2007, retomando o crescimento em 2008 e 2009, conforme se observa no gráfico.

ILUSTRAÇÃO 40 - NOTIFICAÇÕES PARA ABANDONO VOLUNTÁRIO (2003 – 2009)

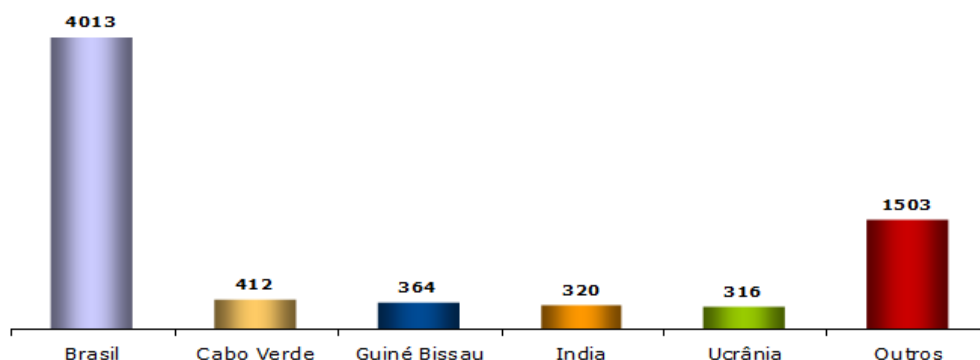


Em 2009 registaram-se **6.928** notificações para abandono voluntário de território nacional, o que representa um aumento de **1,6%** relativamente ao ano anterior (6.816 notificações).

³⁹ Artigo 138.º, n.º 1, da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

⁴⁰ Artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro

ILUSTRAÇÃO 41 - NOTIFICAÇÕES PARA ABANDONO VOLUNTÁRIO (2009)



Por nacionalidades, surge destacado o **Brasil** (4.013), seguido de **Cabo Verde** (412), **Guiné-Bissau** (364), **Índia** (320) e **Ucrânia** (316). Face ao ano de 2008, não se registam alterações ao nível das principais nacionalidades. Porém é de assinalar o aumento dos cidadãos de Cabo Verde (295) e da Ucrânia (267) e uma sensível descida do Brasil (4240). Pelo segundo ano consecutivo, a Índia surge entre as nacionalidades mais representativas em termos de cidadãos ilegais detectados.

4.3. Readmissões

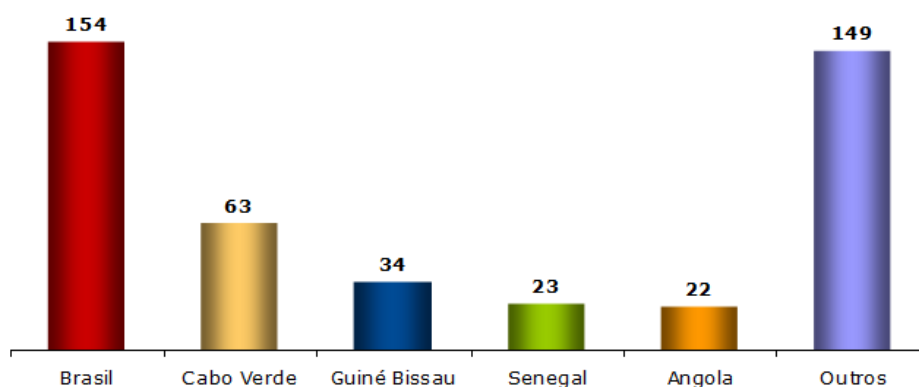
A readmissão⁴¹ consiste no afastamento e devolução ao Estado de onde provém directamente um cidadão estrangeiro em situação irregular, no âmbito de acordos celebrados para esse efeito.

Em 2009 ocorreram **445 readmissões passivas**, das quais 218 foram solicitadas por **Espanha** e 227 por **França**. As readmissões **activas** totalizaram **231**, das quais 227 foram solicitadas a Espanha e 4 a França. Relativamente ao ano de 2008, denota-se uma diminuição de **25,7%** nas readmissões **passivas** (599) e de **45,9%** no caso das readmissões **activas** (427).

⁴¹ Artigo 163.º e seguintes da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

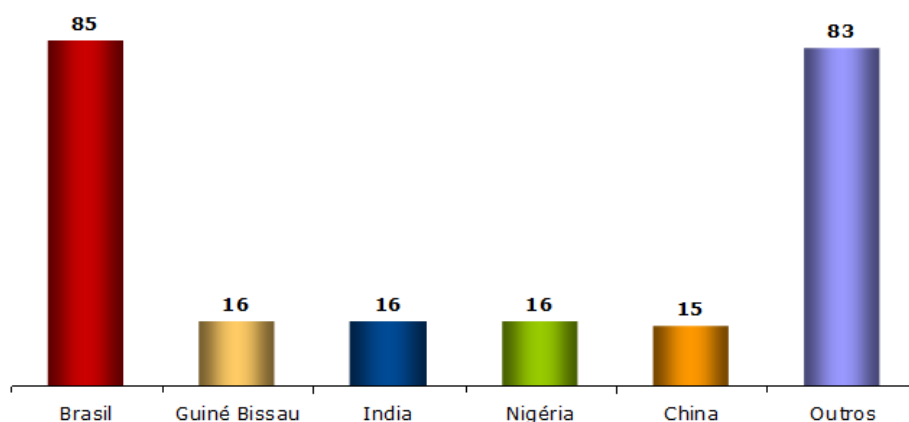
Relativamente às nacionalidades, na **readmissão passiva**, destaca-se o **Brasil** (154), seguido de **Cabo Verde** (63), **Guiné-Bissau** (34), **Senegal** (23) e **Angola** (22). Estas nacionalidades não expressam qualquer alteração face a 2008, com excepção do Senegal, que substituiu o Paquistão.

ILUSTRAÇÃO 42 - READMISSÕES PASSIVAS (2009)



No caso das **readmissões activas**, para além de o **Brasil** continuar a constituir a principal nacionalidade (85), a **Índia**, **Guiné-Bissau** e **Nigéria** (16 cada) mantêm-se, pelo segundo ano consecutivo, entre as principais nacionalidades. A **China** (15) é aqui incluída, substituindo nesta posição, a nacionalidade marroquina.

ILUSTRAÇÃO 43 - READMISSÕES ACTIVAS (2009)



Em **síntese**, os dados relativos às readmissões constituirão um indicador sobre a composição dos fluxos migratórios irregulares com origem ou trânsito em Portugal (no caso das activas) e com origem noutros Estados da UE, designadamente Espanha e França (no caso das readmissões passivas).

Secção 5. Regresso voluntário

A figura do regresso voluntário⁴² concretiza-se através do apoio do Estado português, no âmbito de programas de cooperação estabelecidos com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), para suportar o retorno voluntário ao país de origem de cidadãos estrangeiros.

Portugal vem apostando neste mecanismo como um instrumento de atenuação da imigração ilegal e de incentivo ao desenvolvimento dos países de origem.

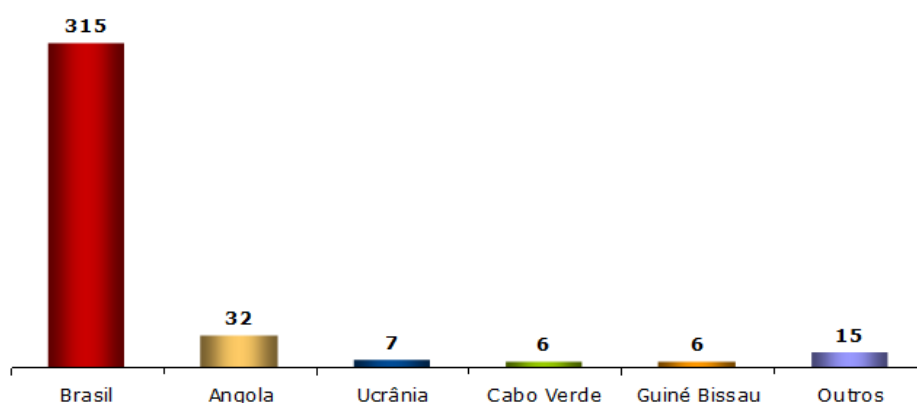
Em resultado de um projecto específico neste domínio – **Projecto SuRRIA** (Sustentação do Retorno – Rede de Informação e Aconselhamento), Portugal conta presentemente com uma rede de informação e apoio aos imigrantes que pretendam retornar, por sua iniciativa, aos países de origem.

⁴² Artigo 139.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

Em 2009 beneficiaram do programa de apoio ao regresso voluntário, um total de **381** estrangeiros⁴³, destacando-se os nacionais do **Brasil** (315), **Angola** (32), **Ucrânia** (7), **Cabo Verde** (6) e **Guiné-Bissau** (6).

Regista-se um aumento de **9,8%** face a 2008 (347 regressos voluntários), sem que este acréscimo tenha gerado variações dignas de nota ao nível das nacionalidades, com excepção da Guiné-Bissau que substitui a Rússia. Em termos quantitativos, o Brasil absorve, na prática, o aumento verificado em 2009.

ILUSTRAÇÃO 44 - REGRESSO VOLUNTÁRIO (2009)



Secção 6. Processos de contra-ordenação

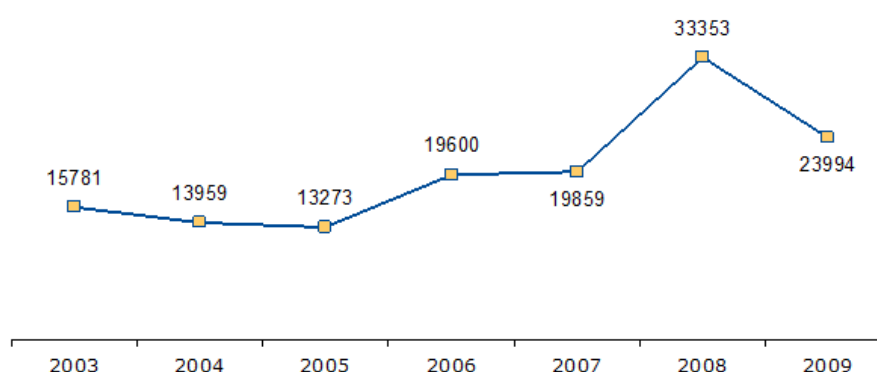
A violação das regras relativas aos deveres definidos pela lei de estrangeiros é sancionada por um acervo de contra-ordenações específicas, sendo a aplicação das respectivas coimas da responsabilidade do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

⁴³ Fonte: OIM – Organização Internacional das Migrações.

Neste contexto merece destaque o regime contra-ordenacional que sanciona o emprego ilegal de estrangeiros, enquanto instrumento de combate a este fenómeno.

A ilustração 45 retrata a evolução dos processos de contra-ordenação instaurados de 2003 a 2009, caracterizada por alguma constância até ao ano de 2007 e uma subida em 2008.

ILUSTRAÇÃO 45 - PROCESSOS DE CONTRA-ORDENAÇÃO (2003 – 2009)



Em 2009 foram instaurados **23.994 processos** de contra-ordenação no âmbito do regime legal de estrangeiros⁴⁴, expressando uma diminuição de **28,1%** face aos valores de 2008 (33.353 processos instaurados).

Em termos de **excesso de permanência**⁴⁵, de um total de **11.758** processos instaurados, sobressaem os nacionais do Brasil (8.232), Ucrânia (666), Cabo Verde (622), Angola (342) e China (305).

Relativamente à **falta de declaração da entrada** por fronteira não sujeita a controlo⁴⁶, de um total de **1.288 processos** instaurados, realçam-se os nacionais do Brasil (573), Ucrânia (147), China (134), Turquia (42) e Rússia (41).

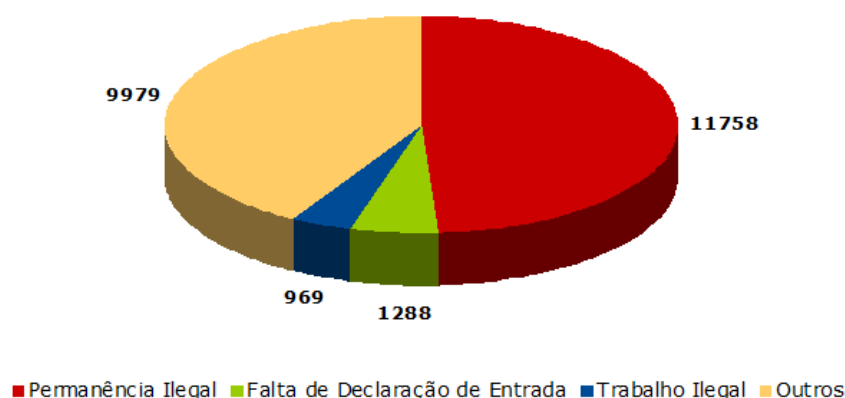
⁴⁴ Artigos 192.º a 203.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

⁴⁵ Artigo 192.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

⁴⁶ Artigo 197.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

O total de processos de contra-ordenação instaurados **por emprego de estrangeiros não habilitados**⁴⁷, ascendeu a **969** processos. Saliente-se que a grande maioria das **entidades patronais** eram de nacionalidade portuguesa (756), seguindo-se as entidades de nacionalidade brasileira (117), chinesa (43) e polaca (9).

ILUSTRAÇÃO 46 - CONTRA ORDENAÇÕES (2009)



Secção 7. Medidas cautelares detectadas

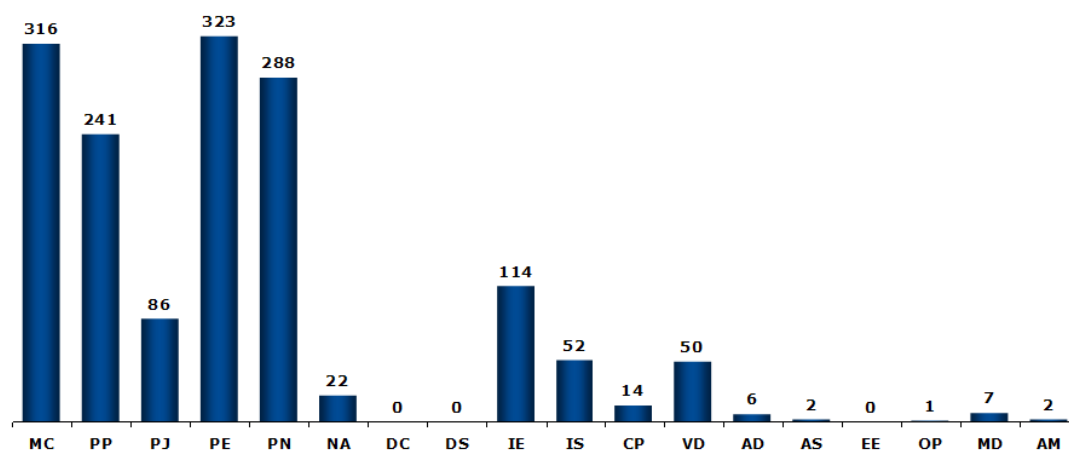
As medidas cautelares detectadas relativas a pessoas reportam-se à verificação de informação constante nas aplicações informáticas disponíveis no Sistema Integrado de Informações do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SII/SEF) relativa a indivíduos procurados e/ou referenciados quer por unidades orgânicas do SEF, quer por entidades externas ao SEF (autoridades judiciais e órgãos de polícia criminal).

Em 2009 foram detectadas **1.524 medidas cautelares**, representando uma diminuição de **2,6%** relativamente ao ano de 2008 (1.565).

⁴⁷ Artigo 198.º, n.º 2, da Lei de Estrangeiros.

Por tipo de medida, sobressai o **pedido de paradeiro** no âmbito do processo administrativo de **expulsão**⁴⁸ **323** medidas (-1,8% face a 2008), o **mandado de captura** com **316** (-20,2%) e o **pedido de paradeiro de autoridade policial** com **241** (-19,1%).

ILUSTRAÇÃO 47⁴⁹ - MEDIDAS CAUTELARES DETECTADAS (2009)

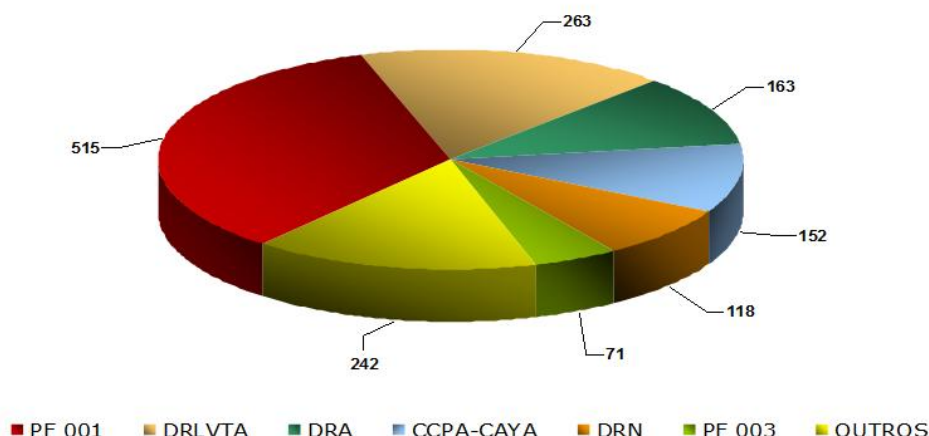


Por local de detecção, à semelhança dos anos anteriores, destacam-se o **Aeroporto de Lisboa** (515), a **Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo** (263), a **Direcção Regional do Algarve** (163) e a **Direcção Regional do Norte** (118).

⁴⁸ Paradeiro para Efeito de Expulsão – Artigo 141.º n.º 1, 148 e 161 da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

⁴⁹ Legenda: MC – Mandado de Captura; PP – Paradeiro Autoridade Policial; PJ – Paradeiro Autoridade Judicial; PA – Paradeiro p/ Asilo; PE – Paradeiro para Efeito de Expulsão – Artigo 141.º n.º 1, 148.º e 161.º da Lei n.º 23/2007; PN – Paradeiro p/ Notificação – Artigo 85.º, n.º 5 e 149.º da Lei n.º 23/2007; DC – Declaração de Contumácia; DS - Detecção Simples; IE – Interdição de Entrada; IS – Interdição de Saída; CP – Cumprimento de Pena; VD – Vigilância Discreta; AD – Adulto Desaparecido; MD – Menor Desaparecido; OP – Oposição ao Progenitor; EE – Encargos ao Estado.

ILUSTRAÇÃO 48 - MEDIDAS CAUTELARES – LOCAL DE DETECÇÃO (2009)



Secção 8. Sistema de Informação Schengen

Em 2009, no quadro das actividades desenvolvidas pelo grupo operativo do SEF presente no Gabinete Nacional SIRENE⁵⁰, destacam-se os seguintes resultados, todos eles expressando um aumento face aos valores do ano precedente:

- Descobertas de indicações (*hits*) em Portugal – 689 (597 em 2008);
- Indicações portuguesas descobertas noutros EM – 128 (59 em 2008);
- Validação de indicações do artigo 96.º⁵¹ – 954 (596 em 2008);
- Eliminação de indicações do artigo 96.º – 53 (46 em 2008);
- Revalidação de indicações do artigo 96.º – 963 (971 em 2008);
- Consultas solicitadas referentes a cartas de condução – 4.343 (3898 em 2008);
- Pedidos nacionais de cooperação policial⁵² – 141 (89 em 2008);
- Pedidos externos de cooperação policial⁵³ – 222 (194 em 2008).

⁵⁰ Responsável pelo tratamento das indicações inseridas no SIS nos termos dos artigos 96.º e 100.º (documentos) da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen (CAAS) e pela cooperação policial, nos termos do artigo 39.º da CAAS, no que se refere a pessoas (identidade) e documentos.

⁵¹ Inseridas pelo Departamento de Identificação, Registo e Difusão (DIRD).

⁵² Pessoas e documentos – artigo 39.º CAAS

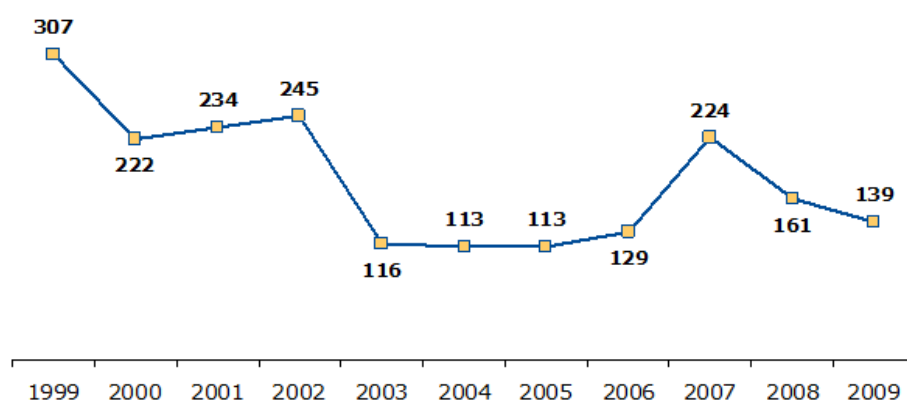
⁵³ Pessoas e documentos - artigos 39.º e 46.º CAAS

Capítulo 3 – Protecção internacional e nacionalidade

Secção 1. Protecção internacional

Como se constata pelo gráfico infra, as solicitações asilo e de autorizações de residência por razões humanitárias, têm registado oscilações ao longo do período em análise (1999-2009), não se delineando uma tendência.

ILUSTRAÇÃO 49 - REQUERENTES DE ASILO (1999-2009)



Em 2009 registaram-se **139 pedidos de asilo**. Deste universo, 72 foram formulados em território nacional (78 em 2008) e 67 no posto de fronteira do aeroporto de Lisboa (83 em 2008). Este valor traduz uma diminuição de pedidos de 13,7% face a 2008 (161), essencialmente devidos à redução dos pedidos formulados na fronteira. Por origem, os requerentes de asilo eram provenientes de **África** (93 pedidos), nomeadamente Eritreia, Guiné Conacri e Mauritânia. Segue-se a **América** (18 pedidos), onde sobressai a Colômbia, a **Ásia** (17 pedidos) onde se destaca o Sri-Lanka, e por fim, a **Europa Central** e de **Leste** (11 pedidos), designadamente da Ucrânia. Em 2008 a Colômbia, o Sri Lanka, a Bósnia e Herzegovina, a Guiné (Conacri) e a Nigéria tinham sido, por esta ordem, as nacionalidades mais representativas.

No ano em apreço foram concedidos **3 estatutos de refugiado** (12 em 2008 e 1 em 2007), a nacionais de países africanos e **45 autorizações de residência**

por **razões humanitárias** (70 em 2008 e 28 em 2007), maioritariamente a cidadãos de países africanos (17), sul-americanos (16), asiáticos (10) e residualmente do leste europeu (2).

Em termos de **reinstalação**, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2007, de 12 de Julho⁵⁴, Portugal acolheu um total de 30 cidadãos; 12 nacionais da República Democrática do Congo, 4 nacionais do Iraque e ainda nacionais de Etiópia e Somália, a todos sido reconhecido o estatuto de refugiado. Em 2009, pela primeira vez foi dado cumprimento ao programa nacional de reinstalação (Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2007), no qual o SEF teve um papel de destaque no processo de reinstalação daqueles cidadãos.

No âmbito da aplicação do **Regulamento de Dublin**⁵⁵, Portugal realizou 18 pedidos a outros Estados Membros, efectuou 12 transferências e recebeu 74 pedidos de outros Estados Membros.

Secção 2. Aquisição de nacionalidade

No âmbito das competências conferidas ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras pela Quarta Alteração à Lei da Nacionalidade⁵⁶, durante o ano de 2009, o Serviço pronunciou-se em **28.977** processos de **aquisição de nacionalidade**. Destes, 2.928 reportavam-se à atribuição originária da nacionalidade a filhos de estrangeiros nascidos em Portugal; 5.567 de aquisição da nacionalidade por efeito da vontade ou por adopção e 18.078 por naturalização, dos quais 2.404 são referentes a menores nascidos em Portugal. De referir ainda que dos 36.661 pareceres e certidões emitidos⁵⁷, **89** desaconselhavam a aquisição da nacionalidade, em virtude da existência de

⁵⁴ Que fixa o objectivo de promover a criação de condições para conceder anualmente, no mínimo, asilo a 30 pessoas, designadamente para fazer face aos pedidos de reinstalação de refugiados, previstos no artigo 27.º da Lei n.º 15/98, de 26 de Março.

⁵⁵ Regulamento 343/2003, de 18 de Fevereiro.

⁵⁶ Lei Orgânica 2/2007 de 17 de Abril.

⁵⁷ No caso de indivíduos nascidos em território nacional apenas é emitida certidão sobre o tempo de residência no país, não havendo emissão de parecer.

antecedentes de Medidas Cautelares, Indicações no Sistema de Informação Schengen ou por razões de segurança do Estado.

Como nacionalidades mais representativas destacam-se o Brasil (5.820), Cabo Verde (5.021), Moldávia (3.043), Angola (3.003), Guiné-Bissau (1.927), Ucrânia (1.858), São Tomé e Príncipe (1.468), Índia (790), Rússia (673), Paquistão (453), Roménia (452), Bangladesh (413), Taiwan (236), Geórgia (123), China (120) e Bulgária (114).

Como se constata noutros capítulos do presente relatório, os Países de Língua Portuguesa, que compunham as primeiras vagas migratórias para Portugal, ocupam, compreensivelmente, lugar de destaque. Por outro lado, assiste-se igualmente a um crescimento notório de atribuição da nacionalidade portuguesa a nacionais da Moldávia e da Ucrânia, cujo grande afluxo ocorreu na transição do século XX para o XXI.

Por outro lado, face ao substancial número de requerentes, os dados sobre o acesso à nacionalidade portuguesa não podem deixar de ser considerados, na análise da evolução quantitativa das principais comunidades estrangeiras residentes em Portugal.

Capítulo 4 – Actuação internacional

Na concretização das suas competências a nível internacional, no decurso do período em referência, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras participou num conjunto muito alargado de reuniões e eventos sobre imigração, asilo e outras temáticas associadas, com natural destaque para a participação no quadro da construção da política comum de imigração e asilo da União Europeia. Porém, não deve menosprezar-se o esforço empreendido ao nível das relações internacionais e da cooperação, nomeadamente com os Serviços congéneres dos países africanos de língua portuguesa e no âmbito de diferentes *fora* e organizações internacionais.

Secção 1. União Europeia

1.1. União Europeia

No âmbito da União Europeia, o SEF participou nos trabalhos de um total de **330 reuniões** (288 em 2008), incluindo reuniões do Conselho da União e da Comissão Europeia e outros eventos como seminários e conferências nas áreas das migrações, asilo, fronteiras, documentação de segurança, cooperação policial, tráfico de seres humanos, fundos comunitários e sistemas de informação, Schengen e as reuniões de acompanhamento da implementação do SIS II.

1.2. Principais grupos da UE e actividades

- **Comité Estratégico Imigração, Fronteira e Asilo (CEIFA)** – Grupo de natureza transversal ao qual cabe formular orientações estratégicas no domínio da imigração, fronteiras e asilo e contribuir de forma substancial, para os debates do COREPER sobre as mesmas questões. Antes de remetidas ao COREPER, as matérias acordadas ao nível dos grupos técnicos do Conselho, designadamente nos grupos Migração (Admissão e

Afastamento), Vistos, Asilo, CIREFI⁵⁸ e Fronteiras (incluindo o Grupo Documentos Falsos), são submetidas à apreciação do CEIFA. Relativamente às matérias que se prendem com o Acervo Schengen, o CEIFA reúne ainda sob a forma de Comité Misto (COMIX).

- **Grupo Alto Nível Asilo e Migração (GANAM)** – Tem como objectivo preparar planos de acção transversais, destinados a países de origem e trânsito de imigrantes e requerentes de asilo, procurando criar sinergias entre os vários intervenientes envolvidos, de modo a reduzir os fluxos de imigração ilegal. Os trabalhos do Grupo centraram-se no diálogo sobre migrações com países terceiros, tendo como pano de fundo a estratégia da UE, nomeadamente a Abordagem Global das Migrações (AGM). O SEF contribuiu decisivamente para a consolidação das posições nacionais nos trabalhos de seguimento da abordagem global das migrações, com destaque para a implementação dos compromissos assumidos por Portugal no quadro das **Parcerias para a Mobilidade com Cabo Verde e Moldávia**.
- **Grupo Migração/Admissão** – A prioridade deste grupo é a definição do estatuto jurídico dos imigrantes legais e as regras comuns de admissão de nacionais de Países Terceiros.
- **Grupo Migração/Afastamento** – Tem como principal objectivo o estabelecimento de uma política coerente da União em matéria de readmissão e retorno.
- **Grupo Asilo** – Grupo de trabalho essencialmente legislativo, ao qual compete a discussão e análise das iniciativas legislativas em matéria de asilo e refugiados.
- **Centro de Informação, Reflexão e Intercâmbio em Matérias de Passagem das Fronteiras e Imigração (CIREFI)** ⁵⁹ – O CIREFI dedica-se, de forma interdisciplinar, à troca de informações, recolha, tratamento e análise de

⁵⁸ CIREFI - Centro de Informação, Reflexão e Intercâmbio em Matérias de Passagem das Fronteiras e Imigração.

⁵⁹ O Grupo CIREFI foi extinto em meados de 2009.

dados estatísticos sobre imigração ilegal e ao aprofundamento, numa perspectiva operacional, do debate em matéria de afastamento. Destaque ainda para a abordagem do papel dos Oficiais de Ligação de Imigração (OLI) na gestão dos fluxos migratórios e desenvolvimento das políticas comuns de migração.

- **Grupo Fronteiras** – Este Grupo dedica-se à elaboração e análise técnica no domínio do controlo das fronteiras externas da União e à promoção do intercâmbio de informações entre Estados Membros em vários aspectos do controlo fronteiriço, funcionando em estreita articulação com os programas de trabalho da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX).
- **Grupo Fronteiras/Documentos Falsos** – Grupo de carácter predominantemente técnico na área da documentação de segurança e detecção de fraude documental.
- **Grupo Avaliação Schengen** – Tem por mandato verificar as condições de implementação do acervo Schengen nos Estados Membros no domínio do controlo de fronteiras, vistos, cooperação policial, Sistema de Informação Schengen (SIS), Gabinete Sirene e protecção de dados, e analisar os relatórios das missões técnicas de avaliação.
- **Grupo Acervo Schengen** – Grupo legislativo que reúne em função da necessidade de alterar ou modificar a Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen.
- **Grupo SIS/SIRENE** – Gere e supervisiona o correcto funcionamento do SIS, cabendo-lhe abordar as questões jurídicas, organizacionais, financeiras e técnicas neste domínio, devendo formular soluções para eventuais problemas que afectem o SIS, bem como apresentar propostas para o seu desenvolvimento. O Grupo SIS coordena o Grupo SIS Técnico.
- **Grupo SIS Técnico** – Aborda os aspectos técnicos do Sistema de Informação Schengen, nomeadamente a execução e desenvolvimento

técnico do SIS, a análise do seu funcionamento e o controlo do seu alargamento, bem como a avaliação dos aspectos técnicos da base de dados do SIS e a supervisão e desenvolvimento das redes de comunicações.

Para além dos grupos de trabalho supra enunciados, o SEF participa e intervém, ainda, nos grupos de trabalho do Conselho Vistos, CATS (Assuntos SIS) e Cooperação Policial.

Ao nível da Comissão Europeia, destaca-se a participação nos seguintes Comitês: CIA (Comité Imigração e Asilo), Comité Artigo 6º, Comité Sanções, DCI Migração, Directiva de procedimentos (2005/85/EC), Directiva de qualificação (2004/83/EC), Directiva Retorno, Eurasil, Eurodac, Eurostat, Eurosur, FADO, IcoNET, MIM, PCN Integração, Peritos em Readmissão, Directiva Residentes de longa duração (2003/109/EC), Rede Europeia das Migrações (REM), SIS VIS SIS II Technical Formation, SOLID gestão fluxos migratórios e Thesaurus e Glossário europeus de imigração e asilo.

Destaque ainda para a **Rede Europeia das Migrações**, da qual o SEF é o ponto de contacto nacional. Cabe à REM recolher e tratar informação objectiva, fiável e comparável para apoio aos decisores políticos da União Europeia no domínio da migração e do asilo. Neste contexto destaca-se a elaboração de estudos nacionais temáticos, de relatórios anuais sobre a evolução política e legislativa e de implementação do Pacto Europeu de Imigração e Asilo (PEIA) e dos relatórios estatísticos sobre imigração e asilo.

Secção 2. FRONTEX

A Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas (FRONTEX) é uma entidade especializada e independente que tem por função coordenar a actividade operacional entre os Estados Membros no

domínio da segurança das fronteiras externas da União. Neste sentido, o seu papel vem assumindo um crescente relevo na consolidação da actuação comum e articulada em benefício da segurança comum da União Europeia.

No decurso de 2009, no âmbito da partilha de responsabilidades relativas ao controlo das fronteiras externas, o SEF destacou-se pelo **elevado nível de participação nas actividades desenvolvidas** pela FRONTEX. Por outro lado, cabe salientar a recondução do Director Nacional do SEF como **Vice-Presidente do Conselho de Administração**, em Fevereiro de 2009.

No contexto do controlo das fronteiras mediterrânicas da UE, no ano em apreço, deve destacar-se a estreita colaboração entre Portugal e Espanha ao nível da FRONTEX. As Operações Conjuntas promovidas tiveram por objectivo a prevenção dos fluxos de imigração com destino ao sul de Espanha e Canárias, o reforço do controlo das fronteiras marítimas dos Estados Membros na área do Atlântico e Mediterrâneo Central e referenciação da imigração ilegal por via marítima, do norte de África para Espanha, com especial relevância para os fluxos ligados a redes criminosas.

Em termos concretos, a participação **operacional** nas acções da FRONTEX foi intensa, contando com a intervenção de mais de 80 elementos, integrados em **12 operações**, a saber:

Hera 2008/9 (inclui a JO HERA 2008 Extension) - Decorreu de 06JAN a 13MAR e de 14MAR a 09DEZ de 2009 e envolveu um total de 22 peritos do SEF.

MINERVA 2009 - Decorreu de 10 a 21 de AGO e de 4 a 11 de SET de 2009 e envolveu 1 perito do SEF e 2 equipas cino-técnicas da GNR.

INDALO 2009 - Decorreu de 11 de SET a 04 de OUT de 2009. Envolveu 4 peritos do SEF e vários da GNR, envolvendo um helicóptero para vigilância marítima do SEF e duas embarcações da GNR.

Hammer - Realizou-se de 9 a 29 de SET. Visou responder ao reajustamento que os facilitadores de imigração/ traficantes de seres humanos têm vindo a demonstrar. Portugal participou nas 5 fases operacionais desta operação, destacando 3 peritos em cada fase e esteve ainda presente na coordenação da operação através da colocação de 2 elementos em distintos períodos no Frontex Situation Center (FSC) em Varsóvia.

Operação Júpiter - Operação Conjunta nas fronteiras externas da Roménia, Hungria, Polónia, Eslováquia, com participação activa dos Países Terceiros Ucrânia, Moldova e Rússia. Visa o controlo de imigração ilegal proveniente de leste com destino à UE. Realizou-se de 29 de ABR a 16 de SET e envolveu 3 elementos do SEF.

Operação Uranus - Operação Conjunta que pretendeu reforçar o controlo de PPA's nas fronteiras externas em pontos de passagem rodoviária e ferroviária identificados, considerados como rotas principais de imigração ilegal das fronteiras terrestres. Realizou-se de 10 de JUN a 21 de OUT. Envolveu 4 elementos do SEF e 2 equipas cino-técnicas da GNR.

Operação ZEUS 2009 - Operação Conjunta entre fronteiras aéreas e marítimas para detecção de imigrantes ilegais utilizando abusivamente o estatuto de marítimos, simulando o trânsito de tripulantes de e para embarcações. Decorreu nos meses de Abril e Maio de 2009 e envolveu 6 peritos do SEF.

Operação Nautilus - Operação Conjunta de vigilância marítima e detecção de facilitadores, através de entrevistas efectuadas a estrangeiros em centros de acolhimento em Malta. Realizou-se de 2 de JUN a 15 de OUT e envolveu 2 peritos do SEF.

Air Border Focal Points - Operação anual que decorreu nos diversos *focal points* aéreos. PT participou nas operações conjuntas no posto de fronteira

aéreo de Lisboa, aeroporto da Portela. Decorreu no mês de Maio de 2009 e envolveu 1 perito do SEF.

Sea Border Focal Points - Operação anual que decorreu nos diversos *focal points* marítimos. PT participou nas operações conjuntas no posto de fronteira marítimo de Lisboa - porto de Lisboa. Decorreu de 14 de SET a 25 de OUT e envolveu 1 perito do SEF.

Operação Hubble - Teve como objectivo reforçar o controlo das fronteiras aéreas, referenciando imigração ilegal por via aérea com origem nos diversos aeroportos internacionais problemáticos de países terceiros e entrada na UE pela fronteira externa. Decorreu nos meses de Junho e Julho de 2009 e envolveu 3 peritos do SEF.

No que concerne aos trabalhos relativos à Rede Europeia de Patrulhas (EPN)⁶⁰, foi realizada a Operação Conjunta EPN ALFA, visando o reforço da segurança da costa algarvia, através do aumento do controlo da fronteira marítima. Decorreu em Junho de 2009 e implicou a coordenação das entidades nacionais envolvidas no projecto, em cooperação com a Guardia Civil de Espanha. Envolveu 12 elementos do SEF e vários da GNR e Marinha/Polícia Marítima, bem como 1 helicóptero do SEF, 1 embarcação da GNR e 3 embarcações da Polícia Marítima.

Finalmente, uma referência aos **4 peritos nacionais** do SEF, destacados na sede da FRONTEX em Varsóvia (1 no Sector Fronteiras Aéreas; 1 no Sector Fronteiras Marítimas, 1 no Sector Análise Operacional e 1 no Sector Jurídico).

⁶⁰ Rede permanente de patrulhas costeiras nas fronteiras marítimas, na qual Portugal e Espanha têm a seu cargo as águas territoriais entre Sagres e Huelva. A EPN coordena, nesta área, o patrulhamento marítimo entre, as forças envolvidas (Guarda Civil de Espanha, GNR e Marinha, por parte de Portugal) e procede à troca de informação.

Secção 3. Outras participações internacionais

Para além da União Europeia, a actividade internacional do SEF desenvolve-se também num contexto internacional alargado, designadamente ao nível de outras Organizações e grupos Internacionais, Intergovernamentais e Não Governamentais. Assim, no desenvolvimento das suas competências a nível internacional, extra UE, ao longo de 2009 o SEF participou e representou Portugal em inúmeras iniciativas, organizações e *fora* internacionais dedicados à imigração, asilo e temáticas associadas, nas suas diversas abordagens e perspectivas.

Neste contexto, destacam-se as actividades mais relevantes:

Conferência Ministerial “ Construir Parcerias de Migração” - Praga, 27 e 28 Abril.

Contou com a participação dos Estados Membros da UE, países do Balcãs Ocidentais, Leste Europeu, CEI e Turquia, no intuito de melhorar o diálogo político e explorar possibilidades de efectiva cooperação e de implementação de prioridades no domínio das migrações entre países de origem, transito e destino. O MAI foi representado pelo SEAAI, tendo o SEF integrado a delegação nacional, bem como dos trabalhos de análise e conclusões, nas reuniões preparatórias da conferência, que decorreram na Turquia e na Roménia.

Diálogo UE – América Latina e Caraíbas (ALC) - Bruxelas, 25 Setembro.

No quadro do diálogo estruturado sobre Migrações UE – LAC, o Director Nacional do SEF chefiou a delegação nacional nesta reunião de alto nível, dedicada às sinergias entre migração e desenvolvimento, benefícios mútuos e desafios colocados pelas migrações e troca de informação sobre os quadros políticos e normativos, da parte europeia e dos países da ALC. Nesta reunião, o SEF fez uma apresentação sobre a experiência portuguesa na promoção da circularidade nas migrações.

Diálogo ASEM (Ásia – Europa) - Goa, 1 a 3 de Dezembro.

O SEF participou na VIII Conferência Anual ASEM de Directores Gerais de Imigração e Gestão de Fluxos Migratórios, tendo a delegação portuguesa contribuído activamente nos debates, centrados na cooperação internacional no domínio da migração e desenvolvimento, na facilitação da migração legal, e no combate à imigração ilegal. Dos resultados alcançados, realce para o interesse manifestado pelas autoridades indianas em explorar possíveis formas de cooperação futura com Portugal, nos vários domínios das migrações.

Parceria Euromediterrânica / União para o Mediterrâneo

No âmbito do envolvimento do SEF na implementação do Projecto Regional Euromed Migrações II, em 2009 foi dada continuidade aos trabalhos da 1ª fase do projecto, com sessões de trabalho dos 4 grupos: Grupo 1 (Convergências das legislações e reforma das instituições), Grupo 2 (Migrações Laborais – Mercado de Emprego), Grupo 3 (Respostas institucionais e estratégias nacionais para combater a imigração ilegal), e Grupo 4 (Migração e remessas). Portugal/SEF foi anfitrião da 3ª sessão do Grupo de trabalho 4, subjacente à temática Envio de fundos e acesso financeiro. A reunião teve lugar em Lisboa, em Maio, com a presença de representantes dos Estados Membros, dos países MEDA, que fazem parte do Projecto, da Comissão Europeia e do Centro Internacional para o Desenvolvimento de Política Migratória (ICMPD). Na intervenção nacional foi apresentado o *Website* www.euromed.sef.pt, com informação sobre remessas e procedimentos para a respectiva transferência, incluindo os custos associados. Ainda no âmbito do Euromed, o SEF chefiou a delegação portuguesa na 2ª conferência regional do projecto, em Bruxelas, para balanço da 1ª fase e apresentação da 2ª fase, que decorrerá em 2010.

Centro Internacional para o Desenvolvimento de Política Migratória (ICMPD)

A convite do Director Geral do ICMPD, Portugal (representado pelo SEF) assumiu em 2009 a presidência do Comité Director (Steering Group) da organização, assegurando a presidência de 3 reuniões. A 48ª reunião do Comité decorreu em Lisboa, na sede do SEF, durante a qual se procedeu à eleição do futuro Director do ICMPD. Durante a sua Presidência, Portugal procurou reforçar o papel do Comité no seio da Organização, dinamizando a revisão do regulamento e regras de funcionamento e eleição desta estrutura. O Serviço participou ainda nas reuniões do grupo de peritos do Mapa interactivo - *i-Map* -, ferramenta criada dentro da estrutura do MTM – (*Dialogue on Mediterranean Transit Migration*)⁶¹.

Conselho da Europa

No âmbito do Conselho da Europa o SEF acompanha as reuniões do CDMG (Comité Director para as Migrações) e actividades correlacionadas.

General Directors Immigration Service Conference (GDISC)

O SEF tem sido presença habitual em conferências e reuniões específicas promovidas pelo GDISC. Em 2009 peritos do Serviço estiveram presentes, para além da habitual Conferência anual de Directores de Migração, na conferência sobre gestão migratória para a qual o SEF, reconhecido pelos projectos biométricos desenvolvidos na área documental, foi convidado a assegurar uma sessão plenária, dedicada a esse tema e esteve ainda presente na conferência temática sobre Retorno.

⁶¹ Projecto desenvolvido em 2007 pelo ICMPD em colaboração com a Europol e FRONTEX, com o objectivo de apoiar os Estados na prevenção e combate da imigração irregular, através do intercâmbio de informações e melhoria da cooperação internacional.

Organização das Nações Unidas (ONU)

No contexto da avaliação de Portugal pelas Nações Unidas, tendo sido estabelecido um novo mecanismo de **Revisão Periódica Universal (UPR)** em matéria de **Direitos Humanos**, o MAI e respectivos serviços envolvidos prepararam a posição nacional, tendo em vista as questões a suscitar na apresentação deste mecanismo. O SEF coordenou e articulou as respostas às questões colocadas nas áreas do asilo, bem como condições em centros de detenção e tráfico de seres humanos.

No âmbito do 3º Fórum Global Migrações e Desenvolvimento (Atenas, 4 e 5 Novembro), o SEF coordenou a elaboração do documento que serviu de base à discussão da mesa 2 do FGMD - “*Reintegration and circular migration – effective for development?*”, co-presidida pelo IPAD.

Ainda no quadro desta organização internacional, Portugal recebeu a visita da **Equipa de Monitorização** da aplicação de medidas sancionatórias decretadas pelo **Comité de Sanções da Al Qaida e Talibã**, tendo o SEF participado nos trabalhos de preparação e na reunião final.

Organização para a Cooperação e desenvolvimento Económico (OCDE)

O SEF participou no 1º Fórum Político de alto nível sobre migrações internacionais (Paris, 29 e 30 Junho), onde se discutiu a forma como nos países da OCDE se devem conduzir as políticas de migração e integração, tornando-as aptas a responder às actuais e futuras necessidades do mercado de trabalho, a aproveitar as capacidades dos migrantes, à repartição dos benefícios das migrações internacionais e à luta contra a discriminação.

Tornou-se assim membro efectivo do *Advisory Group on Machine Travel Documents /TAG*, e organizou a segunda reunião do grupo de trabalho *Implementation & Capacity Building*, em Tavira (18 a 20 de Março), a qual contou com a presença dos mais conceituados especialistas internacionais, na área documental, designadamente da Nova Zelândia, EUA, Reino Unido,

Canadá, Holanda, Suíça, Irlanda, França, Suécia, Alemanha, e Turquia, como país observador. De destacar ainda a presença de várias organizações internacionais, nomeadamente, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), a Organização Internacional para a Padronização (ISO), a INTERPOL e a FRONTEX.

Secção 4. Cooperação internacional

No domínio da cooperação internacional, ocorreram variadas iniciativas, as quais visaram estreitar as relações e o diálogo entre o SEF e outras entidades e serviços congéneres, com especial ênfase para o reforço das relações com os países Lusófonos, na área da formação, cooperação técnica e novas tecnologias. Entre elas destacam-se as seguintes.

Ao nível da **CPLP**, a celebração de um Protocolo de Cooperação, com a Polícia Nacional de Cabo Verde (12 de Março) e o estabelecimento de contactos com os serviços congéneres de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste para a celebração futura de idênticos protocolos.

A 12 de Março foi assinado o **Memorando de Entendimento (MoU)** entre os Ministérios da Administração Interna de Portugal e Cabo Verde, sob o tema “As Novas Tecnologias na Gestão das Migrações e no Controlo das Fronteiras”.

Na vertente das novas tecnologias e no contexto da **Parceria para a Mobilidade**, celebrada entre a União Europeia e Cabo Verde, Portugal apoiou a implementação do projecto para a produção do **passaporte electrónico** daquele país. Igualmente enquadrado nesta iniciativa, o SEF procedeu à instalação do sistema **PASSE** - Passagem Automática em Segurança de Saídas e Entradas, no aeroporto internacional da Cidade da Praia (14 de Julho), posteriormente no aeroporto da ilha do Sal (14 de Dezembro). Este projecto dá

continuidade à aposta da cooperação na vertente das novas tecnologias, que o SEF vem promovendo nos anos mais recentes.

No âmbito dos **programas técnico-políciais do MAI**, financiado pelo IPAD, o SEF prosseguiu a estratégia de reforço da capacitação institucional na área da gestão das migrações e controlo das fronteiras dos **PALOP**, designadamente através da **formação** e de missões de **assessoria técnica** aos Serviços congéneres daqueles países. Estas acções assentam no levantamento de necessidades e efectivo conhecimento da realidade, visando a elaboração de propostas concretas de melhoria. Em 2009, foi intensificada a cooperação do SEF com os congéneres de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com a promoção das seguintes acções de formação:

- **Angola:** Documentação de Segurança; Fronteiras Aéreas; Fronteiras Marítimas; Direito de Asilo; Recepção de Denúncias de Vítimas de Tráfico de Seres Humanos e Estágio de Quadros Superiores em Organização de Processos;
- **Cabo Verde e Moçambique:** Técnicas de Fiscalização e Investigação Policial; Fronteiras Aéreas; Fronteiras Marítimas; Documentação de Segurança e Dactiloscopia.
- Realizaram-se ainda Assessorias Técnicas, prestadas por elementos do SEF aos serviços congéneres, em Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Na cooperação com o **Brasil** destaca-se, no âmbito da Declaração de Lisboa, de 24 de Março de 2009, a decisão sobre a **implementação do Projecto-piloto RAPID** neste país. Neste sentido, realizou-se, em Brasília (8 e 9 de Setembro) a 1ª reunião para implementação do referido projecto. Outro aspecto de grande significado em 2009 foi a assinatura de um **Protocolo de Cooperação** (24 de Março) entre o SEF e o Departamento de Polícia Federal do Brasil.

Realce ainda para a 1ª Reunião do Encontro da Equipa de Projecto, no âmbito do projecto “Promovendo parcerias transnacionais: prevenção e resposta ao tráfico de seres humanos do Brasil para os Estados Membros da União Europeia (THB Brasil)”, em Lisboa (17 de Julho). O projecto, financiado pela Comissão Europeia, no contexto do Programa Temático de Cooperação com Países Não Membros da UE nas Áreas de Migração e a Asilo, é coordenado pelo ICMPD, tendo como parceiros o SEF, a Comissão para Cidadania e Igualdade de Género e a Organização Não Governamental (ONG) italiana *Associazione On the Road* (OtR). A Secretária Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (SNJ) e a Polícia Federal são associados do projecto.

O SEF participa ainda no projecto IRRICO II – *“Enhanced an Integrated Approach regarding Return and Reintegration related Information in Countries of Origin”* e no Programa Nacional de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração. Neste contexto, a convite da OIM Lisboa, participou numa visita ao Brasil (18 a 24 de Outubro), para sensibilização das entidades governamentais e instituições da sociedade civil brasileira, sobre as mais valias do Projecto de Retorno Voluntário de Estrangeiros aos seus países de origem, incentivando a procura de parceiros locais para prestarem apoio na reintegração de retornados brasileiros.

Em 2009 iniciaram-se as negociações para a celebração de protocolo tripartido entre o SEF/OIM/Polícia Nacional de **Timor-Leste** para implementação do Projecto PASSE no aeroporto. No domínio das missões internacionais, deve destacar-se que o SEF tem um elemento integrado na Missão da Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT).

Em 2009 iniciou-se a implementação do projecto-piloto sobre “**migração temporária e circular entre Portugal e Ucrânia**”, o qual teve por base legal o Acordo Luso-Ucraniano sobre migração temporária de cidadãos ucranianos para prestação de trabalho em Portugal. Com o financiamento da Comissão Europeia (programa temático de cooperação com países terceiros na área de migração e asilo) e do Banco Mundial e apoio da OIM, o projecto consistiu na selecção de 50 candidatos ucranianos para trabalharem em Portugal por um período de seis meses. Foram recebidos 12 candidatos, em Setembro e 24 em Dezembro.

O SEF é ainda parceiro no Projecto *Capacity Building for Migration Management in China*, coordenado pela OIM, integrando a visita de uma delegação europeia aos Ministérios chineses com competências na área da migração e realizando um curso de formação em fraude documental. No final de 2009 deslocou-se a Portugal uma delegação chinesa visando o intercâmbio de experiências e o conhecimento da realidade migratória do nosso país.

Secção 5. Oficiais de ligação

Em 2009 o SEF manteve **8 oficiais de ligação de imigração** colocados em **Angola, Brasil, Cabo Verde e Senegal/Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe** (Guiné Equatorial, Gabão e República Democrática do Congo), **Rússia e Ucrânia**.

A actividade dos OLI contribui decisivamente para o reforço do diálogo e a cooperação efectiva com as entidades nacionais e locais dos respectivos países, nomeadamente no âmbito do combate, a partir da origem, da imigração ilegal e da regulação dos fluxos migratórios, na verificação e acompanhamento do processo de emissão de vistos, bem como auxiliando a investigação criminal, atentas as características transnacionais deste tipo de criminalidade.

Secção 6. Outros eventos

No decurso do período em referência, a imigração e as temáticas a ela associadas foram ainda abordadas por via de um conjunto alargado de eventos de natureza e propósitos diversos, dos quais alguns o SEF organizou ou participou, para além de outros eventos referidos no seu enquadramento específico, destacando-se, como mais significativos:

No dia 18 de Dezembro (Dia Internacional do Migrante), foi lançado, na Escola EB 2,3 Damião de Góis, o projecto “***SEF vai à Escola***”, em articulação com o Ministério da Educação.

O SEF participou ainda na 13ª edição do **SEGUREX** – Salão Internacional da Protecção e da Segurança (18 e 21 de Março na FIL).

Tendo como público alvo Procuradores e Magistrados foi promovido um *Workshop* sobre “**Technical Consultation on the use of trafficking Indicators for Prosecution**” (16-17 de Setembro), tendo em vista a preparação da transformação da lista de indicadores *Delfhi*, elaborados pela OIT, para aplicação do Protocolo de Palermo, na recolha de dados sobre Tráfico de Seres Humanos (TSH), em ferramentas para utilização nas investigações e inquéritos judiciais.

No âmbito das suas competências em matéria de Identificação e Peritagem Documental, de uma sessão de **Jornadas Técnicas** em **Dactiloscopia**. Estas Jornadas Técnicas tiveram como objectivos a aquisição e actualização de conhecimentos, bem como a valorização pessoal e profissional dos diversos peritos e técnicos de empresas ligadas ao sector.

No decurso de 2009, o SEF acolheu visitas de um conjunto alargado de entidades, de entre as quais se destacam:

- Delegação **espanhola** da Unidade Central de Fronteiras da *Comissaría General de Etranjería Y Fronteras*, no âmbito da Implementação do sistema RAPID (12 de FEV);
- Director Nacional do Serviço de Migração e Estrangeiros de Angola (11-12 de MAI);
- Delegação **chinesa** do projecto *Capacity Building for Migration Management* (9 a 11 NOV);
- Delegação **georgiana** (2 a 6 MAR), ao abrigo do projecto AENEAS *“Toward durable mechanisms of re/integration in Georgia”*, implementado pelo *Danish Refugee Concil* (DRC);
- Vice-cônsul da **Ucrânia** (27 de MAI);
- Delegação **cabo verdiana**, da Polícia Nacional de Cabo Verde e da Direcção Geral de Emigração e Fronteiras, no âmbito do projecto do passaporte biométrico de Cabo Verde;
- Delegação **cabo verdiana** (14 de MAI), organizada pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA), para estabelecimento de contactos e parcerias para implementação do Projecto SNIAC - Sistema Nacional de Identificação e Autenticação Civil;
- Delegação **alemã**, composta por 28 *junior officers* de vários Departamentos do Ministério do Interior alemão (3 de SET);

- Delegação **eslovaca**, no âmbito do Projecto *“Capacity Building of key stakeholders in the field of integration, labour immigration and intercultural dialogue”*, promovida pela OIM Lisboa, para observação de boas práticas e troca de experiências sobre políticas de imigração e integração (29 de Setembro).



PARTE III

MEDIDAS LEGISLATIVAS, ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS NO ÂMBITO DA IMIGRAÇÃO, ASILO E CONTROLO DE FRONTEIRAS

PARTE III

Medidas Legislativas, Administrativas e Técnicas no âmbito da Imigração, Asilo e Controlo de Fronteiras

Capítulo 1 – Medidas legislativas e jurisprudência

Secção 1. Gestão de imigração

Portaria n.º 515/2009, 20 de Abril

Diferencia níveis de serviço face à introdução do novo título de residência electrónico. Fixar um prazo concreto para a emissão do documento, cujo cumprimento deverá ser assegurado pela eficaz cooperação entre o SEF e a Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM). Simultaneamente, amplia a oferta de serviços aos interessados, permitindo-lhes a escolha entre o regime normal de emissão e um regime de urgência.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2009, 16 de Junho

Determina que a admissão em território nacional de cidadãos estrangeiros de Estados terceiros para o exercício de uma actividade profissional subordinada, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 59.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, desde a data da publicação da presente resolução e até 31 de Dezembro de 2009, será feita até ao limite de **3800 vistos de residência**, tendo em conta o contingente global indicativo de oportunidades de emprego presumivelmente não preenchidas por nacionais portugueses, trabalhadores nacionais de Estados Membros da UE, do Espaço Económico

Europeu, de Estado terceiro com o qual a Comunidade Europeia tenha celebrado um acordo de livre circulação de pessoas, bem como por trabalhadores nacionais de Estados terceiros com residência legal em Portugal.

No «contingente» previsto no número anterior, inclui-se um limite de 89 para a Região Autónoma dos Açores e de 58 para a Região Autónoma da Madeira, mantendo a proporção definida no «contingente» de 2008, e tendo em conta as especificidades dos mercados de trabalho de cada região.

Secção 2. Integração

Decreto-Lei n.º 204/2009 de 31 de Agosto

Institui, que beneficiam do sistema de apoios directos da acção social no ensino superior e do regime de apoios específicos para estudantes portadores de deficiência, nas condições definidas pela lei, os estudantes matriculados e inscritos em instituições de ensino superior portuguesas que sejam, cidadãos nacionais; cidadãos nacionais de Estados Membros da UE com direito de residência permanente em Portugal e seus familiares, nos termos da Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto; cidadãos nacionais de países terceiros, que reúnam os requisitos previstos neste diploma.

Beneficiam ainda do sistema de apoios indirectos da acção social no ensino superior a que se referem as alíneas c) a g) do n.º 2 do artigo 4.º, nas condições definidas pela lei, todos os estudantes matriculados e inscritos em instituições de ensino superior portuguesas.

Portaria n.º 760/2009 de 16 de Julho

Estabelece, sem prejuízo das prestações de apoio social em situação de desemprego, uma solução excepcional e temporária quanto ao regime de fixação dos meios de subsistência, que responda de forma justa e equilibrada

à situação actual do País. Recordar-se que a Portaria n.º 1563/2007, de 11 de Dezembro, fixou os meios de subsistência de que devem dispor os cidadãos estrangeiros para a entrada e permanência em território nacional, designadamente para a concessão de visto e prorrogação de permanência, bem como para a concessão e a renovação de títulos de residência. O propósito do legislador é evitar que razões conjunturais determinassem, de forma quase automática, a cessação da permanência dos trabalhadores afectados e das suas famílias em território nacional.

Secção 3. Acordos e cooperação internacionais

Decreto-Lei n.º 161/2009, de 15 de Julho

Estabelece o regime jurídico aplicável à celebração de protocolos de cooperação transfronteiriça, bem como o respectivo procedimento de controlo prévio, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 4.º da Convenção entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça entre Instâncias e Entidades Territoriais, assinada em Valência em 3 de Outubro de 2002.

Secção 4. Jurisprudência

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, (Processo 0718/09), de 14 de Julho de 2009, relativo a um recurso de revista excepcional. Revogação da sentença que tinha indeferido o pedido de suspensão de eficácia do acto que recusou o pedido de cartão de residente formulado ao abrigo do artigo 15º da Lei n.º 37/06 de 9/8, recusa essa assente no entendimento de se estar perante um caso de casamento simulado (ou situação análoga), conforme previsto no artigo 31º da mesma Lei, incide sobre questão ainda não tratada na jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo e que assume relevância

social fundamental nos termos exigidos pelo n.º 1 do artigo 150º do Código de Processo dos Tribunais Administrativos (CPTA), pelo que é de admitir o recurso excepcional de revista.

Os casamentos de conveniência possuem elevada repercussão social, os seus efeitos projectam-se para além da esfera jurídica dos nubentes, extravasando para a sociedade no seu todo, e detendo, nessa acepção, um interesse comunitário de longo alcance.

O Acórdão recorrido viola quer a Lei substantiva quer a Lei processual, designadamente o artigo 31º n.º 1 da Lei 37/2006 de 9/8, que impõe que nas situações em que se comprove a existência de um casamento branco se recuse a emissão de cartão de residente efectuada ao abrigo do artigo 15º da mesma Lei, assim como viola grosseiramente a Lei processual, em concreto o artigo 120º n.º 1 do CPTA, não considerando a ocorrência de *fumus malus* que ditaria a recusa da providência cautelar.

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, (Processo 0718/09), 30 de Setembro, refere-se ao mesmo processo, e é relativo a uma providência cautelar. Resulta do estatuído no artigo 120.º do CPTA que as medidas cautelares previstas neste código visam assegurar que o tardio julgamento do processo principal não determine a inutilidade da decisão nele proferida e, consequentemente, impedir que o Requerente fique numa situação de facto consumado ou numa situação em que o volume ou a qualidade dos prejuízos sofridos inviabilize a possibilidade de reverter à situação que teria se a ilegalidade não tivesse sido cometida.

O acto que negou a emissão do cartão de residente e sobre o qual recaiu o duto Acórdão consubstancia uma destas situações tipo de máxima intensidade do "fumus malus", valendo por si só em face da manifesta improcedência da pretensão material da cidadã. A pretensão da requerente ofende a lei e por isso foi objecto de adequado enquadramento jurídico expresso no indeferimento.

O Magistrado do Ministério Público emitiu parecer no sentido do provimento do recurso por entender que a finalidade da Lei 37/2007 é a de proteger a unidade familiar, através da garantia do direito à convivência entre os seus membros, e que, sendo assim, não basta a mera comprovação do vínculo formal do casamento para que se tenha por assegurado o direito que aqui reclamado.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, (Processo 18/08.5), de 21 de Abril de 2009, que negou provimento a um pedido de atenuação especial da pena, ao abrigo do regime penal especial para jovens.

O que importava apurar, neste caso concreto, era se uma pena atenuada servia melhor a finalidade da reinserção social da arguida.

A arguida, por ser estrangeira e ter sido condenada em pena acessória de expulsão, já goza do estatuído no artigo 151º da Lei nº 23/2007 de 4 de Julho onde se prevê a possibilidade de ser expulsa quando cumprida metade da pena (2 anos e 3 meses) ou, obrigatoriamente, quando cumpridos dois terços da pena de prisão (3 anos), o que, em situação jurídico penal idêntica, se não aplica a cidadãos portugueses caso se não verifiquem os requisitos e pressupostos exarados na al. a) do nº 2 do artigo 61º do Código Penal.

Foi decidido não aplicar à arguida o regime penal especial para jovens delinquentes com idade compreendida entre os 16 e os 21 anos, pelo que não há lugar à atenuação especial nele prevista.

Secção 5. Legislação comunitária no domínio da imigração e asilo

a) Vistos

Decisão da Comissão n.º 2009/377/CE, de 5 de Maio que adopta medidas de execução para efeitos do mecanismo de consulta e de outros procedimentos

referidos no artigo 16º do Regulamento (CE) n.º 767/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) e ao intercâmbio de dados entre os Estados Membros sobre os vistos de curta duração (Regulamento VIS).

Decisão da Comissão n.º 2009/720/CE, de 17 de Setembro, a qual fixa a data para a conclusão da migração do Sistema de Informação de Schengen (SIS 1+) para o Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II).

Os Estados Membros que participam no SIS 1+ completam a migração do NSIS para o NSIS II utilizando a arquitectura de migração provisória, com a assistência da França e da Comissão, até à data de termo de vigência do Regulamento (CE) n.º 1104/2008.

Decisão 2009/724/JAI da Comissão, de 17 de Setembro, que fixa a data para a conclusão da migração do Sistema de Informação de Schengen (SIS 1+) para o Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II).

Os Estados Membros que participam no SIS 1+ completam a migração do N.SIS para o NSIS II utilizando a arquitectura de migração provisória, com a assistência da França e da Comissão, até à data de termo de vigência da Decisão 2008/839/JAI.

Regulamento (CE) n.º 810/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Julho, que estabelece o Código Comunitário de Vistos (Código de Vistos). No presente regulamento são estabelecidos os procedimentos e condições para a emissão de vistos de trânsito ou de estada prevista no território dos Estados Membros não superior a três meses por cada período de seis meses.

b) Imigração

Decisão 2009/796/JAI do Conselho, de 4 de Junho que altera a Decisão 2002/956/JAI relativa à criação de uma Rede Europeia de Protecção de Personalidades Oficiais.

A Rede Europeia de Protecção de Personalidades Oficiais, criada em 2002, deverá contribuir para prestar protecção enquanto canal oficial de comunicação e de consulta entre as autoridades nacionais.

Pela presente decisão, entende-se por “personalidade oficial” qualquer pessoa que, independentemente de exercer ou não um cargo público, beneficie de um serviço de protecção em conformidade com a legislação nacional de um Estado Membro ou por força da regulamentação de uma organização ou instituição internacional ou supranacional.

Decisão-quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de Outubro, relativa à aplicação, entre os Estados Membros da UE, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva.

A presente decisão – quadro estabelece as regras segundo as quais um Estado Membro reconhece uma decisão sobre medidas de controlo proferida noutro Estado Membro em alternativa à prisão preventiva, fiscaliza as medidas de controlo impostas a uma pessoa singular e entrega a pessoa em causa ao Estado de emissão em caso de incumprimento dessas medidas.

Directiva n.º 2009/50/CE do Conselho, de 25 de Maio, relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente qualificado.

A presente directiva visa estabelecer as condições de entrada e de residência por um período superior a três meses no território dos Estados Membros, de nacionais de países terceiros titulares de um Cartão Azul UE para efeitos de emprego altamente qualificado, e dos seus familiares; as condições de entrada e residência dos nacionais de países terceiros e seus familiares referidos na anteriormente em Estados Membros diferentes do primeiro Estado Membro.

A directiva é aplicável aos nacionais de países terceiros que requeiram a admissão no território de um Estado Membro para efeitos de emprego altamente qualificado nos termos da presente directiva.

Parecer do Comité Económico e Social Europeu (CESE) sobre a Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões — Uma política comum de imigração para a Europa: princípios, acções e instrumentos, COM (2008) 359 final.

O CESE propôs que o Conselho da UE, na política de imigração, prescindisse da regra da unanimidade e adoptasse as suas decisões por maioria qualificada e em regime de co-decisão com o Parlamento Europeu, defendendo que no Tratado de Lisboa a legislação em matéria de imigração deveria obedecer a um procedimento ordinário. Face às circunstâncias actuais, que podem adiar a aprovação do Tratado de Lisboa, o Comité reitera a sua proposta de adopção pelo Conselho do procedimento «transitório», para acelerar a entrada em vigor do regime de maioria qualificada e a co-decisão.

O CESE tem vindo a defender nos seus pareceres que a política e a legislação em matéria de imigração respeite os direitos humanos de todas as pessoas, garanta a igualdade de tratamento e a não discriminação. Para corroborar esta tese, o CESE propõe a inclusão dos novos princípios comuns: direitos fundamentais, Estado de Direito e liberdades fundamentais.

Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões — Plano de acção em matéria de Asilo — Uma abordagem integrada da protecção na UE

O Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA) está a ser desenvolvido em duas fases diferentes. A primeira fase teve início no Conselho Europeu de Tampere (1999), depois da aprovação do Tratado de Amesterdão, que atribuiu dimensão comunitária às políticas de imigração e asilo. Esta primeira fase conclui-se no ano de 2005.

A segunda fase da construção do SECA iniciou-se com o estabelecimento do Programa da Haia (aprovado em Novembro de 2004) em que se estabelece que em 2010 se alcançariam os objectivos principais do SECA, designadamente, o estabelecimento de um procedimento comum de asilo; a elaboração de um estatuto uniforme; a melhoria da cooperação entre Estados Membros; e dotar a política europeia de asilo de uma dimensão externa.

c) Schengen/SIS

Decisão da Comissão n.º 2009/756/CE, de 9 de Outubro, na qual são estabelecidas as especificações relativas à resolução e utilização das impressões digitais para efeitos de identificação e de verificação biométricas no Sistema de Informação sobre Vistos.

Regulamento (CE) n.º 81/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Janeiro, que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 no que respeita à utilização do Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) no âmbito do Código das Fronteiras Schengen.

Regulamento (CE) n.º 390/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril, respeitante à alteração das Instruções Consulares Comuns destinadas às missões diplomáticas e postos consulares de carreira no que diz respeito à introdução de dados biométricos, incluindo as disposições relativas à organização da recepção e do tratamento dos pedidos de visto.

Regulamento (CE) n.º 444/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Maio, que altera o Regulamento (CE) n.º 2252/2004 do Conselho, o qual estabelece normas para os dispositivos de segurança e dados biométricos dos passaportes e documentos de viagem emitidos pelos Estados Membros.

d) Fundos comunitários

Decisão da Comissão n.º 2009/538/CE, de 10 de Julho, que altera a Decisão 2008/456/CE, que estabelece normas de execução da Decisão n.º 574/2007/CE do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Fundo para as Fronteiras Externas para o período de 2007 a 2013 no âmbito do programa geral «Solidariedade e Gestão dos Fluxos Migratórios», no que respeita aos sistemas de gestão e controlo dos Estados Membros, às normas de gestão administrativa e financeira e à elegibilidade das despesas para projectos co-financiados pelo Fundo.

Capítulo 2 – Medidas técnicas e administrativas

Dando continuidade à estratégia prosseguida nos últimos anos, em 2009 o SEF orientou a sua actuação em torno dos seguintes vectores:

- A. Expansão da vertente operacional;
- B. Modernização estrutural e aumento da produtividade;
- C. Reforço das relações internacionais (cuja abordagem será efectuada em capítulo próprio);
- D. Qualificação dos recursos humanos.

Assim, assumindo uma abordagem global e integrada da imigração, da segurança interna e da salvaguarda dos direitos fundamentais dos cidadãos, o SEF empreendeu em 2009 um conjunto de medidas técnicas e administrativas, para a concretização dos vectores estratégicos supra enunciados.

Secção 1. Medidas técnicas

Em 2009 o SEF e a Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM) lançaram o novo **Título de Residência Electrónico (eTR)**, em 1 de Fevereiro, culminando o processo de adopção do Cartão de Cidadão Estrangeiro⁶². Este novo título de residência para cidadão estrangeiro foi elaborado de acordo com as regras de uniformidade e as especificações da União Europeia sobre documentos de segurança electrónicos e satisfaz normas técnicas de elevado nível de segurança, nomeadamente em matéria de protecção contra a contrafacção e a falsificação. De sublinhar que o eTR entrou em produção em todos os postos de atendimento do SEF, a partir daquela data.

⁶² A nova Lei de Estrangeiros acolheu o recurso às novas tecnologias de identificação pessoal, determinando que se reunisse num só documento os elementos contidos noutros cartões, como o número de identificação fiscal e o número de Segurança Social.

Na vertente do reforço da segurança documental, foi lançada a emissão da 2ª versão do **Passaporte Electrónico Português** (PEP v2), que incluiu as impressões digitais no *chip* do passaporte. Este projecto está incluído no SIMPLEX e no Plano Tecnológico do MAI.

Na vertente documental, destaque ainda para a expansão **Sistema de Informação e Gestão Automatizada de Processos** (SIGAP) cujo contributo para a promoção da eficiência no procedimento de emissão de títulos de residência se tem revelado essencial. Este sistema de informação nasceu da necessidade de harmonizar processos entre as várias estruturas do SEF e de agilizar a circulação de documentos entre pessoas, bem como da necessidade de criar mecanismos de controlo e de segurança da informação dos processos. Recorda-se que o SIGAP é parte integrante das medidas de simplificação e modernização previstas na Lei dos Estrangeiros.

Ao nível do controlo de fronteira, salienta-se a concepção do **novo sistema PASSE** – que permite a consulta, em tempo real, às bases de dados Schengen (pessoas e documentos), da Interpol e das medidas cautelares. Simultaneamente, este sistema valida os elementos de segurança existentes no passaporte. Como já referido, no ano em análise, o sistema PASSE foi também, implementado em Cabo Verde.

Com a extensão aos Aeroportos de **Ponta Delgada** e **Lajes**, foi concluída a instalação do sistema de controlo automático **RAPID** em todos os aeroportos internacionais do país. Deve também salientar-se que este projecto controlo de fronteira electrónico foi agraciado com o **Prémio Inovação**, atribuído no âmbito da SEGUREX 2009, em reconhecimento da utilização da tecnologia ao serviço da liberdade e da segurança, através de um controlo de fronteira

rápido e seguro. Por outro lado, este projecto tem-se revelado determinante no aumento da performance do SEF, ao nível do controlo de fronteiras, como comprova a atribuição do Prémio **"Aeroporto de Lisboa" pela ANA**, Aeroportos de Portugal, pelo contributo decisivo para a melhoria da operacionalidade no Aeroporto da Portela.

No âmbito da vertente técnica do **acervo Schengen**, salienta-se a intervenção do SEF em dois projectos:

- *Schengen Visa Application Centers (Schengen Houses)*;
- *Visa Information System (VIS)*.

Quanto ao primeiro, a desenvolver com a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP), no âmbito de parceria estabelecida entre Bélgica e Portugal, destina-se à criação de uma solução informática para os futuros *Schengen Visa Application Centers - Schengen Houses*. Esta solução informática permitirá aos postos consulares funcionar como *front-office* de recolha de pedidos de visto de todos os países do Espaço Schengen, interagindo com o respectivo posto consular.

O VIS constitui-se como um sistema destinado à troca de informação de vistos entre os Estados Membros, que irá permitir às entidades emissoras de vistos registar, actualizar e consultar a informação relativa aos respectivos pedidos.

Em simultâneo, o SEF iniciou um estudo para a elaboração da interface nacional, que comunicará com o Central-VIS e com as duas entidades responsáveis pela emissão de vistos (SEF e MNE), mediante o desenvolvimento de um motor gerador de todas as mensagens passíveis de serem trocadas com o Central VIS (C-VIS) para a emissão, consulta e alteração de vistos. No contexto da decisão de entrada de três novos Estados no espaço Schengen (Liechtenstein, Bulgária e Roménia), Portugal irá disponibilizar o sistema informático SISone4ALL, de forma a permitir a plena integração destes países.

Destaque também para a concepção do **Sistema Electrónico de Consultas de Medidas Cautelares** (SECMC), com vista à digitalização, catalogação e arquivo das medidas cautelares, permitindo a disponibilização em tempo real de documentos necessários à actividade de controlo de fronteira, fiscalização e investigação, com aumento da eficiência e economia de recursos.

Ainda na vertente operacional, em 2009 deu-se início ao desenvolvimento de **aplicações** que permitem responder às necessidades operacionais no que se refere a Notificações de Abandono Voluntário, Afastamentos, Readmissões, Retorno Voluntário e Contra-Ordenações.

O SEF está envolvido no **Portal da Segurança** das forças e serviços de segurança (SIMPLEX 2009), que no quadro da sua normal actividade de comunicação, têm vindo a divulgar através da Internet informação sobre o quadro legal em que actuam, bem como, dos resultados decorrentes do cumprimento das suas missões nas mais diversas áreas.

Na prossecução de um objectivo estratégico do SEF tendente à melhoria da informação estatística sobre a população estrangeira residente em Portugal, em 2009 foi concebido e iniciada a implementação do novo Sistema Estatístico do SEF – **SEFSTAT**. Este sistema uniformiza as fontes de informação estatística sobre estrangeiros residente, de harmonia com o quadro legal aplicável (Lei de Estrangeiros e Regulamento Europeu de Estatísticas sobre Migração e Protecção Internacional, (CE) n.º 862/2007, do Parlamento e do Conselho). Complementarmente, o SEFSTAT integrará a vertente estatística das aplicações de natureza operacional, permitindo uma abordagem integrada das obrigações de reporte estatístico, decorrentes do

Regulamento Europeu de Estatísticas sobre Migração e Protecção Internacional.

Secção 2. Medidas administrativas

No ano em análise, merece especial destaque a **mudança de instalações da Direcção Nacional e dos Serviços Centrais** do SEF para um novo edifício. Em Julho de 2009 foram inauguradas as novas instalações SEF, situados no Taguspark, em Oeiras. Através desta mudança foi possível agregar no mesmo local todos serviços centrais, até então divididos em dois locais distintos, em Lisboa. De assinalar que o processo de mudança se realizou sem efeitos negativos dignos de nota para o regular funcionamento do SEF.

Em matéria de cooperação policial e controlo de fluxos migratórios, evidencia-se a reconversão do **Centro de Cooperação Policial e Aduaneira de Castro Marim/Ayamonte** e a inauguração do CCPA de **Quintanilha/Alcanizes**. Neste processo, o SEF teve um papel destacado, enquanto entidade coordenadora dos CCPAs. Estes Centros permitirão reforçar a cooperação policial transfronteiriça em matéria de combate à criminalidade, como previsto, nomeadamente na Cimeira Luso-Espanhola de Zamora, de 22 de Janeiro de 2009.

Ao nível da melhoria das instalações e condições de atendimento ao público, salienta-se a abertura de um posto de atendimento na Loja do Cidadão de **Faro** e a renovação das Delegações de **Albufeira** e **Espinho**.

Como elemento fundamental da gestão por objectivos, há que assinalar a realização de uma **reunião de direcção** no Caramulo, com a presença os dirigentes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (Fevereiro de 2009). Este

encontro destinou-se a fazer o balanço e a análise das actividades do ano de 2008 e consolidar os objectivos para o ano de 2009.

No domínio do controlo de fronteira, salienta-se a criação do **Centro de Situação de Fronteiras (CSF)**. O Centro integrará diversos sistemas e programas (*Vessel Traffic System*, ICONET, LATITUDE32, SafeSeaNet, Acreditações e Alertas Menores), bem como uma componente de Análise de Risco e Informação, para identificação de padrões e indicadores e criação de alertas para apoio à gestão das fronteiras.

Em termos de **fiscalização e investigação**, evidenciam-se quatro medidas dirigidas ao combate à imigração ilegal, tráfico de seres humanos e emprego de mão-de-obra ilegal:

- A adopção de critérios de **maximização da informação gerada** pelo SEF, ao nível da investigação criminal e da fiscalização. Assim, foi possível aumentar a eficiência das acções de fiscalização e aumentar o número de processos-crime iniciados por via de informação gerada no Serviço;
- A realização de **operações de grande impacto**, com abrangência pluriregional e envolvendo diversas unidades orgânicas: “Cesário”, “Camões” e “Maresia”;
- A colocação de **oficiais de ligação** permanente na Unidade Nacional Europol (UNE) e no Gabinete Nacional Interpol (GNI), nos termos do art.º 12.º da Lei da Organização da Investigação Criminal;
- O desenvolvimento de **acções e programas de prevenção da criminalidade**, associada ao auxílio à imigração ilegal e tráfico de pessoas:
 - a. II Seminário Luso-Brasileiro sobre Tráfico de Pessoas e Imigração Ilegal (Março, 2009), com peritos e representantes de diferentes áreas, de Portugal e do Brasil. O Seminário permitiu

partilhar as experiências nacionais, designadamente no quadro dos respectivos Planos Nacionais contra o Tráfico de Seres Humanos, das Organizações de Cooperação Internacional, dos respectivos ordenamentos jurídicos e das técnicas de gestão e controlo de fronteiras, com especial incidência no recurso às novas tecnologias;

- b. Campanha “Não Estás à Venda”, contra o tráfico de seres humanos;
- c. Seminário Luso–Brasileiro “Internet, Navegar com Segurança”, realizado pelo SEF em cooperação com as Autoridades Brasileiras (Novembro de 2009). No contexto do combate ao ciber-crime, este seminário pretendeu alertar e informar sobre os instrumentos jurídicos e práticas de prevenção ao dispor das autoridades, contribuindo, também, para a sensibilização da sociedade civil.

Em termos da **aproximação aos cidadãos**, assinala-se o impacto positivo deste esforço junto comunidade imigrante, nomeadamente por via do centro de contacto multilingue (informações, agendamento de deslocações), renovação de autorizações de residência por pré-agendamento *on-line* e presença de mediadores sócio-culturais nos serviços de atendimento do SEF (postos de atendimento e centro de contacto). Neste contexto, têm sido significativos os resultados do Programa ***SEF em Movimento***, dirigido a estrangeiros impossibilitados de se deslocarem aos postos de atendimento do SEF. Em 2009 foram ainda iniciados outros dois projectos nessa área. O primeiro destina-se à facilitação da comunicação de **estrangeiros reclusos** e resolução da sua situação documental, na perspectiva da sua reinserção social, ao abrigo de um protocolo com a DGSP, no âmbito da actuação do programa ***SEF em Movimento***. O segundo, ***SEF vai à Escola***, (em articulação com o Ministério da Educação), é dedicado à regularização de jovens, filhos

de imigrantes, que frequentam o ensino público. O projecto “SEF vai escola” incluiu uma **campanha de sensibilização** sobre a regularização destes menores.

No que se prende com a **cooperação com outras entidades**, salienta-se a assinatura do já referido Protocolo com a **Direcção Geral dos Serviços Prisionais** (23 de Abril), concretizando uma medida do Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes. Foi também celebrado um protocolo com o **Conselho Português para os Refugiados** (CPR), em Setembro de 2009, para viabilização do apoio por parte do Estado português a relevantes projectos de apoio a acções de acolhimento e integração e de formação e informação dirigidas a requerentes e a titulares de direito de asilo. O protocolo dá cumprimento às responsabilidades do Estado Português em assegurar, nos termos da Lei de Asilo, as condições de dignidade humana aos requerentes de asilo em Portugal, até à decisão final dos seus pedidos, de forma a permitir o financiamento dos projectos através dos fundos comunitários. Finalmente, uma nota para o **protocolo** celebrado pelas entidades Câmara Municipal de Lisboa, SEF, SWATCH Tempus Internacional e Conselho Português para os Refugiados, que visa promover obras de restauro e adaptação de um imóvel, na Quinta do Pombeiro, destinado à instalação do **Centro de Acolhimento de Crianças Refugiadas**. O Centro terá capacidade para acolher 12 crianças.

Ao nível da **produção de conteúdos**, o SEF elaborou e divulgou os Volumes II e III da **Colecção Migrações**, Século XXI, intitulados respectivamente à “Campanha Contra o Tráfico de Seres Humanos ‘Não estás à Venda’” e “Portugal: Concessão Excepcional de Autorização de Residência a Imigrantes Irregulares”.

No quadro da Rede Europeia das Migrações, o SEF produziu **estudos temáticos** dedicados às temáticas dos menores desacompanhados em Portugal; ao retorno assistido e aos estatutos de protecção complementares à legislação comunitária de imigração e asilo.

Por outro lado, o SEF tem vindo a apoiar a elaboração de estudos científicos sobre migração e asilo, como foi o caso do estudo “Reclusos brasileiros: breve caracterização”, de Maria João Guia.

Secção 3 – Formação

Em 2009 a **qualificação dos recursos humanos** manteve-se como uma prioridade na actuação do SEF.

No ano em análise merece especial destaque a **Certificação do Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores** do SEF pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (Direcção de Serviços de Emprego e Formação Profissional), permitindo, pela primeira vez, a realização autónoma destes cursos.

A execução do Plano de Formação de 2009, bem como da candidatura ao Programa Operacional de Potencial Humano (POPH) – Melhoria das qualificações profissionais dos funcionários do SEF 2009 –, a conclusão do projecto de criação de uma base de dados sobre Formação e carregamento dos dados relativos a 2007 e 2008, bem como o reforço da formação na área da cooperação internacional, constituíram alguns dos aspectos mais relevantes de 2009, ao nível da formação.

O Plano de Formação para 2009 abrangeu a totalidade do efectivo do SEF⁶³, tendo sido ministradas **31.098 horas** de formação a colaboradores do Serviço. Assim, num total de **55 Cursos**, correspondentes a **315 acções de formação**, foram beneficiários **2 455 formandos**.

⁶³ O SEF em 31 de Dezembro de 2009 tinha nos seus quadros um efectivo de 1435 funcionários, divididos em CIF – 709, outras carreiras 726.

Numa perspectiva quantitativa, cada funcionário foi beneficiário de cerca de 21,7 horas de formação, num total de 1,7 acções por funcionário⁶⁴.

Estas acções repartiram-se por oito áreas temáticas de formação:

- Técnica/ Operacional, (10 cursos e 235 acções);
- Ciências Informáticas (9 cursos e 21 acções);
- Liderança/Comportamentais/Comunicação Pessoal (8 cursos e 17 acções);
- Ciências Jurídicas (4 cursos e 10 acções);
- Qualidade/Organização/Administração/Recursos Humanos (8 cursos e 15 acções);
- Gestão Pública/Financeira/Contabilidade (2 cursos e 3 acções);
- Formação de Formadores (3 cursos e 3 acções).

Em termos de conteúdos, destacam-se as acções ministradas nas áreas Técnica/Operacional e Ciências Jurídicas, em particular as incidentes em Controlo de Fronteiras Aéreas e Marítimas, Documentação de Segurança, Lei de Asilo, Lei de Segurança Interna, Ética e Direito Disciplinar.

Em termos de formação externa, o SEF tem ministrado cursos e acções de natureza diversa a nível nacional e internacional.

A nível nacional destaca-se a formação ministrada à Direcção Geral dos Serviços Prisionais, no âmbito do protocolo existe, bem como os eventos de natureza formativa e/ou informativa na GNR; Marinha, Governos Cívicos (Passaporte Electrónico Português – PEP) e Municípios (Registo de Cidadãos Comunitários RCCs). Evidenciam-se ainda as palestras proferidas no Instituto de Estudos Superiores Militares e no Ministério da Defesa Nacional, dedicadas ao SEF e às temáticas da imigração e asilo, e ainda a participação em sessões de esclarecimento organizadas pela Ordem dos Advogados, bem assim como variadas intervenções em eventos académicos dedicados às temáticas da imigração e asilo.

⁶⁴ No ano de 2008 beneficiaram da formação e qualificação 2 828 formandos, representando um rácio de 1,92 acções por colaborador.

Por outro lado, dá-se particular realce à acção de formação sobre Documentação de Segurança ministrada ao pessoal de diversas embaixadas portuguesas.

A nível internacional, no âmbito do Projecto de Cooperação Técnico-Policial do MAI/IPAD, o SEF promoveu a realização de acções de formação aos Serviços congéneres dos PALOP em território nacional e nos países de origem, nomeadamente ao nível da Formação Pedagógica Inicial de Formadores e de áreas técnicas.

No âmbito da actividade formativa promovida pela Agência Europeia FRONTEX, beneficiaram de formação 18 elementos da carreira de investigação e fiscalização do SEF.



CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

I

A estratégia definida pelo SEF nos últimos anos, nos domínios da **modernização estrutural** e da **produtividade**, foi continuada também em 2009, tendo em vista uma gestão por objectivos e assente na renovação tecnológica, intensificação da actuação operacional, reforço das relações internacionais, simplificação de procedimentos, qualificação de recursos humanos e racionalização de recursos. Em síntese, foi prosseguido o projecto de modernização do Serviço, orientado pelos valores da **eficácia**, **aproximação aos cidadãos** e tutela dos seus direitos, numa abordagem global e integrada da realidade imigratória, com salvaguarda dos interesses subjacentes à **segurança**.

Facto de grande significado, no ano de 2009, foi a **mudança da sede do Serviço** para novas e modernas instalações, situadas no Taguspark, em Oeiras. Para além de ter permitido a reunião de todos os serviços centrais num único local, deve assinalar-se que o processo de mudança se realizou sem efeitos negativos dignos de nota para o regular funcionamento do SEF.

Na actuação do SEF no ano em análise, assumiu particular destaque a continuidade da **renovação tecnológica**, designadamente a emissão do **título de residência electrónico**, a implementação da 2ª versão do **Passaporte Electrónico Português** e a conclusão da instalação do sistema de controlo automático de fronteira **RAPID** em todos os aeroportos nacionais. A aposta na cooperação através dos **Centros de Cooperação Policial e Aduaneira** foi também uma prioridade. Na vertente da **aproximação aos cidadãos**, na continuidade da experiência adquirida através do “**SEF em movimento**”,

sobressai o reforço na sua vertente direccionada aos reclusos (agilizada pelo protocolo com a Direcção Geral dos Serviços Prisionais) e o projecto “SEF vai à escola”.

II

Potenciando a extracção integral de dados estatísticos do Sistema Integrado de Informação do SEF (SIISEF), os dados sobre **população estrangeira residente** em Portugal em 2009 dão seguimento a uma nova série estatística, iniciada em 2008, cuja mais-valia, em termos de **qualidade** e **fiabilidade** dos dados, não é desajustado realçar.

A 31 de Dezembro de 2009, regista-se um quantitativo populacional global de **454.191 estrangeiros residentes** (*stock* provisório), o que representa um **aumento de 3,16%**, face aos valores do *stock* populacional de 2008. Este resultado confirma a **continuidade** do **crescimento sustentado** da comunidade imigrante residente em Portugal, que se vem registando nos últimos anos.

As nacionalidades mais representativas são, por esta ordem, o **Brasil**, a **Ucrânia**, **Cabo Verde**, **Angola**, **Roménia**, **Guiné-Bissau** e **Moldávia**, as quais mantêm o posicionamento registado em 2008.

A alteração mais expressiva ocorre com o **Brasil**, que no ano em análise vê a sua comunidade residente subir até aos 116 220 indivíduos⁶⁵. Confirmando a tendência que se vinha a desenhar desde o início do presente século, o Brasil afirma-se, definitivamente e de forma destacada, como a comunidade estrangeira mais representativa em Portugal.

⁶⁵ Em 2008 contabilizavam-se 106.961 cidadãos brasileiros residentes.

Pelo segundo ano consecutivo, a **Ucrânia** apresenta-se como a segunda comunidade estrangeira mais representativa, com 52.293 residentes⁶⁶, assinalando-se uma sensível descida face ao ano precedente.

Por seu lado, **Cabo Verde** mantém-se, pelo segundo ano consecutivo, como a terceira comunidade mais representativa, com 48.845 residentes, pese embora em decréscimo, face aos valores atingidos nos anos anteriores⁶⁷.

A **Roménia** tem um crescimento expressivo, face aos anos precedentes, registando 32.457 residentes⁶⁸. Desta forma, a Roménia assume-se como o Estado Membro da União Europeia com mais residentes em Portugal, lugar ocupado pelo Reino Unido, até ao ano de 2007.

Angola e **Guiné-Bissau** ocupam as posições subsequentes, respectivamente com 26.557 e 22.945 residentes, em ambos os casos registando descidas face a 2008⁶⁹.

Em sétimo lugar, entre as comunidades mais representativas, encontra-se a **Moldávia**, com um total de 20.773 residentes, expressando uma descida face a 2008⁷⁰, sem que isso inverta a posição atingida através da substancial subida registada nesse mesmo ano, face a 2007.

Em **síntese**, esta realidade traduz um predomínio claro do Brasil, com decréscimo do peso relativo de Cabo Verde, Angola e Guiné Bissau, comunidades estrangeiras tradicionais em Portugal, em contraponto à consolidação dos novos fluxos migratórios do Leste Europeu (Ucrânia e

⁶⁶ Em 2008 contabilizavam-se 52.494 cidadãos ucranianos residentes.

⁶⁷ 51.352 cidadãos cabo-verdianos em 2008.

⁶⁸ 27.771 cidadãos romenos em 2008.

⁶⁹ Em 2008 registavam-se 27.619 cidadãos angolanos e 24.391 cidadãos guineenses.

⁷⁰ 21.147 cidadãos moldavos em 2008

Moldávia) e a afirmação da Roménia como o Estado Membro da UE com mais peso em Portugal, em detrimento do Reino Unido.

III

Em termos de reconhecimento externo, em 2009 a actuação do SEF foi recompensada, através da atribuição do **Prémio Inovação**, no âmbito da SEGUREX 2009, em reconhecimento da utilização da tecnologia no controlo de fronteira, e **Prémio "Aeroporto de Lisboa"** pela ANA, Aeroportos de Portugal, pelo contributo decisivo do Serviço para a melhoria da operacionalidade no Aeroporto da Portela.

Concretamente, quanto à **vertente operacional**, em 2009 o SEF atingiu resultados globalmente expressivos, cuja abordagem é objecto de análise detalhada na Parte II deste Relatório.

No domínio do controlo e fiscalização da permanência e actividades de estrangeiros em território nacional, o SEF intensificou a repressão às redes de recrutamento de mão-de-obra ilegal e de tráfico de seres humanos, sem descurar a prevenção e sensibilização deste tipo de criminalidade.

No que concerne concretamente à **investigação e fiscalização**, deve destacar-se o aumento de **15,9%** do número de **acções de fiscalização**, realizadas **autonomamente** pelo SEF, que subiram de 5.670 em 2008 para 6.570 em 2009. Neste ano, a estratégia do SEF passou ainda pela promoção das designadas **operações de grande impacto**, com uma abrangência pluriregional e envolvendo diversas unidades orgânicas. Neste contexto, ao nível do **afastamento** de território nacional, os processos de expulsão instaurados registaram um aumento de 26% e as notificações para abandono voluntário subiram 1,6%, face ao ano de 2008, embora os afastamentos

executados tenham tido uma sensível quebra. Em termos de **medidas cautelares detectadas** assinala-se uma pequena descida (-2,6%) e uma quebra nos processos de **contra-ordenação instaurados** (-28%), face ao ano de 2008. Por seu lado, o **retorno voluntário** registou um aumento de 9,8%.

Concretamente na área da **investigação criminal**, assinala-se o predomínio da criminalidade relacionada com a falsificação de documentos, auxílio à imigração ilegal e casamento de conveniência. Durante o ano de 2009, foram reportadas 230 participações por ilícitos criminais. Quanto à **nacionalidade dos arguidos**, embora prevaleçam, por esta ordem, as nacionalidades portuguesa, brasileira, queniana, moldava, guineense (Conacri) e guineense (Bissau). No que se refere à relação entre processos em investigação e **áreas geográficas de origem de fluxos migratórios ilegais**, foram claramente identificadas a Europa, África e América do Sul.

Em matéria de **controlo das fronteiras**, em 2009 o SEF controlou um total de **10.549.723 pessoas**, das quais **8.922.432** nas fronteiras **aéreas** e **1.627.291** nas fronteiras **marítimas**. Face ao ano anterior, estes valores representam uma redução de 15,8% no controlo aéreo e um aumento de 13% no controlo das fronteiras marítimas. No primeiro caso, estes resultados reflectem as circunstâncias desfavoráveis que a aeronáutica civil internacional registou no ano de 2009. No mesmo sentido parecem indicar os resultados das **recusas de entrada** em Portugal, assinalando-se um decréscimo de 39% (2.564 em 2009 contra 3.598 em 2008), com uma quebra significativa e proporcional de todos os principais fundamentos de não admissão.

Na **detecção de documentos** fraudulentos, denota-se uma diminuição de 7,5% (678 detecções contra 733 em 2008), resultado que, de qualquer modo, sustém a queda acentuada ocorrida em 2008. Todavia, afigura-se que o paradigma da fraude documental estará a alterar-se, designadamente em

resultado do reforço da segurança documental e da introdução de dados biométricos em documentos de viagem.

Em 2009, a **pressão migratória irregular** do continente americano foi predominante sobre a dos restantes continentes, fenómeno já identificado em anos precedentes. Porém, deve precisar-se que, no ano em apreço, à excepção do Brasil, os fluxos migratórios irregulares dos restantes países da América Latina não detiveram expressividade. África apresenta-se como o segundo continente mais relevante, em termos de proveniência de fluxos irregulares. Ao nível da Europa de Leste, a Ucrânia detém, também, algum significado em termos de migração irregular.

Em 2009 registaram-se **139 pedidos de asilo**, 72 formulados em território nacional (78 em 2008) e 67 no posto de fronteira do aeroporto de Lisboa (83 em 2008). Aquele valor traduz uma diminuição de pedidos de 13,7% face a 2008 (161), essencialmente devido à redução de pedidos formulados na fronteira. Os requerentes de asilo eram predominantemente provenientes de **África**. Foram concedidos 3 estatutos de refugiado, a nacionais de países africanos e 45 autorizações de residência por razões humanitárias.

Em termos de **reinstalação**, Portugal acolheu de 30 cidadãos, dando-se, pela primeira vez, integral cumprimento ao Programa Nacional de Reinstalação (Resolução do Conselho de Ministros nº 110/2007), no qual o SEF teve um papel destacado.

No âmbito da emissão de parecer sobre pedidos de **aquisição da nacionalidade portuguesa**, destacam-se, por esta ordem, os nacionais do Brasil, Cabo Verde, República Moldava, Angola, Guiné-Bissau, Ucrânia, S. Tomé e Príncipe, Índia e Federação Russa. De resto, os dados sobre o acesso

à nacionalidade portuguesa não podem deixar de ser considerados, na análise da evolução quantitativa das principais comunidades estrangeiras residentes em Portugal.

No **domínio internacional**, para além da participação na consolidação da política comum de imigração e asilo da União Europeia, o SEF teve uma intervenção activa ao nível da cooperação e relações internacionais. Nesta vertente, foi dada particular atenção à política comum de imigração e asilo, expressa em **330** participações no âmbito dos trabalhos da **União Europeia**.

No âmbito internacional, **extra União Europeia**, o SEF participou e representou Portugal em inúmeras iniciativas, organizações e fóruns internacionais dedicados à imigração, asilo e temáticas associadas. Pelo seu significado, sobressaem as participações no Diálogo UE – América Latina e Caraíbas, Diálogo ASEM (Ásia – Europa), Parceria Euromediterrânica / União para o Mediterrâneo, no Conselho da Europa, da IATA, no quadro dos mecanismos das Nações Unidas e dos eventos da OSCE.

No decurso de 2009, o SEF também se destacou pelo elevado nível de participação nas actividades desenvolvidas pela Agência Europeia de Fronteiras, designadamente por via da intervenção de mais de 80 elementos, integrados em **12 operações** coordenadas pela Agência.

A presença em organismos e missões internacionais, durante o ano de 2009 teve como principais destaques as missões em Timor-Leste e na Agência FRONTEX, em Varsóvia.

A **cooperação internacional** teve particular incidência com os PALOP, Brasil, países da União Europeia (em particular Espanha) e Ucrânia, para além de

variadas visitas e contactos com entidades e serviços congéneres de um conjunto alargado de países. Neste campo, deve porém realçar-se a **formação** e assistência prestada aos Serviços congéneres dos PALOP. Neste âmbito, deve ainda sublinhar-se o envolvimento do SEF nas **Parcerias para a Mobilidade**, entre a União Europeia e alguns Estados Membros com Cabo Verde.

Ao nível da cooperação, no domínio das **novas tecnologias** associadas à documentação de segurança, sobressai o apoio à produção do **PEP de Cabo Verde** e a instalação do sistema **PASSE**, nos aeroportos da Praia e do Sal, no contexto da Parceria para a Mobilidade.

No decurso do período em referência, o SEF organizou e participou num conjunto diversificado de **eventos** na área da imigração e temáticas a ela associadas, sendo de destacar, a título de exemplo, o II Seminário Luso-Brasileiro sobre Tráfico de Pessoas e Imigração Ilegal e Seminário Luso-Brasileiro “Internet, Navegar com Segurança”, a Campanha “Não Estás à Venda”, o lançamento de publicações e estudos temáticos sobre imigração. Em 2009 o SEF acolheu diversas visitas de delegações estrangeiras, designadamente da Alemanha, Angola, Cabo Verde, China, Eslováquia, Espanha, Geórgia e Ucrânia.

IV

Na vertente legislativa, o ano de 2009 ficou marcado pela entrada em vigor da **Portaria n.º 760/2009** de 16 de Julho, que, no contexto da crise internacional, instituiu um regime excepcional que dá resposta a eventuais constrangimentos financeiros dos imigrantes, designadamente no que se prende com regime legal de **meios de subsistência**, exigidos para a renovação de títulos de residência.

Prémio Inovação, atribuído no âmbito da SEGUREX 2009, em reconhecimento da utilização da tecnologia ao serviço da liberdade e da segurança, através de um controlo de fronteira rápido e seguro. Por outro lado, este projecto tem-se revelado determinante no aumento da performance do SEF, ao nível do controlo de fronteiras, como comprova a atribuição do Prémio "**Aeroporto de Lisboa**" pela ANA.

Ao nível das **medidas técnicas e administrativas**, em 2009 foi dada continuidade à renovação tecnológica e ao reforço da qualidade dos serviços. Pela sua **relevância nacional** destaca-se a plena produção do novo **título de residência electrónico** de estrangeiros (eTR), projecto de importância estratégica para o SEF e com efeitos significativos em termos da segurança documental. Ao nível do controlo de fronteira, salienta-se a concepção do novo sistema **PASSE** – Processo Automático e Seguro de Saídas e Entradas e a conclusão do processo de instalação do sistema de controlo automático **RAPID** em todos os aeroportos internacionais do país.

Foi lançada a emissão da 2ª versão do Passaporte Electrónico Português - **PEP v2**, e merece referência a expansão do **SIGAP** – Sistema de Informação e Gestão Automatizada de Processos

No âmbito da vertente técnica do **acervo Schengen**, salienta-se a intervenção do SEF nos projectos Schengen Visa Application Centers (Schengen Houses) e Visa Information System (VIS). No contexto da decisão de entrada de três novos Estados no espaço Schengen (Liechtenstein, Bulgária e Roménia), Portugal irá disponibilizar o sistema informático SISone4ALL, de forma a permitir a plena integração destes países.

Numa vertente operacional, deve destacar-se a aposta na cooperação policial, no quadro do processo de criação dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira, em particular a reconversão do **Centro de Cooperação Policial e Aduaneira de Castro Marim / Ayamonte** e a inauguração do CCPA de **Quintanilha / Alcanizes**, processos onde o SEF teve um papel destacado.

Na vertente da melhoria das **condições de atendimento ao público**, realce para a abertura de um posto de atendimento na **Loja do Cidadão de Faro** e a renovação das Delegações de **Albufeira e Espinho**.

Ao nível das **campanhas de informação**, para além da manutenção da campanha contra o tráfico de seres humanos **“Não estás à venda”**, sublinha-se a relevância da campanha de informação e esclarecimento no âmbito do projecto **“SEF vai à escola”**.

No ano em análise o SEF manteve **oficiais de ligação de imigração** em **Angola, Brasil, Cabo Verde e Senegal/Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Rússia e Ucrânia**.

No desenvolvimento da cooperação com outras entidades, em 2009 o SEF celebrou diversos **Protocolos**, destacando-se, os protocolos com a **Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, com Conselho Português para os Refugiados** e ainda o **protocolo** celebrado pela **Câmara Municipal de Lisboa, SEF, SWATCH Tempus Internacional e Conselho Português para os Refugiados**, para criação de um Centro de Acolhimento para Crianças Refugiadas.

Em 2009 a **qualificação dos recursos humanos** constituiu uma prioridade, tendo sido ministrado um total de **55 Cursos**, correspondendo a **315 acções** de formação, o que permitiu atingir um ratio de 1,7 acções por funcionário. No ano em análise merece ainda destaque a **certificação** do Curso de **Formação Pedagógica Inicial de Formadores** do SEF.

Em termos de **formação externa**, foi ministrada formação a um conjunto alargado de entidades, salientando-se o Instituto de Emprego e Formação Profissional; Governos Cívicos e Municípios, Direcção Geral dos Serviços Prisionais. Foram também realizadas palestras, nomeadamente no Ministério da Defesa Nacional, Instituto de Estudos Superiores Militares, GNR e PSP, entre outros.

Ao nível da **formação internacional**, o destaque vai para a formação aos serviços congéneres dos PALOP, através da realização de dois cursos de formação inicial de formadores e nas áreas técnicas.

Em síntese, os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pelo SEF em 2009 foram francamente positivos, quer na vertente operacional, quer ao nível das áreas de suporte. Através do contributo decisivo dos recursos humanos e da aposta na renovação tecnológica, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras contribuiu de forma efectiva e determinante no reforço da segurança interna, promovendo a eficiência do serviço público e a salvaguarda dos direitos dos cidadãos, pesem embora os constrangimentos que, no contexto da actual crise internacional, condicionam a imigração e a actuação do Serviço.



ANEXO

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM
TERRITÓRIO NACIONAL

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL - 2009

(Dados Provisórios | 21JUL2010)

Nacionalidade e Sexo		Total	Sub-Total		Aveiro			Beja			Braga			Bragança			Castelo Branco			
			TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	
Total Global		HM	454191	451742	2449	14206	14149	57	5667	5620	47	9769	9729	40	1811	1800	11	3066	3060	
		H	234412	233280	1132	7385	7349	36	3044	3020	24	5102	5081	21	919	910	9	1592	1589	
		M	219779	218462	1317	6821	6800	21	2623	2600	23	4667	4648	19	892	890	2	1474	1471	
EUROPA	Total Continente	HM	176561	176433	128	6579	6576	3	3734	3693	41	4617	4615	2	867	867		1473	1473	
		H	96193	96130	63	3679	3677	2	2009	1988	21	2666	2666		496	496		805	805	
		M	80368	80303	65	2900	2899	1	1725	1705	20	1951	1949	2	371	371		668	668	
	UE (União Europeia)	Total Zona	HM	94157	94157		2157	2157		2580	2580		2207	2207		520	520		730	730
			H	50657	50657		1200	1200		1376	1376		1211	1211		287	287		392	392
			M	43500	43500		957	957		1204	1204		996	996		233	233		338	338
	Alemanha	HM	8614	8614		163	163		393	393		178	178		5	5		65	65	
		H	4453	4453		89	89		209	209		101	101		2	2		35	35	
		M	4161	4161		74	74		184	184		77	77		3	3		30	30	
	Áustria	HM	445	445		14	14		11	11		17	17					1	1	
		H	233	233		10	10		5	5		10	10							
		M	212	212		4	4		6	6		7	7					1	1	
	Bélgica	HM	1609	1609		21	21		41	41		36	36		3	3		8	8	
		H	830	830		13	13		21	21		22	22		1	1		4	4	
		M	779	779		8	8		20	20		14	14		2	2		4	4	
	Bulgária	HM	7202	7202		302	302		732	732		43	43		98	98		97	97	
		H	3965	3965		231	231		327	327		22	22		53	53		56	56	
		M	3237	3237		71	71		405	405		21	21		45	45		41	41	
	Chipre	HM	11	11											1	1				
		H	6	6											1	1				
		M	5	5																
	Dinamarca	HM	468	468		18	18		16	16		15	15							
		H	256	256		13	13		11	11		11	11							
		M	212	212		5	5		5	5		4	4							
	Eslováquia	HM	197	197		8	8		31	31										
		H	71	71					21	21										
		M	126	126		8	8		10	10										
	Eslovénia	HM	49	49					2	2		3	3					1	1	
		H	17	17					1	1										
		M	32	32					1	1		3	3					1	1	
	Espanha	HM	8060	8060		312	312		77	77		306	306		207	207		72	72	
		H	4198	4198		127	127		42	42		179	179		128	128		32	32	
		M	3862	3862		185	185		35	35		127	127		79	79		40	40	
	Estónia	HM	111	111		10	10		1	1										
		H	20	20		2	2													
		M	91	91		8	8		1	1										
	Finlândia	HM	354	354		7	7		2	2		10	10							
		H	160	160		3	3					4	4							
		M	194	194		4	4		2	2		6	6							

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL - 2009

(Dados Provisórios | 21JUL2010)

Nacionalidade e Sexo				Total	Sub-Total		Aveiro			Beja			Braga			Bragança			Castelo Branco		
					TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
França	HM	4883	4883				252	252		37	37		241	241		45	45		78	78	
	H	2499	2499				125	125		15	15		128	128		16	16		31	31	
	M	2384	2384				127	127		22	22		113	113		29	29		47	47	
Grécia	HM	157	157				7	7					8	8							
	H	79	79				3	3					3	3							
	M	78	78				4	4					5	5							
Holanda	HM	4577	4577				55	55		184	184		76	76		2	2		16	16	
	H	2429	2429				36	36		99	99		44	44		1	1		8	8	
	M	2148	2148				19	19		85	85		32	32		1	1		8	8	
Hungria	HM	352	352				17	17		1	1		8	8		2	2		5	5	
	H	108	108				2	2					3	3		1	1		1	1	
	M	244	244				15	15		1	1		5	5		1	1		4	4	
Irlanda	HM	707	707				7	7		9	9		10	10					2	2	
	H	369	369				6	6		4	4		9	9					2	2	
	M	338	338				1	1		5	5		1	1							
Itália	HM	4499	4499				172	172		33	33		126	126		22	22		20	20	
	H	2806	2806				108	108		23	23		78	78		15	15		13	13	
	M	1693	1693				64	64		10	10		48	48		7	7		7	7	
Letónia	HM	311	311				20	20		8	8		10	10		2	2		2	2	
	H	94	94				8	8		4	4		3	3		1	1				
	M	217	217				12	12		4	4		7	7		1	1		2	2	
Lituânia	HM	558	558				73	73		5	5		23	23		1	1		6	6	
	H	241	241				30	30		3	3		11	11					3	3	
	M	317	317				43	43		2	2		12	12		1	1		3	3	
Luxemburgo	HM	130	130				9	9		1	1		6	6		2	2				
	H	77	77				4	4		1	1		2	2							
	M	53	53				5	5					4	4		2	2				
Malta	HM	22	22							1	1		1	1					1	1	
	H	13	13										1	1					1	1	
	M	9	9							1	1										
Polónia	HM	1042	1042				40	40		15	15		30	30		3	3		17	17	
	H	363	363				17	17		8	8		11	11		1	1		8	8	
	M	679	679				23	23		7	7		19	19		2	2		9	9	
Reino Unido	HM	16373	16373				88	88		184	184		116	116		16	16		91	91	
	H	8409	8409				54	54		97	97		68	68		9	9		58	58	
	M	7964	7964				34	34		87	87		48	48		7	7		33	33	
República Checa	HM	223	223				8	8		5	5		3	3		6	6				
	H	73	73				2	2		1	1					1	1				
	M	150	150				6	6		4	4		3	3		5	5				
Roménia	HM	32457	32457				548	548		781	781		930	930		102	102		247	247	
	H	18512	18512				313	313		480	480		495	495		54	54		139	139	
	M	13945	13945				235	235		301	301		435	435		48	48		108	108	
Suécia	HM	746	746				6	6		10	10		11	11		3	3		1	1	
	H	376	376				4	4		4	4		6	6		3	3		1	1	
	M	370	370				2	2		6	6		5	5							

Nacionalidade e Sexo			Total	Sub-Total		Aveiro			Beja			Braga			Bragança			Castelo Branco		
				TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
EEE (não UE)	Total Zona	HM	417	417		12	12		3	3		9	9					1	1	
		H	223	223		8	8		2	2		6	6					1	1	
		M	194	194		4	4		1	1		3	3							
	Islândia	HM	34	34		4	4					1	1					1	1	
		H	14	14		2	2											1	1	
		M	20	20		2	2					1	1							
	Liechtenstein	HM	4	4																
		H	3	3																
		M	1	1																
	Noruega	HM	379	379		8	8		3	3		8	8							
		H	206	206		6	6		2	2		6	6							
		M	173	173		2	2		1	1		2	2							
EFTA (não EEE)	Total Zona	HM	1003	1003		26	26		35	35		22	22		3	3		22	22	
		H	547	547		12	12		20	20		15	15		2	2		10	10	
		M	456	456		14	14		15	15		7	7		1	1		12	12	
	Suíça	HM	1003	1003		26	26		35	35		22	22		3	3		22	22	
		H	547	547		12	12		20	20		15	15		2	2		10	10	
		M	456	456		14	14		15	15		7	7		1	1		12	12	
Europa Central e Oriental	Total Zona	HM	80659	80537	122	4372	4369	3	1115	1074	41	2345	2343	2	331	331		718	718	
		H	44564	44505	59	2450	2448	2	610	589	21	1412	1412		198	198		401	401	
		M	36095	36032	63	1922	1921	1	505	485	20	933	931	2	133	133		317	317	
	Albânia	HM	42	42								2	2		1	1				
		H	21	21								1	1		1	1				
		M	21	21								1	1							
	Bielorrússia	HM	1002	1001	1	148	148		5	5		25	25		5	5		3	3	
		H	457	457		80	80		3	3		11	11		2	2		2	2	
		M	545	544	1	68	68		2	2		14	14		3	3		1	1	
	Bósnia e Herzegovina	HM	50	50		4	4					2	2		1	1		2	2	
		H	15	15											1	1		1	1	
		M	35	35		4	4					2	2					1	1	
	Croácia	HM	76	71	5	1	1		1	1		3	3							
		H	32	29	3							1	1							
		M	44	42	2	1	1		1	1		2	2							
	Kosovo	HM	13	13																
		H	12	12																
		M	1	1																
	Macedónia	HM	20	17	3	4	4					3	2	1						
		H	9	7	2	2	2					1	1							
		M	11	10	1	2	2					1	1	1						
	Moldávia	HM	20773	20726	47	471	471		362	350	12	176	176		110	110		63	63	
		H	11734	11703	31	260	260		196	196	12	105	105		64	64		36	36	
		M	9039	9023	16	211	211		154	154		71	71		46	46		27	27	
	Montenegro	HM	9	8	1															
		H	7	6	1															
		M	2	2																

Nacionalidade e Sexo			Total	Sub-Total		Aveiro			Beja			Braga			Bragança			Castelo Branco		
				TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
		Rússia	HM	6132	6109	23	596	594	2	57	57	202	201	1	16	16		32	32	
			H	2653	2646	7	275	275	1	25	25	97	97		7	7		13	13	
			M	3479	3463	16	319	319	1	32	32	104	104	1	9	9		19	19	
		Sérvia	HM	249	247	2	13	13				9	9		3	3				
			H	124	123	1	3	3				6	6		2	2				
			M	125	124	1	10	10				3	3		1	1				
		Ucrânia	HM	52293	52253	40	3135	3134	1	690	661	1923	1923		195	195		618	618	
			H	29500	29486	14	1828	1828	1	365	365	1190	1190		121	121		349	349	
			M	22793	22767	26	1306	1306		296	296	733	733		74	74		269	269	
	Outros da Europa	Total Zona	HM	325	319	6	12	12		1	1	34	34		13	13		2	2	
			H	202	198	4	9	9		1	1	22	22		9	9		1	1	
			M	123	121	2	3	3				12	12		4	4		1	1	
		Andorra	HM	2	2										1	1				
			H	1	1										1	1				
			M	1	1															
		São Marino	HM	1	1		1	1												
			H																	
			M	1	1		1	1												
		Turquia	HM	322	316	6	11	11		1	1	34	34		12	12		2	2	
			H	201	197	4	9	9		1	1	22	22		8	8		1	1	
			M	121	119	2	2	2				12	12		4	4		1	1	
ÁFRICA	Total Continente		HM	121852	120223	1629	1750	1722	28	404	402	1208	1206	2	219	218	1	497	495	2
			H	63142	62449	693	935	919	16	216	214	648	646	2	103	102	1	252	251	1
			M	58710	57774	936	815	803	12	188	188	560	560		116	116		245	244	1
	África do Sul		HM	589	588	1	25	25		4	4	4	4					7	7	
			H	239	239		9	9		2	2	1	1					4	4	
			M	350	349	1	16	16		2	2	3	3					3	3	
	Angola		HM	26557	26292	265	416	413	3	42	42	304	304		57	57		77	77	
			H	13196	13083	113	200	200	2	18	18	141	141		18	18		34	34	
			M	13361	13209	152	213	213	1	24	24	163	163		39	39		43	43	
	Argélia		HM	231	230	1	8	8		13	13	6	5	1	1	1		2	2	
			H	170	169	1	6	6		12	12	4	4	1	1	1		1	1	
			M	61	61		2	2		1	1	1	1					1	1	
	Benin		HM	33	33															
			H	31	31															
			M	2	2															
	Botswana		HM	5	5		1	1												
			H	3	3															
			M	2	2		1	1												
	Burkina-Faso		HM	16	16															
			H	12	12															
			M	4	4															
	Burundi		HM	2	2															
			H	2	2															
			M																	

Nacionalidade e Sexo																				
			Total	Sub-Total		Aveiro			Beja			Braga			Bragança			Castelo Branco		
				TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
	Cabo Verde	HM	48845	48417	428	342	337	5	225	224	1	372	372		71	71		279	279	
		H	23227	23062	165	160	160	4	104	104	1	185	185		31	31		146	146	
		M	25618	25355	263	177	177	1	120	120		187	187		40	40		133	133	
	Camarões	HM	84	84								4	4		1	1				
		H	54	54								3	3		1	1				
		M	30	30								1	1							
	Chade	HM	2	2																
		H	1	1																
		M	1	1																
	Comores	HM	1	1																
		H																		
		M	1	1																
	Congo	HM	120	120		4	4					1	1							
		H	50	50								1	1							
		M	70	70		4	4													
	Congo (República Democrática)	HM	184	184		5	5					5	5					4	4	
		H	102	102		3	3					3	3					2	2	
		M	82	82		2	2					2	2					2	2	
	Costa do Marfim	HM	120	120		2	2					5	5					2	2	
		H	93	93		2	2					3	3					1	1	
		M	27	27								2	2					1	1	
	Djibuti	HM	2	2																
		H	1	1																
		M	1	1																
	Egipto	HM	394	392	2	5	5		3	3		7	7					1	1	
		H	331	329	2	4	4		3	3		5	5					1	1	
		M	63	63		1	1					2	2							
	Eritreia	HM	4	4																
		H	4	4																
		M																		
	Etiópia	HM	27	25	2	9	9					1	1					1	1	
		H	14	14		7	7													
		M	13	11	2	2	2					1	1					1	1	
	Gabão	HM	13	13																
		H	7	7																
		M	6	6																
	Gâmbia	HM	116	115	1							2	2							
		H	93	92	1															
		M	23	23								2	2							
	Gana	HM	197	197		2	2					2	2							
		H	141	141		2	2					2	2							
		M	56	56																
	Guiné	HM	1848	1847	1	4	4		8	8		2	2		1	1				
		H	1499	1498	1	3	3		5	5		2	2		1	1				
		M	349	349		1	1		3	3										

Nacionalidade e Sexo				Total	Sub-Total		Aveiro			Beja			Braga			Bragança			Castelo Branco		
					TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
		Guiné Bissau	HM	22945	22404	541	467	454	13	26	26		185	185		17	17		38	37	1
			H	13927	13663	264	256	256	9	20	20		114	114		11	11		20	20	
			M	9018	8741	277	198	198	4	6	6		71	71		6	6		17	17	1
		Guiné Equatorial	HM	10	10		1	1													
			H	5	5		1	1													
			M	5	5																
		Lesoto	HM	2	2		1	1													
			H	2	2		1	1													
			M																		
		Libéria	HM	20	20																
			H	20	20																
			M																		
		Líbia	HM	10	7	3															
			H	8	5	3															
			M	2	2																
		Madagáscar	HM	15	15		1	1													
			H	9	9		1	1													
			M	6	6																
		Malawi	HM	9	9																
			H	2	2																
			M	7	7																
		Mali	HM	95	94	1							1	1		1	1				
			H	87	86	1							1	1		1	1				
			M	8	8																
		Marrocos	HM	1933	1932	1	118	118		33	33		70	70		8	8		17	17	
			H	1222	1222		81	81		24	24		50	50		5	5		7	7	
			M	711	710	1	37	37		9	9		20	20		3	3		10	10	
		Maurícias (Ilhas)	HM	6	6																
			H	2	2																
			M	4	4																
		Mauritânia	HM	39	39		1	1													
			H	31	31		1	1													
			M	8	8																
		Moçambique	HM	3328	3305	23	84	84		36	36		107	107		7	7		22	22	
			H	1435	1427	8	40	40		17	17		56	56		2	2		9	9	
			M	1893	1878	15	44	44		19	19		51	51		5	5		13	13	
		Namíbia	HM	12	12																
			H	6	6																
			M	6	6																
		Níger	HM	2	1	1															
			H	1		1															
			M	1	1																
		Nigéria	HM	299	296	3	4	4					8	8		1	1		1	1	
			H	184	182	2	2	2					4	4					1	1	
			M	115	114	1	2	2					4	4		1	1				

Nacionalidade e Sexo				Total	Sub-Total		Aveiro			Beja			Braga			Bragança			Castelo Branco		
					TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
		Quénia	HM	50	46	4										2	2				
			H	26	24	2															
			M	24	22	2										2	2				
		República Centro Africana	HM	5	5				1	1											
			H	1	1																
			M	4	4				1	1											
		Ruanda	HM	25	25								1	1						1	1
			H	17	17																
			M	8	8								1	1						1	1
		São Tomé e Príncipe	HM	11484	11142	342	220	213	7	11	10	1	68	67	1	49	48	1	42	41	
			H	5210	5087	123	120	120	1	7	7	1	35	35	1	28	28	1	22	22	
			M	6274	6055	219	93	93	6	3	3		32	32		20	20		19	19	
		Senegal	HM	1778	1773	5	16	16		1	1		34	34		2	2		2	2	
			H	1428	1425	3	10	10		1	1		25	25		2	2		2	2	
			M	350	348	2	6	6					9	9							
		Serra Leoa	HM	59	59		5	5					2	2							
			H	49	49		3	3					2	2							
			M	10	10		2	2													
		Seychelles	HM	4	4																
			H	2	2																
			M	2	2																
		Suazilândia	HM	9	9								1	1							
			H	2	2																
			M	7	7								1	1							
		Sudão	HM	7	7								1	1							
			H	4	4								1	1							
			M	3	3																
		Tanzânia	HM	57	56	1							1	1							
			H	27	26	1							1	1							
			M	30	30																
		Togo	HM	67	67								3	3							
			H	48	48								1	1							
			M	19	19								2	2							
		Tunísia	HM	136	133	3	8	8		1	1		8	8					1	1	
			H	97	95	2	7	7		1	1		4	4					1	1	
			M	39	38	1	1	1					4	4							
		Uganda	HM	11	11								1	1							
			H	4	4								1	1							
			M	7	7																
		Zâmbia	HM	8	8								1	1							
			H	3	3								1	1							
			M	5	5																
		Zimbabwe	HM	37	37		1	1					1	1		1	1				
			H	13	13											1	1				
			M	24	24		1	1					1	1							

Nacionalidade e Sexo			Total	Sub-Total		Aveiro			Beja			Braga			Bragança			Castelo Branco		
				TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
AMÉRICA	Total Continente		HM	125160	124667	493	4678	4662	16	1103	1101	2	3155	3122	33	480	470	10	788	784
			H	56315	56066	249	2108	2098	10	518	518		1340	1324	16	173	165	8	322	320
			M	68845	68601	244	2570	2564	6	585	583	2	1815	1798	17	307	305	2	466	464
	Argentina	HM	498	493	5	14	14		6	6		13	13		1	1		4	4	
		H	258	254	4	6	6		3	3		6	6		1	1		1	1	
		M	240	239	1	8	8		3	3		7	7					3	3	
	Barbados	HM	5	5																
		H																		
		M	5	5																
	Belize	HM	2	2					1	1										
		H	1	1					1	1										
		M	1	1																
	Bermudas	HM	6	6																
		H	4	4																
		M	2	2																
	Bolívia	HM	118	118		7	7		7	7									2	2
		H	35	35		3	3		3	3									1	1
		M	83	83		4	4		4	4									1	1
	Brasil	HM	116220	115882	338	3556	3546	10	1016	1014	2	2858	2830	28	451	445	6	732	730	
		H	52061	51916	145	1550	1550	5	473	473		1199	1199	14	152	152	4	301	301	
		M	64159	63966	193	1996	1996	5	541	541	2	1631	1631	14	293	293	2	429	429	
	Canadá	HM	701	697	4	44	44		21	21		20	20		3	3		10	10	
		H	402	400	2	26	26		14	14		15	15		3	3		6	6	
		M	299	297	2	18	18		7	7		5	5					4	4	
	Chile	HM	210	198	12	8	8		4	4		7	7					2	2	
		H	106	95	11	4	4		1	1		6	6					1	1	
		M	104	103	1	4	4		3	3		1	1					1	1	
	Colômbia	HM	592	583	9	53	53		8	8		43	42	1	8	8		5	5	
		H	183	179	4	12	12		3	3		10	10		1	1		1	1	
		M	409	404	5	41	41		5	5		32	32	1	7	7		4	4	
	Costa Rica	HM	22	21	1	1	1													
		H	11	11																
		M	11	10	1	1	1													
	Cuba	HM	850	841	9	54	52	2	14	14		49	49		6	5	1	3	3	
		H	386	380	6	27	27	2	7	7		18	18		4	4	1	2	2	
		M	464	461	3	25	25		7	7		31	31		1	1		1	1	
	Dominica	HM	11	11		1	1					2	2							
		H	3	3								1	1							
		M	8	8		1	1					1	1							
	El Salvador	HM	23	22	1	3	3													
		H	7	7																
		M	16	15	1	3	3													
	Equador	HM	471	467	4	37	37		1	1		10	9	1	3	3		2	2	
		H	217	215	2	16	16		1	1		4	4		1	1		1	1	
		M	254	252	2	21	21					5	5	1	2	2		1	1	

Nacionalidade e Sexo																				
			Total	Sub-Total		Aveiro			Beja			Braga			Bragança			Castelo Branco		
				TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
Estados Unidos da América	HM	2293	2220	73	182	182			9	9		47	46	1	2	2		16	15	1
	H	1247	1193	54	99	99			4	4		27	27		1	1		6	6	
	M	1046	1027	19	83	83			5	5		19	19	1	1	1		9	9	1
Granada	HM	3	3		2	2														
	H	1	1		1	1														
	M	2	2		1	1														
Guatemala	HM	31	31		1	1						1	1							
	H	16	16		1	1														
	M	15	15									1	1							
Guiana	HM	7	7						1	1										
	H	6	6						1	1										
	M	1	1																	
Haiti	HM	6	6		1	1						1	1							
	H	3	3		1	1						1	1							
	M	3	3																	
Honduras	HM	18	18		1	1			5	5		1	1							
	H	4	4						1	1										
	M	14	14		1	1			4	4		1	1							
Jamaica	HM	12	11	1	3	3						1	1							
	H	6	5	1	1	1						1	1							
	M	6	6		2	2														
México	HM	281	256	25	17	14	3	4	4			11	10	1	3		3	2	1	1
	H	126	114	12	10	10	2	2	2			3	3	1	3		3			
	M	155	142	13	4	4	1	2	2			7	7					1	1	1
Nicarágua	HM	15	15																	
	H	3	3																	
	M	12	12																	
Panamá	HM	31	31		1	1														
	H	10	10		1	1														
	M	21	21																	
Paraguai	HM	71	70	1	2	2			1	1		1	1							
	H	19	19																	
	M	52	51	1	2	2			1	1		1	1							
Peru	HM	282	275	7	23	23			1	1		14	13	1				3	3	
	H	104	98	6	8	8						8	8	1						
	M	178	177	1	15	15			1	1		5	5					3	3	
República Dominicana	HM	70	68	2	6	6						6	6							
	H	21	20	1																
	M	49	48	1	6	6						6	6							
São Vicente e Granadinas	HM	2	2																	
	H	2	2																	
	M																			
Suriname	HM	3	3																	
	H	1	1																	
	M	2	2																	

Nacionalidade e Sexo			Total	Sub-Total		Aveiro			Beja			Braga			Bragança			Castelo Branco		
				TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
ÁSIA	Total Continente	Trindade e Tobago	HM	9	9															
			H	4	4															
			M	5	5															
		Uruguai	HM	128	127	1	9	8	1	2	2	5	5							
			H	65	64	1	3	3	1	2	2	4	4							
			M	63	63		5	5				1	1							
		Venezuela	HM	2169	2169	652	652		2	2		65	65	3	3			7	7	
			H	1003	1003		329	329		2	2	21	21		2	2				
			M	1166	1166		323	323				44	44		1	1		7	7	
	Total Continente		HM	30277	30080	197	1181	1171	10	417	415	2	781	778	3	244	244	306	306	
			H	18578	18452	126	652	644	8	297	296	1	443	440	3	147	147	212	212	
			M	11699	11628	71	529	527	2	120	119	1	338	338		97	97	94	94	
	Afeganistão		HM	2	2															
			H	2	2															
	Arábia Saudita		M																	
			HM	9	9															
			H	7	7															
			M	2	2															
	Arménia		HM	83	78	5														
			H	48	43	5														
			M	35	35															
	Azerbaijão		HM	19	19	1	1		1	1										
			H	10	10															
			M	9	9	1	1		1	1										
	Bahrein		HM	1	1															
			H	1	1															
			M																	
	Bangladesh		HM	1346	1346	16	16		4	4		30	30	1	1			22	22	
			H	1001	1001		10	10		4	4	18	18					14	14	
			M	345	345		6	6				12	12		1	1		8	8	
	Butão		HM	1	1													1	1	
			H	1	1													1	1	
			M																	
	Cambodja		HM	35	35				1	1										
			H	34	34															
			M	1	1				1	1										
	Cazaquistão		HM	748	746	2	273	272	1	5	5	17	17	66	66			5	5	
			H	366	364	2	142	142	1			10	10	43	43			3	3	
			M	382	382		130	130		5	5	7	7	23	23			2	2	
	China		HM	14396	14373	23	588	588	161	161		485	485	152	152			119	119	
			H	7581	7566	15	301	301		91	91	254	254	82	82			67	67	
			M	6815	6807	8	287	287		70	70	231	231	70	70			52	52	
	Coreia do Norte		HM	1	1															
			H																	
			M	1	1															

Nacionalidade e Sexo				Total	Sub-Total		Aveiro			Beja			Braga			Bragança			Castelo Branco		
					TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
Coreia do Sul	HM	144	128	16	1	1							1	1					2	2	
	H	66	57	9															1	1	
	M	78	71	7	1	1							1	1					1	1	
Emiratos Árabes Unidos	HM	1	1																		
	H	1	1																		
	M																				
Filipinas	HM	491	486	5	8	8			5	5			2	2							
	H	104	103	1	1	1							1	1							
	M	387	383	4	7	7			5	5			1	1							
Geórgia	HM	1172	1172		51	51			33	33			60	60		4	4		1	1	
	H	841	841		39	39			22	22			41	41		4	4		1	1	
	M	331	331		12	12			11	11			19	19							
Hong-Kong	HM	15	15																		
	H	5	5																		
	M	10	10																		
Iémen	HM	9	8	1									1		1				1	1	
	H	6	5	1									1		1				1	1	
	M	3	3																		
Índia	HM	5782	5734	48	72	69	3						31	30	1	10	10		113	113	
	H	4388	4355	33	38	38	3						21	21	1	8	8		100	100	
	M	1394	1379	15	31	31							9	9		2	2		13	13	
Indonésia	HM	72	68	4	3	2	1	1	1										1	1	
	H	42	40	2			1	1	1										1	1	
	M	30	28	2	2	2															
Irão	HM	215	210	5	16	15	1						13	13					1	1	
	H	113	109	4	8	8	1						10	10					1	1	
	M	102	101	1	7	7							3	3							
Iraque	HM	40	39	1	6	6															
	H	20	20		3	3															
	M	20	19	1	3	3															
Israel	HM	66	63	3	1	1		5	3	2		3	3						3	3	
	H	34	32	2	1	1				1									2	2	
	M	32	31	1				3	3	1		3	3						1	1	
Japão	HM	377	350	27	13	11	2						8	8							
	H	172	159	13	3	3	1						4	4							
	M	205	191	14	8	8	1						4	4							
Jordânia	HM	33	33		4	4		1	1												
	H	20	20		2	2		1	1												
	M	13	13		2	2															
Kuwait	HM	2	2																		
	H	1	1																		
	M	1	1																		
Laos	HM	1	1																		
	H																				
	M	1	1																		

Nacionalidade e Sexo																				
			Total	Sub-Total		Aveiro			Beja			Braga			Bragança			Castelo Branco		
				TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
		Líbano	HM	46	46		2	2		1	1		3	3						
			H	30	30		2	2					2	2						
			M	16	16					1	1		1	1						
		Macau	HM	1	1															
			H																	
			M	1	1															
		Malásia	HM	34	33	1	1	1												
			H	14	13	1	1	1												
			M	20	20															
		Mongólia	HM	16	14	2														
			H	8	8															
			M	8	6	2														
		Myanmar (Birmânia)	HM	2	2															
			H	1	1															
			M	1	1															
		Nepal	HM	685	684	1						4	4					4	4	
			H	470	469	1						2	2					2	2	
			M	215	215							2	2					2	2	
		Oman	HM	2	2															
			H	2	2															
			M																	
		Palestina	HM	23	23															
			H	16	16															
			M	7	7															
		Paquistão	HM	2698	2696	2	24	24		4	4		30	30		3	3		19	19
			H	2058	2056	2	23	23		4	4		17	17		3	3		12	12
			M	640	640		1	1					13	13					7	7
		Quirguistão	HM	50	50		4	4					5	5					4	4
			H	28	28		2	2					5	5					2	2
			M	22	22		2	2											2	2
		Singapura	HM	15	14	1	1	1											1	1
			H	3	2	1	1	1												
			M	12	12														1	1
		Síria	HM	25	25															
			H	13	13															
			M	12	12															
		Sri Lanka	HM	18	18								1	1					1	1
			H	11	11								1	1					1	1
			M	7	7															
		Tailândia	HM	455	449	6	8	8		193	193		3	3		6	6		3	3
			H	298	298		5	5		172	172					6	6		1	1
			M	157	151	6	3	3		21	21		3	3					2	2
		Taiwan	HM	23	23								1	1						
			H	14	14								1	1						
			M	9	9															

Nacionalidade e Sexo			Total	Sub-Total		Aveiro			Beja			Braga			Bragança			Castelo Branco		
				TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
		Tajiquistão	HM	2	2															
			H	1	1															
			M	1	1															
		Timor Leste	HM	111	96	15	6	4	2			19	18	1						
			H	61	56	5	2	2	1			12	12	1						
			M	50	40	10	2	2	1			6	6							
		Turquemenistão	HM	3	3															
			H	3	3															
			M																	
		Uzbequistão	HM	951	951	79	79		2	2		63	63		2	2		5	5	
			H	641	641	58	58		1	1		41	41		1	1		2	2	
			M	310	310	21	21		1	1		22	22		1	1		3	3	
		Vietname	HM	56	27	29	3	3				1	1							
			H	42	13	29	2	2												
			M	14	14		1	1				1	1							
OCEÂNIA	Total Continente		HM	260	258	2	17	17	9	9		8	8		1	1		2	2	
			H	136	135	1	10	10	4	4		5	5					1	1	
			M	124	123	1	7	7	5	5		3	3		1	1		1	1	
		Austrália	HM	220	218	2	16	16	6	6		8	8		1	1		1	1	
			H	117	116	1	9	9	2	2		5	5					1	1	
			M	103	102	1	7	7	4	4		3	3		1	1				
		Cook (Ilhas)	HM	3	3															
			H	3	3															
			M																	
		Fidji (Ilhas)	HM	3	3															
			H	1	1															
			M	2	2															
		Nauru	HM	1	1															
			H																	
			M	1	1															
		Nova Zelândia	HM	33	33	1	1		3	3								1	1	
			H	15	15	1	1		2	2										
			M	18	18				1	1								1	1	
	Total Continente		HM	81	81	1	1													
			H	48	48	1	1													
			M	33	33															
		Apátrida	HM	31	31															
			H	21	21															
			M	10	10															
		Desconhecido	HM	48	48	1	1													
			H	26	26	1	1													
			M	22	22															
		Reino Unido (British Subject)	HM	2	2															
			H	1	1															
			M	1	1															

Nacionalidade e Sexo																					
		Coimbra			Évora			Faro			Guarda			Leiria			Lisboa				
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD		
Total Global		HM	11604	11520	84	3934	3922	12	73277	73242	35	1881	1880	1	16989	16974	15	196798	195140	1658	
		H	5934	5894	40	2081	2072	9	38909	38886	23	1007	1007		9013	9006	7	100031	99307	724	
		M	5670	5626	44	1853	1850	3	34368	34356	12	874	873	1	7976	7968	8	96767	95833	934	
EUROPA	Total Continente	HM	5285	5283	2	2070	2070		48746	48742	4	999	999		9470	9467	3	49344	49283	61	
		H	2840	2838	2	1174	1174		25954	25951	3	577	577		5312	5312		26369	26339	30	
		M	2445	2445		896	896		22792	22791	1	422	422		4158	4155	3	22975	22944	31	
	UE (União Europeia)	Total Zona	HM	3137	3137		1018	1018		30095	30095		469	469		2701	2701		26829	26829	
			H	1599	1599		567	567		15781	15781		244	244		1430	1430		14506	14506	
			M	1538	1538		451	451		14314	14314		225	225		1271	1271		12323	12323	
	Alemanha	HM	267	267		62	62		3472	3472		39	39		236	236		1656	1656		
			H	143	143		38	38		1671	1671		21	21		128	128		905	905	
			M	124	124		24	24		1801	1801		18	18		108	108		751	751	
	Áustria	HM	17	17		7	7		116	116		2	2		8	8		109	109		
			H	8	8		4	4		62	62		1	1		2	2		50	50	
			M	9	9		3	3		54	54		1	1		6	6		59	59	
	Bélgica	HM	110	110		25	25		557	557		14	14		71	71		392	392		
			H	49	49		11	11		285	285		6	6		34	34		202	202	
			M	61	61		14	14		272	272		8	8		37	37		190	190	
	Bulgária	HM	152	152		61	61		1909	1909		128	128		62	62		2018	2018		
			H	90	90		26	26		1051	1051		69	69		37	37		1057	1057	
			M	62	62		35	35		858	858		59	59		25	25		961	961	
	Chipre	HM	1	1					1	1								7	7		
			H							1	1							4	4		
			M	1	1													3	3		
	Dinamarca	HM	15	15		3	3		135	135		1	1		4	4		134	134		
			H	10	10		1	1		66	66		1	1		1	1		72	72	
			M	5	5		2	2		69	69					3	3		62	62	
	Eslováquia	HM	15	15					25	25		1	1		10	10		51	51		
			H	5	5					9	9					2	2		14	14	
			M	10	10					16	16		1	1		8	8		37	37	
	Eslovénia	HM	5	5		1	1		7	7								20	20		
			H	2	2					3	3							7	7		
			M	3	3		1	1		4	4							13	13		
	Espanha	HM	332	332		127	127		564	564		62	62		144	144		2873	2873		
			H	143	143		87	87		297	297		24	24		69	69		1402	1402	
			M	189	189		40	40		267	267		38	38		75	75		1471	1471	
	Estónia	HM	8	8					23	23					2	2		43	43		
			H							6	6							8	8		
			M	8	8					17	17					2	2		35	35	
	Finlândia	HM	12	12					111	111		2	2		6	6		84	84		
			H	9	9					56	56					2	2		37	37	
			M	3	3					55	55		2	2		4	4		47	47	

Nacionalidade e Sexo																			
		Coimbra			Évora			Faro			Guarda			Leiria			Lisboa		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
	França	HM	153	153		57	57		875	875		48	48		318	318		1453	1453
		H	75	75		30	30		456	456		26	26		152	152		728	728
		M	78	78		27	27		419	419		22	22		166	166		725	725
	Grécia	HM	9	9		1	1		16	16					2	2		75	75
		H	5	5		1	1		11	11					1	1		39	39
		M	4	4					5	5					1	1		36	36
	Holanda	HM	361	361		86	86		2130	2130		35	35		211	211		591	591
		H	177	177		56	56		1061	1061		19	19		109	109		343	343
		M	184	184		30	30		1069	1069		16	16		102	102		248	248
	Hungria	HM	13	13		2	2		41	41					7	7		132	132
		H	4	4					16	16					1	1		49	49
		M	9	9		2	2		25	25					6	6		83	83
	Irlanda	HM	12	12		5	5		410	410		2	2		28	28		123	123
		H	6	6		2	2		207	207		1	1		17	17		68	68
		M	6	6		3	3		203	203		1	1		11	11		55	55
	Itália	HM	221	221		38	38		476	476		10	10		121	121		1984	1984
		H	122	122		25	25		310	310		7	7		76	76		1198	1198
		M	99	99		13	13		166	166		3	3		45	45		786	786
	Letónia	HM	9	9		5	5		44	44					17	17		107	107
		H	4	4		2	2		23	23					1	1		20	20
		M	5	5		3	3		21	21					16	16		87	87
	Lituânia	HM	60	60		6	6		56	56		4	4		25	25		96	96
		H	26	26		3	3		22	22		1	1		9	9		46	46
		M	34	34		3	3		34	34		3	3		16	16		50	50
	Luxemburgo	HM	10	10		1	1		29	29					3	3		33	33
		H	3	3		1	1		18	18					1	1		23	23
		M	7	7					11	11					2	2		10	10
	Malta	HM							1	1								13	13
		H																8	8
		M							1	1								5	5
	Polónia	HM	46	46		11	11		123	123		4	4		93	93		351	351
		H	12	12		6	6		36	36		1	1		69	69		111	111
		M	34	34		5	5		87	87		3	3		24	24		240	240
	Reino Unido	HM	627	627		34	34		10795	10795		12	12		607	607		1728	1728
		H	334	334		15	15		5399	5399		8	8		306	306		938	938
		M	293	293		19	19		5396	5396		4	4		301	301		790	790
	República Checa	HM	26	26					41	41		1	1		5	5		74	74
		H	6	6					15	15		1	1		3	3		27	27
		M	20	20					26	26					2	2		47	47
	Roménia	HM	639	639		481	481		7926	7926		104	104		710	710		12458	12458
		H	358	358		255	255		4605	4605		58	58		403	403		7027	7027
		M	281	281		226	226		3321	3321		46	46		307	307		5431	5431
	Suécia	HM	17	17		5	5		212	212					11	11		224	224
		H	8	8		4	4		95	95					7	7		123	123
		M	9	9		1	1		117	117					4	4		101	101

Nacionalidade e Sexo																				
			Coimbra			Évora			Faro			Guarda			Leiria			Lisboa		
			Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
EEE (não UE)	Total Zona	HM	7	7		1	1		180	180		1	1		11	11		94	94	
		H	3	3					87	87		1	1		6	6		51	51	
		M	4	4		1	1		93	93					5	5		43	43	
	Islândia	HM							20	20					1	1		1	1	
		H							6	6										
		M							14	14					1	1		1	1	
	Liechtenstein	HM							2	2								1	1	
		H							1	1								1	1	
		M							1	1										
	Noruega	HM	7	7		1	1		158	158		1	1		10	10		92	92	
		H	3	3					80	80		1	1		6	6		50	50	
		M	4	4		1	1		78	78					4	4		42	42	
EFTA (não EEE)	Total Zona	HM	25	25		13	13		334	334		5	5		57	57		203	203	
		H	18	18		6	6		170	170		3	3		32	32		110	110	
		M	7	7		7	7		164	164		2	2		25	25		93	93	
	Suíça	HM	25	25		13	13		334	334		5	5		57	57		203	203	
		H	18	18		6	6		170	170		3	3		32	32		110	110	
		M	7	7		7	7		164	164		2	2		25	25		93	93	
Europa Central e Oriental	Total Zona	HM	2084	2082	2	1037	1037		18117	18113	4	521	521		6694	6691	3	22120	22064	56
		H	1203	1201	2	600	600		9903	9900	3	328	328		3837	3837		11646	11620	26
		M	881	881		437	437		8214	8213	1	193	193		2857	2854	3	10474	10444	30
	Albânia	HM	2	2					3	3		1	1		1	1		21	21	
		H	1	1					2	2					1	1		9	9	
		M	1	1					1	1		1	1					12	12	
	Bielorrússia	HM	91	91		2	2		126	126		18	18		45	45		238	237	1
		H	39	39		1	1		53	53		10	10		16	16		89	89	
		M	52	52		1	1		73	73		8	8		29	29		148	148	1
	Bósnia e Herzegovina	HM	1	1		1	1		2	2					1	1		13	13	
		H				1	1		2	2								4	4	
		M	1	1											1	1		9	9	
	Croácia	HM	1	1					17	17					4	4		27	22	5
		H							11	11					1	1		4	4	3
		M	1	1					6	6					3	3		18	18	2
	Kosovo	HM	1	1					4	4					2	2		4	4	
		H	1	1					4	4					2	2		3	3	
		M																1	1	
	Macedónia	HM	1	1														6	4	2
		H																3	3	2
		M	1	1														1	1	
	Moldávia	HM	243	242	1	299	299		6300	6299	1	54	54		1015	1014	1	6379	6348	31
		H	136	136	1	170	170		3571	3571	1	33	33		598	598		3530	3530	16
		M	106	106		129	129		2728	2728		21	21		416	416	1	2818	2818	15
	Montenegro	HM							3	3								3	2	1
		H							2	2								2	2	1
		M							1	1										

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL - 2009

(Dados Provisórios | 21JUL2010)

Nacionalidade e Sexo																						
				Coimbra			Évora			Faro			Guarda			Leiria			Lisboa			
				Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	
ÁFRICA	Outros da Europa	Rússia	HM	192	191	1	50	50		1207	1205	2	16	16		334	332	2	1826	1815	11	
			H	88	88	1	23	23		513	513	1	11	11		145	145		719	719	4	
			M	103	103		27	27		692	692	1	5	5		187	187	2	1096	1096	7	
		Sérvia	HM	7	7		1	1		46	46		1	1		6	6		99	98	1	
			H	5	5		1	1		22	22		1	1		3	3		49	49		
			M	2	2					24	24					3	3		49	49	1	
		Ucrânia	HM	1545	1545		684	684		10409	10408	1	431	431		5286	5286		13504	13500	4	
			H	931	931		404	404		5720	5720	1	273	273		3071	3071		7208	7208		
			M	614	614		280	280		4688	4688		158	158		2215	2215		6292	6292	4	
		Total Zona	HM	32	32		1	1		20	20		3	3		7	7		98	93	5	
			H	17	17		1	1		13	13		1	1		7	7		56	52	4	
			M	15	15					7	7		2	2					42	41	1	
		Andorra	HM																1	1		
			H																			
			M																1	1		
		São Marino	HM																			
			H																			
			M																			
	Turquia	HM	32	32		1	1		20	20		3	3		7	7		97	92	5		
		H	17	17		1	1		13	13		1	1		7	7		52	52	4		
		M	15	15					7	7		2	2					40	40	1		
ÁFRICA	Total Continente	HM	2308	2282	26	327	327		7839	7816	23	259	258	1	1484	1479	5	77809	76517	1292		
		H	1216	1203	13	169	169		4596	4584	12	134	134		758	755	3	40019	39473	546		
		M	1092	1079	13	158	158		3243	3232	11	125	124	1	726	724	2	37790	37044	746		
	África do Sul	HM	13	13		6	6		171	171		9	9		9	9		143	142	1		
		H	6	6		2	2		72	72		4	4		2	2		55	55			
		M	7	7		4	4		99	99		5	5		7	7		87	87	1		
	Angola	HM	591	578	13	50	50		1047	1047		51	50	1	338	338		17266	17057	209		
		H	270	270	6	24	24		500	500		21	21		140	140		8624	8624	87		
		M	308	308	7	26	26		547	547		29	29	1	198	198		8433	8433	122		
	Argélia	HM	6	6		3	3		55	55		1	1		10	10		61	61			
		H	3	3		2	2		42	42		1	1		7	7		47	47			
		M	3	3		1	1		13	13					3	3		14	14			
	Benin	HM							3	3								20	20			
		H							3	3								20	20			
		M																				
	Botswana	HM							2	2												
		H							1	1												
		M							1	1												
	Burkina-Faso	HM							1	1					7	7		7	7			
		H							1	1					5	5		6	6			
		M													2	2		1	1			
	Burundi	HM													1	1		1	1			
		H													1	1		1	1			
		M																				

Nacionalidade e Sexo																			
		Coimbra			Évora			Faro			Guarda			Leiria			Lisboa		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
	Cabo Verde	HM	767	766	1	151	151	3289	3280	9	137	137		594	592	2	30480	30136	344
		H	355	355	1	82	82	1786	1786	3	76	76		310	310	2	13929	13929	131
		M	411	411		69	69	1494	1494	6	61	61		282	282		16207	16207	213
	Camarões	HM	2	2				5	5					1	1		41	41	
		H	2	2				5	5					1	1		25	25	
		M															16	16	
	Chade	HM			1	1											1	1	
		H			1	1													
		M															1	1	
	Comores	HM																	
		H																	
		M																	
	Congo	HM	2	2	2	2		2	2		4	4		3	3		67	67	
		H			1	1		1	1		1	1		1	1		33	33	
		M	2	2	1	1		1	1		3	3		2	2		34	34	
	Congo (República Democrática)	HM	1	1				8	8		2	2		10	10		112	112	
		H	1	1				1	1					7	7		67	67	
		M						7	7		2	2		3	3		45	45	
	Costa do Marfim	HM	2	2	5	5		7	7								53	53	
		H	2	2	3	3		6	6								40	40	
		M			2	2		1	1								13	13	
	Djibuti	HM															1	1	
		H															1	1	
		M																	
	Egipto	HM	10	10	1	1		49	49		1	1		3	3		237	235	2
		H	7	7				30	30		1	1		3	3		212	212	2
		M	3	3	1	1		19	19								23	23	
	Eritreia	HM	1	1	1	1		1	1								1	1	
		H	1	1	1	1		1	1								1	1	
		M																	
	Etiópia	HM	2	2				5	5		1	1					6	4	2
		H	1	1				4	4		1	1					1	1	
		M	1	1				1	1								3	3	2
	Gabão	HM												2	2		7	7	
		H												1	1		3	3	
		M												1	1		4	4	
	Gâmbia	HM	1	1				15	15								90	90	
		H	1	1				8	8								77	77	
		M						7	7								13	13	
	Gana	HM	15	15				23	23					2	2		92	92	
		H	11	11				16	16					1	1		62	62	
		M	4	4				7	7					1	1		30	30	
	Guiné	HM	15	15				426	426		3	3		4	4		1272	1272	
		H	13	13				329	329		3	3		3	3		1051	1051	
		M	2	2				97	97					1	1		221	221	

Nacionalidade e Sexo																				
		Coimbra			Évora			Faro			Guarda			Leiria			Lisboa			
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	
	Guiné Bissau	HM	345	342	3	25	25		1592	1582	10	12	12		115	114	1	16769	16316	453
		H	217	217	2	17	17		1138	1138	7	5	5		64	64		9822	9822	218
		M	125	125	1	8	8		444	444	3	7	7		50	50	1	6494	6494	235
	Guiné Equatorial	HM													1	1		4	4	
		H													1	1		1	1	
		M																3	3	
	Lesoto	HM							1	1										
		H							1	1										
		M																		
	Libéria	HM							1	1								15	15	
		H							1	1								15	15	
		M																		
	Líbia	HM							2	2					1	1		6	3	3
		H							1	1					1	1		2	2	3
		M							1	1								1	1	
	Madagáscar	HM	1	1					3	3								9	9	
		H	1	1					1	1								5	5	
		M							2	2								4	4	
	Malawi	HM							1	1								7	7	
		H							1	1								1	1	
		M																6	6	
	Mali	HM	6	6					2	2					2	2		55	55	
		H	6	6					2	2					2	2		52	52	
		M																3	3	
	Marrocos	HM	92	92		6	6		459	459		19	19		176	176		295	294	1
		H	74	74		2	2		253	253		9	9		114	114		168	168	
		M	18	18		4	4		206	206		10	10		62	62		126	126	1
	Maurícias (Ilhas)	HM																4	4	
		H																2	2	
		M																2	2	
	Mauritânia	HM	3	3					12	12								19	19	
		H	1	1					9	9								16	16	
		M	2	2					3	3								3	3	
	Moçambique	HM	137	135	2	34	34		192	192		13	13		75	75		1709	1694	15
		H	60	60		13	13		78	78		8	8		25	25		740	740	7
		M	75	75	2	21	21		114	114		5	5		50	50		954	954	8
	Namíbia	HM	2	2					3	3										
		H	1	1					1	1										
		M	1	1					2	2										
	Níger	HM																2	1	1
		H																		1
		M																1	1	
	Nigéria	HM	3	3					16	14	2							202	201	1
		H							7	7	1							132	132	1
		M	3	3					7	7	1							69	69	

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL - 2009

(Dados Provisórios | 21JUL2010)

Nacionalidade e Sexo																			
		Coimbra			Évora			Faro			Guarda			Leiria			Lisboa		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
	Quénia	HM	1	1				7	6	1	2	2		3	3		25	23	2
		H						4	4	1	1	1		1	1		13	13	1
		M	1	1				2	2		1	1		2	2		10	10	1
	República Centro Africana	HM															4	4	
		H															1	1	
		M															3	3	
	Ruanda	HM						4	4					2	2		9	9	
		H						4	4								6	6	
		M												2	2		3	3	
	São Tomé e Príncipe	HM	226	220	6	34	34	173	172	1	4	4		116	114	2	7334	7081	253
		H	113	113	3	15	15	80	80		3	3		58	58	1	3145	3145	92
		M	107	107	3	19	19	92	92	1	1	1		56	56	1	3936	3936	161
	Senegal	HM	55	54	1	2	2	224	224					4	4		1176	1173	3
		H	50	50	1	2	2	174	174					3	3		966	966	2
		M	4	4				50	50					1	1		207	207	1
	Serra Leoa	HM						4	4								38	38	
		H						3	3								34	34	
		M						1	1								4	4	
	Seychelles	HM																	
		H																	
		M																	
	Suazilândia	HM															3	3	
		H															1	1	
		M															2	2	
	Sudão	HM															5	5	
		H															3	3	
		M															2	2	
	Tanzânia	HM	1	1		1	1	2	2					1	1		37	36	1
		H	1	1		1	1	2	2					1	1		14	14	1
		M															22	22	
	Togo	HM	2	2				7	7								49	49	
		H	2	2				6	6								33	33	
		M						1	1								16	16	
	Tunísia	HM	5	5		4	4	19	19					2	2		51	50	1
		H	4	4		3	3	8	8					2	2		36	36	
		M	1	1		1	1	11	11								14	14	1
	Uganda	HM						1	1					2	2		3	3	
		H						1	1					1	1		1	1	
		M												1	1		2	2	
	Zâmbia	HM						1	1								3	3	
		H						1	1								1	1	
		M															2	2	
	Zimbabwe	HM	1	1		1	1	4	4								18	18	
		H						2	2								8	8	
		M	1	1		1	1	2	2								10	10	

Nacionalidade e Sexo																			
		Coimbra			Évora			Faro			Guarda			Leiria			Lisboa		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
AMÉRICA	Total Continente	HM	3194	3155	39	1251	1244	7	13601	13596	5	383	383	4957	4951	6	55675	55477	198
		H	1436	1418	18	568	564	4	6431	6426	5	146	146	2294	2290	4	24711	24622	89
		M	1758	1737	21	683	680	3	7170	7170		237	237	2663	2661	2	30964	30855	109
	Argentina	HM	11	11		6	6		91	91		4	4	19	19		159	158	1
		H	5	5		4	4		46	46		3	3	7	7		88	88	1
		M	6	6		2	2		45	45		1	1	12	12		70	70	
	Barbados	HM																	
		H																	
		M																	
	Belize	HM																	
		H																	
		M																	
	Bermudas	HM																	
		H																	
		M																	
	Bolívia	HM	7	7		2	2		7	7		1	1	4	4		55	55	
		H	4	4					3	3							17	17	
		M	3	3		2	2		4	4		1	1	4	4		38	38	
	Brasil	HM	2928	2899	29	1208	1205	3	12569	12567	2	335	335	4691	4685	6	53260	53124	136
		H	1291	1291	8	545	545	1	5950	5950	2	122	122	2175	2175	4	23501	23501	62
		M	1608	1608	21	660	660	2	6617	6617		213	213	2510	2510	2	29623	29623	74
	Canadá	HM	24	24					159	158	1	1	1	49	49		115	113	2
		H	15	15					82	82	1	1	1	30	30		60	60	
		M	9	9					76	76				19	19		53	53	2
	Chile	HM	25	18	7	4	4		29	29				6	6		67	63	4
		H	10	10	7	3	3		12	12				5	5		29	29	3
		M	8	8		1	1		17	17				1	1		34	34	1
	Colômbia	HM	13	13		4	4		85	85		4	4	16	16		162	155	7
		H	4	4					34	34		1	1	7	7		52	52	3
		M	9	9		4	4		51	51		3	3	9	9		103	103	4
	Costa Rica	HM	2	2					2	2							10	10	
		H	1	1					1	1							7	7	
		M	1	1					1	1							3	3	
	Cuba	HM	39	39		2	2		119	119		1	1	31	31		292	290	2
		H	21	21		2	2		45	45				10	10		127	127	
		M	18	18					74	74		1	1	21	21		163	163	2
	Dominica	HM												1	1		3	3	
		H															2	2	
		M												1	1		1	1	
	El Salvador	HM	1	1					4	4							10	9	1
		H							1	1							3	3	
		M	1	1					3	3							6	6	1
	Equador	HM	4	4		1	1		88	88				5	5		167	164	3
		H							44	44				2	2		69	69	2
		M	4	4		1	1		44	44				3	3		95	95	1

Nacionalidade e Sexo																			
		Coimbra			Évora			Faro			Guarda			Leiria			Lisboa		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
Estados Unidos da América	HM	62	61	1	5	3	2	252	251	1	23	23		68	68		848	822	26
	H	33	33	1	2	2	2	123	123	1	13	13		29	29		451	451	12
	M	28	28		1	1		128	128		10	10		39	39		371	371	14
Granada	HM							1	1										
	H																		
	M							1	1										
Guatemala	HM	1	1					5	5								10	10	
	H							5	5								5	5	
	M	1	1														5	5	
Guiana	HM							1	1								4	4	
	H							1	1								3	3	
	M																1	1	
Haiti	HM																		
	H																		
	M																		
Honduras	HM							1	1								2	2	
	H																1	1	
	M							1	1								1	1	
Jamaica	HM							2	2					1	1		2	2	
	H																1	1	
	M							2	2					1	1		1	1	
México	HM	10	9	1	6	4	2	16	16		2	2		12	12		105	95	10
	H	5	5	1	2	2	1	6	6					5	5		42	42	3
	M	4	4		2	2	1	10	10		2	2		7	7		53	53	7
Nicarágua	HM							6	6								3	3	
	H							2	2								1	1	
	M							4	4								2	2	
Panamá	HM							1	1					1	1		12	12	
	H							1	1								4	4	
	M													1	1		8	8	
Paraguai	HM	2	2					5	5		1	1		2	2		35	34	1
	H	1	1					2	2					1	1		9	9	
	M	1	1					3	3		1	1		1	1		25	25	1
Peru	HM	11	10	1	1	1		19	18	1				8	8		104	101	3
	H	3	3	1				6	6	1				2	2		29	29	2
	M	7	7		1	1		12	12					6	6		72	72	1
República Dominicana	HM	1	1					6	6					4	4		18	16	2
	H							2	2								9	9	1
	M	1	1					4	4					4	4		7	7	1
São Vicente e Granadinas	HM																1	1	
	H																1	1	
	M																		
Suriname	HM																2	2	
	H																1	1	
	M																1	1	

Nacionalidade e Sexo																																																					
				Coimbra			Évora			Faro			Guarda			Leiria			Lisboa																																		
				Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD																																
ÁSIA	Trindade e Tobago	HM	7															7		2															2																		
		H	3															3		1															1																		
		M	4															4		1															1																		
		HM	6			6			5			5			16			16			1			1			8			8			41			41																	
		H	2			2			2			2			10			10									5			5			19			19																	
		M	4			4			3			3			6			6			1			1			3			3			22			22																	
		HM	47			47			7			7			110			110			10			10			31			31			186			186																	
		H	23			23			4			4			47			47			6			6			12			12			90			90																	
		M	24			24			3			3			63			63			4			4			19			19			96			96																	
	Total Continente	HM	807			790			17			284			279			5			3005			3003			2			238			238			1068			1067			1			13846			13740			106		
		H	440			433			7			168			163			5			1878			1876			2			149			149			643			643			8870			8811			59					
		M	367			357			10			116			116						1127			1127						89			89			425			424			1			4976			4929			47		
	Afeganistão	HM	1															1																																			
		H	1															1																																			
		M																																																			
	Arábia Saudita	HM	2															2		7															7																		
		H																		6															6																		
		M																		1															1																		
	Arménia	HM	5															5			7			7			11															11			39			39					
		H																5			5			3			3			6															6			24			24		
		M																						4			4			5															5			15			15		
	Azerbaijão	HM	7															7		5															5																		
		H																		3															3																		
		M																		2															2																		
	Bahrein	HM																																																			
		H																																																			
		M																																																			
	Bangladesh	HM	22			22			110															110			1			1			1			1			776			776											
		H	13			13			81															81			1			1			1			1			599			599											
		M	9			9			29															29															177			177											
	Butão	HM																																																			
		H																																																			
		M																																																			
	Cambodja	HM	1			1			2															2			15															15											
		H	1			1			2															2																					15			15					
		M																																																			
	Cazaquistão	HM	40			40			2			2			23			23			5			5			31			31			113			112			1														
		H	23			23			1			1			11			11			2			2			13			13			31			31			1														
		M	17			17			1			1			12			12			3			3			18			18			81			81																	
	China	HM	418			416			2			213			213			1295			1294			1			118			118			494			494			5357			5343			14								
		H	209			209						113			113			702			702			1			64			64			256			256			2802			2802			9								
		M	207			207			2			100			100			592			592						54			54			238			238			2541			2541			5								
	Coreia do Norte	HM																																																			
		H																																																			
		M																																																			

Nacionalidade e Sexo																				
		Coimbra			Évora			Faro			Guarda			Leiria			Lisboa			
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	
	Coreia do Sul	HM	9	3	6				3	3					4	4		115	106	9
		H	1	1	4				1	1					2	2		50	50	5
		M	2	2	2				2	2					2	2		56	56	4
	Emiratos Árabes Unidos	HM							1	1										
		H							1	1										
		M																		
	Filipinas	HM	6	6		1	1		49	49					4	4		310	306	4
		H							7	7								71	71	1
		M	6	6		1	1		42	42					4	4		235	235	3
	Geórgia	HM	16	16		28	28		189	189		5	5		119	119		344	344	
		H	12	12		25	25		136	136		5	5		81	81		231	231	
		M	4	4		3	3		53	53					38	38		113	113	
	Hong-Kong	HM							10	10								3	3	
		H							4	4								1	1	
		M							6	6								2	2	
	Iémen	HM							6	6								1	1	
		H							4	4										
		M							2	2								1	1	
	Índia	HM	63	63		10	10		661	660	1	101	101		86	86		3814	3778	36
		H	37	37		5	5		504	504	1	73	73		66	66		2921	2921	23
		M	26	26		5	5		156	156		28	28		20	20		857	857	13
	Indonésia	HM	2	2					5	5					19	19		21	19	2
		H							1	1					19	19		6	6	
		M	2	2					4	4								13	13	2
	Irão	HM	20	20					47	47					2	2		74	70	4
		H	11	11					22	22					1	1		37	37	3
		M	9	9					25	25					1	1		33	33	1
	Iraque	HM	2	2					1	1								22	21	1
		H	2	2														11	11	
		M							1	1								10	10	1
	Israel	HM							7	7								28	27	1
		H							6	6								13	13	1
		M							1	1								14	14	
	Japão	HM	31	22	9				26	26					7	6	1	165	151	14
		H	8	8	3				12	12					4	4		67	67	9
		M	14	14	6				14	14					2	2	1	84	84	5
	Jordânia	HM							2	2								21	21	
		H							1	1								13	13	
		M							1	1								8	8	
	Kuwait	HM							1	1								1	1	
		H																1	1	
		M							1	1										
	Laos	HM																		
		H																		
		M																		

Nacionalidade e Sexo																			
		Coimbra			Évora			Faro			Guarda			Leiria			Lisboa		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
	Líbano	HM	1	1				4	4		1	1					24	24	
		H	1	1				1	1		1	1					17	17	
		M						3	3								7	7	
	Macau	HM															1	1	
		H																	
		M															1	1	
	Malásia	HM	2	2	1	1		6	6		1	1					10	9	1
		H						5	5		1	1					1	1	1
		M	2	2	1	1		1	1								8	8	
	Mongólia	HM												1	1		12	10	2
		H												1	1		5	5	
		M															5	5	2
	Myanmar (Birmânia)	HM															1	1	
		H																	
		M															1	1	
	Nepal	HM	3	3				159	159					2	2		471	470	1
		H	3	3				101	101					1	1		335	335	1
		M						58	58					1	1		135	135	
	Oman	HM															2	2	
		H															2	2	
		M																	
	Palestina	HM	2	2													16	16	
		H	2	2													11	11	
		M															5	5	
	Paquistão	HM	16	16	3	3		176	176		3	3		54	54		1827	1826	1
		H	11	11	1	1		132	132		1	1		41	41		1421	1421	1
		M	5	5	2	2		44	44		2	2		13	13		405	405	
	Quirguistão	HM						1	1		1	1		1	1		15	15	
		H						1	1					1	1		7	7	
		M									1	1					8	8	
	Singapura	HM	1	1				2	2								5	4	1
		H						1	1										1
		M	1	1				1	1								4	4	
	Síria	HM	1	1				2	2								6	6	
		H	1	1													2	2	
		M						2	2								4	4	
	Sri Lanka	HM	1	1				2	2								11	11	
		H	1	1				1	1								6	6	
		M						1	1								5	5	
	Tailândia	HM			5	5		54	54		1	1		2	2		110	105	5
		H			5	5		15	15					1	1		47	47	
		M						39	39		1	1		1	1		58	58	5
	Taiwan	HM	1	1				1	1								10	10	
		H															6	6	
		M	1	1				1	1								4	4	

Nacionalidade e Sexo																				
			Coimbra			Évora			Faro			Guarda			Leiria			Lisboa		
			Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
OCEÂNIA		Tajiquistão	HM															1	1	
			H																	
			M															1	1	
		Timor Leste	HM	23	23		15	15		7	7				3	3		14	5	9
			H	6	6		13	13		7	7				3	3		5	5	3
			M	17	17		2	2												6
		Turquemenistão	HM															3	3	
			H															3	3	
			M																	
		Uzbequistão	HM	123	123					135	135		1	1		227	227		62	62
			H	89	89					107	107		1	1		146	146		34	34
			M	34	34					28	28				81	81		28	28	
		Vietname	HM	3	3		1	1		1	1							14	14	
			H	2	2													7	7	
			M	1	1		1	1		1	1							7	7	
	Total Continente	HM	4	4		2	2		75	74	1				8	8		78	77	1
			H	1	1		2	2		41	40	1			4	4		36	36	
			M	3	3					34	34				4	4		42	41	1
		Austrália	HM	4	4		1	1		64	63	1			8	8		60	59	1
			H	1	1		1	1		36	36	1			4	4		28	28	
			M	3	3					27	27				4	4		31	31	1
		Cook (Ilhas)	HM							1	1							2	2	
			H							1	1							2	2	
			M																	
		Fidji (Ilhas)	HM							2	2							1	1	
			H							1	1									
			M							1	1							1	1	
		Nauru	HM															1	1	
			H																	
			M															1	1	
		Nova Zelândia	HM				1	1		8	8							14	14	
			H				1	1		2	2							6	6	
			M							6	6							8	8	
	Total Continente	HM	6	6					11	11		2	2		2	2		46	46	
			H	1	1					9	9		1	1		2	2		26	26
			M	5	5					2	2		1	1				20	20	
		Apátrida	HM							4	4				1	1		19	19	
			H							3	3				1	1		13	13	
			M							1	1							6	6	
		Desconhecido	HM	6	6					6	6		2	2		1	1		26	26
			H	1	1					5	5		1	1		1	1		13	13
			M	5	5					1	1		1	1				13	13	
		Reino Unido (British Subject)	HM							1	1							1	1	
			H							1	1									
			M															1	1	

Nacionalidade e Sexo																					
		Portalegre			Porto			Santarém			Setúbal			Viana do Castelo			Vila Real				
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD		
Total Global		HM	2801	2800	1	28107	27889	218	14416	14398	18	49309	49094	215	3141	3141		2098	2095	3	
		H	1491	1490	1	14284	14172	112	7667	7661	6	24859	24755	104	1731	1731		1020	1019	1	
		M	1310	1310		13823	13717	106	6749	6737	12	24450	24339	111	1410	1410		1078	1076	2	
EUROPA	Total Continente	HM	1813	1813		10299	10293	6	7905	7904	1	13323	13323		1454	1454		1079	1079		
		H	1023	1023		5734	5731	3	4440	4440		7390	7390		897	897		609	609		
		M	790	790		4565	4562	3	3465	3464	1	5933	5933		557	557		470	470		
	UE (União Europeia)	Total Zona	HM	1126	1126		4696	4696		2933	2933		6582	6582		934	934		662	662	
			H	613	613		2524	2524		1608	1608		3760	3760		584	584		370	370	
			M	513	513		2172	2172		1325	1325		2822	2822		350	350		292	292	
		Alemanha	HM	34	34		642	642		127	127		389	389		39	39		21	21	
			H	18	18		351	351		70	70		210	210		24	24		14	14	
			M	16	16		291	291		57	57		179	179		15	15		7	7	
		Áustria	HM				39	39		14	14		25	25					1	1	
			H				23	23		10	10		15	15							
			M				16	16		4	4		10	10					1	1	
		Bélgica	HM	14	14		66	66		37	37		102	102		15	15		11	11	
			H	8	8		38	38		20	20		53	53		6	6		7	7	
			M	6	6		28	28		17	17		49	49		9	9		4	4	
		Bulgária	HM	166	166		265	265		192	192		563	563		26	26		43	43	
			H	103	103		141	141		107	107		337	337		12	12		23	23	
			M	63	63		124	124		85	85		226	226		14	14		20	20	
		Chipre	HM				1	1													
			H																		
			M				1	1													
		Dinamarca	HM				53	53		4	4		17	17		5	5				
			H				30	30		3	3		12	12		3	3				
			M				23	23		1	1		5	5		2	2				
		Eslováquia	HM				18	18		9	9		17	17					3	3	
			H				7	7		4	4		6	6							
			M				11	11		5	5		11	11					3	3	
		Eslovénia	HM				3	3		1	1		1	1							
			H				1	1					1	1							
			M				2	2		1	1										
		Espanha	HM	145	145		1074	1074		155	155		522	522		487	487		252	252	
			H	66	66		601	601		63	63		285	285		345	345		124	124	
			M	79	79		473	473		92	92		237	237		142	142		128	128	
		Estónia	HM				8	8		1	1		7	7							
			H				1	1					2	2							
			M				7	7		1	1		5	5							
		Finlândia	HM	1	1		34	34		7	7		7	7		3	3				
			H				11	11		5	5		5	5		1	1				
			M	1	1		23	23		2	2		2	2		2	2				

Nacionalidade e Sexo																			
		Portalegre			Porto			Santarém			Setúbal			Viana do Castelo			Vila Real		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
	França	HM	27	27		433	433		153	153		229	229		89	89		71	71
		H	15	15		230	230		86	86		122	122		44	44		44	44
		M	12	12		203	203		67	67		107	107		45	45		27	27
	Grécia	HM				11	11		5	5		5	5		2	2			
		H				3	3		2	2		2	2		1	1			
		M				8	8		3	3		3	3		1	1			
	Holanda	HM	68	68		142	142		184	184		192	192		30	30		14	14
		H	35	35		100	100		105	105		109	109		17	17		10	10
		M	33	33		42	42		79	79		83	83		13	13		4	4
	Hungria	HM	3	3		66	66		4	4		17	17		1	1		4	4
		H	1	1		16	16					3	3						
		M	2	2		50	50		4	4		14	14		1	1		4	4
	Irlanda	HM	4	4		15	15		12	12		12	12					1	1
		H	2	2		7	7		6	6		5	5						
		M	2	2		8	8		6	6		7	7					1	1
	Itália	HM	33	33		452	452		122	122		247	247		35	35		22	22
		H	20	20		302	302		70	70		172	172		23	23		13	13
		M	13	13		150	150		52	52		75	75		12	12		9	9
	Letónia	HM				33	33		1	1		35	35		1	1		2	2
		H				10	10					12	12					1	1
		M				23	23		1	1		23	23		1	1		1	1
	Lituânia	HM	19	19		82	82		29	29		25	25		3	3		3	3
		H	11	11		25	25		9	9		17	17		3	3		2	2
		M	8	8		57	57		20	20		8	8					1	1
	Luxemburgo	HM	1	1		4	4		3	3		3	3					10	10
		H	1	1		3	3		1	1		3	3					5	5
		M				1	1		2	2								5	5
	Malta	HM				1	1					1	1						
		H										1	1						
		M				1	1												
	Polónia	HM	2	2		165	165		21	21		60	60		4	4		6	6
		H				49	49		4	4		13	13					2	2
		M	2	2		116	116		17	17		47	47		4	4		4	4
	Reino Unido	HM	78	78		473	473		155	155		177	177		105	105		23	23
		H	36	36		257	257		74	74		97	97		49	49		14	14
		M	42	42		216	216		81	81		80	80		56	56		9	9
	República Checa	HM	2	2		27	27		2	2		12	12					1	1
		H				9	9					4	4						
		M	2	2		18	18		2	2		8	8					1	1
	Roménia	HM	528	528		524	524		1693	1693		3884	3884		85	85		174	174
		H	297	297		273	273		968	968		2254	2254		54	54		111	111
		M	231	231		251	251		725	725		1630	1630		31	31		63	63
	Suécia	HM	1	1		65	65		2	2		33	33		4	4			
		H				36	36		1	1		20	20		2	2			
		M	1	1		29	29		1	1		13	13		2	2			

Nacionalidade e Sexo																				
			Portalegre			Porto			Santarém			Setúbal			Viana do Castelo			Vila Real		
			Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
EEE (não UE)	Total Zona	HM	1	1		18	18		4	4		17	17		9	9				
		H	1	1		13	13		1	1		16	16		4	4				
		M				5	5		3	3		1	1		5	5				
	Islândia	HM				3	3		1	1		1	1							
		H				3	3					1	1							
		M							1	1										
	Liechtenstein	HM				1	1													
		H				1	1													
		M																		
	Noruega	HM	1	1		14	14		3	3		16	16		9	9				
		H	1	1		9	9		1	1		15	15		4	4				
		M				5	5		2	2		1	1		5	5				
EFTA (não EEE)	Total Zona	HM	5	5		57	57		19	19		38	38		11	11		13	13	
		H	3	3		31	31		11	11		24	24		5	5		9	9	
		M	2	2		26	26		8	8		14	14		6	6		4	4	
	Suíça	HM	5	5		57	57		19	19		38	38		11	11		13	13	
		H	3	3		31	31		11	11		24	24		5	5		9	9	
		M	2	2		26	26		8	8		14	14		6	6		4	4	
Europa Central e Oriental	Total Zona	HM	681	681		5463	5457	6	4942	4942		6670	6670		500	500		403	403	
		H	406	406		3125	3122	3	2816	2816		3579	3579		304	304		230	230	
		M	275	275		2338	2335	3	2126	2126		3091	3091		196	196		173	173	
	Albânia	HM				2	2		8	8										
		H							5	5										
		M				2	2		3	3										
	Bielorrússia	HM	14	14		111	111		37	37		59	59		2	2		2	2	
		H	5	5		61	61		18	18		27	27		1	1		1	1	
		M	9	9		50	50		19	19		32	32		1	1		1	1	
	Bósnia e Herzegovina	HM	2	2		5	5		1	1		7	7					4	4	
		H	1	1								3	3							
		M	1	1		5	5		1	1		4	4					4	4	
	Croácia	HM				12	12		1	1		4	4					1	1	
		H				6	6		1	1		2	2							
		M				6	6					2	2					1	1	
	Kosovo	HM							2	2										
		H							2	2										
		M																		
	Macedónia	HM				2	2					1	1							
		H																		
		M				2	2					1	1							
	Moldávia	HM	329	329		630	629	1	1002	1002		2882	2882		54	54		23	23	
		H	192	192		395	395	1	567	567		1583	1583		29	29		15	15	
		M	137	137		234	234		435	435		1299	1299		25	25		8	8	
	Montenegro	HM										2	2							
		H										1	1							
		M										1	1							

Nacionalidade e Sexo																					
				Portalegre			Porto			Santarém			Setúbal			Viana do Castelo			Vila Real		
				Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
ÁFRICA	Outros da Europa	Rússia	HM	10	10		642	641	1	135	135		525	525		52	52		25	25	
			H	6	6		293	293		60	60		235	235		30	30		10	10	
			M	4	4		348	348	1	75	75		290	290		22	22		15	15	
		Sérvia	HM	2	2		28	28		1	1		11	11							
			H	2	2		11	11		1	1		6	6							
			M				17	17					5	5							
		Ucrânia	HM	324	324		4031	4027	4	3755	3755		3179	3179		392	392		348	348	
			H	200	200		2356	2356	2	2162	2162		1722	1722		244	244		204	204	
			M	124	124		1671	1671	2	1593	1593		1457	1457		148	148		144	144	
		Total Zona	HM				65	65		7	6	1	16	16					1	1	
			H				41	41		4	4		11	11							
			M				24	24		3	2	1	5	5					1	1	
		Andorra	HM																		
			H																		
			M																		
		São Marino	HM																		
			H																		
			M																		
	Turquia	HM				65	65		7	6	1	16	16					1	1		
		H				41	41		4	4		11	11								
		M				24	24		2	2	1	5	5					1	1		
Total Continente	HM	151	151		4545	4489	56	1046	1038	8	19528	19348	180	376	376		216	216			
	H	71	71		2479	2459	20	527	523	4	9550	9479	71	191	191		88	88			
	M	80	80		2066	2030	36	519	515	4	9978	9869	109	185	185		128	128			
	África do Sul	HM				58	58		8	8		25	25		1	1		2	2		
		H				27	27		1	1		8	8					1	1		
		M				31	31		7	7		17	17		1	1		1	1		
	Angola	HM	40	40		1281	1259	22	293	290	3	4346	4333	13	51	51		51	51		
		H	20	20		648	648	7	130	130	1	2108	2108	9	27	27		15	15		
		M	20	20		611	611	15	160	160	2	2225	2225	4	24	24		36	36		
	Argélia	HM				32	32		4	4		25	25					2	2		
		H				22	22		2	2		15	15					2	2		
		M				10	10		2	2		10	10								
	Benin	HM				1	1		1	1		8	8								
		H				1	1					7	7								
		M							1	1		1	1								
	Botswana	HM																2	2		
		H																2	2		
		M																			
	Burkina-Faso	HM							1	1											
		H																			
		M							1	1											
	Burundi	HM																			
		H																			
		M																			

Nacionalidade e Sexo																			
		Portalegre			Porto			Santarém			Setúbal			Viana do Castelo			Vila Real		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
	Cabo Verde	HM	73	73		1443	1432	11	304	302	2	9049	8998	51	252	252		91	91
		H	33	33		683	683	4	157	157	1	4307	4307	17	122	122		20	20
		M	40	40		749	749	7	145	145	1	4691	4691	34	130	130		71	71
	Camarões	HM				20	20		2	2		5	5						
		H				10	10		2	2		3	3						
		M				10	10					2	2						
	Chade	HM																	
		H																	
		M																	
	Comores	HM										1	1						
		H																	
		M										1	1						
	Congo	HM				3	3		1	1		24	24					4	4
		H				2	2					7	7					2	2
		M				1	1		1	1		17	17					2	2
	Congo (República Democrática)	HM				10	10					22	22		1	1		3	3
		H				6	6					10	10					2	2
		M				4	4					12	12		1	1		1	1
	Costa do Marfim	HM				7	7					31	31					3	3
		H				7	7					24	24					3	3
		M										7	7						
	Djibuti	HM																	
		H																	
		M																	
	Egipto	HM				35	35		5	5		25	25		1	1		2	2
		H				29	29		5	5		21	21		1	1		1	1
		M				6	6					4	4					1	1
	Eritreia	HM																	
		H																	
		M																	
	Etiópia	HM				1	1												
		H																	
		M				1	1												
	Gabão	HM				3	3											1	1
		H				2	2											1	1
		M				1	1												
	Gâmbia	HM				1		1				6	6						
		H				1		1				5	5						
		M										1	1						
	Gana	HM				53	53					7	7					1	1
		H				42	42					4	4					1	1
		M				11	11					3	3						
	Guiné	HM	1	1		26	25	1				59	59					1	1
		H	1	1		19	19	1				43	43					1	1
		M				6	6					16	16						

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL - 2009

(Dados Provisórios | 21JUL2010)

Nacionalidade e Sexo																			
		Portalegre			Porto			Santarém			Setúbal			Viana do Castelo			Vila Real		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
	Guiné Bissau	HM	10	10		509	502	7	133	132	1	2433	2381	52	18	18		14	14
		H	5	5		333	333	3	73	73	1	1349	1349	24	12	12		11	11
		M	5	5		169	169	4	59	59		1032	1032	28	6	6		3	3
	Guiné Equatorial	HM							1	1		2	2						
		H										1	1						
		M							1	1		1	1						
	Lesoto	HM																	
		H																	
		M																	
	Libéria	HM										2	2						
		H										2	2						
		M																	
	Líbia	HM				1	1												
		H				1	1												
		M																	
	Madagáscar	HM				1	1												
		H				1	1												
		M																	
	Malawi	HM				1	1												
		H																	
		M				1	1												
	Mali	HM				12	11	1	3	3		12	12						
		H				9	9	1	1	1		11	11						
		M				2	2		2	2		1	1						
	Marrocos	HM	11	11		349	349		72	72		122	122		24	24		15	15
		H	7	7		260	260		46	46		63	63		15	15		10	10
		M	4	4		89	89		26	26		59	59		9	9		5	5
	Maurícias (Ilhas)	HM							1	1									
		H																	
		M							1	1									
	Mauritânia	HM				2	2					2	2						
		H				2	2					2	2						
		M																	
	Moçambique	HM	11	11		247	243	4	94	94		453	451	2	1	1		7	7
		H	2	2		95	95		35	35		195	195	1				4	4
		M	9	9		148	148	4	59	59		256	256	1	1	1		3	3
	Namíbia	HM										1	1						
		H																	
		M										1	1						
	Níger	HM																	
		H																	
		M																	
	Nigéria	HM				26	26		4	4		25	25		1	1			
		H				15	15		1	1		15	15		1	1			
		M				11	11		3	3		10	10						

Nacionalidade e Sexo																			
		Portalegre			Porto			Santarém			Setúbal			Viana do Castelo			Vila Real		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
		Quénia	HM	1	1		3	2	1	1	1	1	3	3					
			H	1	1		1	1		1	1		1	1					
			M				1	1	1			2	2						
		República Centro Africana	HM																
			H																
			M																
		Ruanda	HM			4	4		1	1		2	2						
			H			4	4		1	1		1	1						
			M									1	1						
		São Tomé e Príncipe	HM	3	3	285	280	5	86	84	2	2690	2628	62	22	22	6	6	
			H	1	1	139	139	1	45	45	1	1193	1193	20	9	9	4	4	
			M	2	2	141	141	4	39	39	1	1435	1435	42	13	13	2	2	
		Senegal	HM	1	1	103	102	1	16	16		111	111		1	1	9	9	
			H	1	1	87	87		14	14		64	64		1	1	6	6	
			M			15	15	1	2	2		47	47				3	3	
		Serra Leoa	HM									9	9						
			H									6	6						
			M									3	3						
		Seychelles	HM									1	1		1	1			
			H												1	1			
			M									1	1						
		Suazilândia	HM			2	2					3	3						
			H									1	1						
			M			2	2					2	2						
		Sudão	HM					1	1										
			H																
			M					1	1										
		Tanzânia	HM			1	1		2	2		11	11						
			H			1	1					5	5						
			M						2	2		6	6						
		Togo	HM					1	1			4	4				1	1	
			H					1	1			4	4				1	1	
			M																
		Tunísia	HM			18	16	2	10	10		3	3		2	2	1	1	
			H			12	12	2	8	8		3	3		2	2	1	1	
			M			4	4		2	2									
		Uganda	HM			3	3					1	1						
			H																
			M			3	3					1	1						
		Zâmbia	HM			1	1		1	1		1	1						
			H																
			M			1	1		1	1		1	1						
		Zimbabwe	HM			3	3					4	4						
			H			1	1					1	1						
			M			2	2					3	3						

Nacionalidade e Sexo																			
		Portalegre			Porto			Santarém			Setúbal			Viana do Castelo			Vila Real		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
AMÉRICA	Total Continente	HM	674	673	1	10105	9960	145	4161	4156	5	14428	14423	5	1039	1039	618	615	3
		H	289	288	1	4258	4177	81	1942	1940	2	6740	6737	3	493	493	214	213	1
		M	385	385		5847	5783	64	2219	2216	3	7688	7686	2	546	546	404	402	2
		HM	8	8		73	72	1	16	15	1	37	37		3	3	5	4	1
	Argentina	H	4	4		36	36	1	10	10	1	17	17		1	1	1	1	1
		M	4	4		36	36		5	5		20	20		2	2	3	3	
	Barbados	HM				4	4										1	1	
		H																	
		M				4	4										1	1	
	Belize	HM										1	1						
		H																	
		M										1	1						
	Bermudas	HM																	
		H																	
		M																	
	Bolívia	HM				7	7		4	4		7	7				1	1	
		H				1	1		1	1		2	2						
		M				6	6		3	3		5	5				1	1	
	Brasil	HM	631	631		9136	9040	96	3964	3960	4	14011	14006	5	948	948	524	523	1
		H	271	271		3704	3704	38	1852	1852	1	6566	6566	3	457	457	181	181	
		M	360	360		5336	5336	58	2108	2108	3	7440	7440	2	491	491	342	342	1
	Canadá	HM	1	1		18	18		32	32		23	23		6	6	1	1	
		H				11	11		19	19		15	15		4	4			
		M	1	1		7	7		13	13		8	8		2	2	1	1	
	Chile	HM	2	2		24	23	1	4	4		16	16		1	1	2	2	
		H				9	9	1	1	1		7	7		1	1	1	1	
		M	2	2		14	14		3	3		9	9				1	1	
	Colômbia	HM	7	7		66	65	1	26	26		44	44		11	11	11	11	
		H	5	5		19	19	1	9	9		9	9		2	2	2	2	
		M	2	2		46	46		17	17		35	35		9	9	9	9	
	Costa Rica	HM				4	3	1	1	1		1	1						
		H							1	1		1	1						
		M				3	3	1											
	Cuba	HM	2	2		109	106	3	18	18		68	68		9	9	8	8	
		H	2	2		62	62	2	6	6		30	30		5	5	4	4	
		M				44	44	1	12	12		38	38		4	4	4	4	
	Dominica	HM													1	1	1	1	
		H																	
		M													1	1	1	1	
	El Salvador	HM				2	2		1	1		1	1						
		H				1	1		1	1									
		M				1	1					1	1						
	Equador	HM	2	2		80	80		9	9		22	22		3	3	9	9	
		H	1	1		44	44		4	4		9	9		1	1	3	3	
		M	1	1		36	36		5	5		13	13		2	2	6	6	

Nacionalidade e Sexo																			
		Portalegre			Porto			Santarém			Setúbal			Viana do Castelo			Vila Real		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
Estados Unidos da América	HM	13	13		250	211	39	45	45		66	66		29	29		30	30	
	H	4	4		143	143	37	22	22		31	31		14	14		12	12	
	M	9	9		68	68	2	23	23		35	35		15	15		18	18	
Granada	HM																		
	H																		
	M																		
Guatemala	HM							2	2		10	10		1	1				
	H										5	5							
	M							2	2		5	5		1	1				
Guiana	HM																1	1	
	H																1	1	
	M																		
Haiti	HM				3	3													
	H				1	1													
	M				2	2													
Honduras	HM				5	5					2	2							
	H				2	2													
	M				3	3					2	2							
Jamaica	HM				2	1	1												
	H				1	1	1												
	M																		
México	HM	3	2	1	37	35	2	8	8		29	29		2	2		3	2	1
	H			1	18	18		3	3		12	12					1	1	
	M	2	2		17	17	2	5	5		17	17		2	2		1	1	1
Nicarágua	HM	1	1		1	1					2	2							
	H																		
	M	1	1		1	1					2	2							
Panamá	HM				4	4					6	6							
	H										2	2							
	M				4	4					4	4							
Paraguai	HM	1	1		8	8		1	1		7	7		3	3				
	H				2	2					2	2							
	M	1	1		6	6		1	1		5	5		3	3				
Peru	HM	1	1		41	41		12	12		16	16		3	3		1	1	
	H				16	16		6	6		8	8					1	1	
	M	1	1		25	25		6	6		8	8		3	3				
República Dominicana	HM				11	11		2	2		3	3		3	3		5	5	
	H				4	4		1	1		1	1		1	1		1	1	
	M				7	7		1	1		2	2		2	2		4	4	
São Vicente e Granadinas	HM				1	1													
	H				1	1													
	M																		
Suriname	HM							1	1										
	H																		
	M							1	1										

Nacionalidade e Sexo																				
			Portalegre			Porto			Santarém			Setúbal			Viana do Castelo			Vila Real		
			Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
ÁSIA	Trindade e Tobago	HM																		
		H																		
		M																		
	Uruguai	HM				10	10					8	8		1	1		5	5	
		H				10	10					3	3					1	1	
		M										5	5		1	1		4	4	
	Venezuela	HM	2	2		209	209		15	15		48	48		15	15		10	10	
		H	1	1		92	92		4	4		17	17		7	7		4	4	
		M	1	1		117	117		11	11		31	31		8	8		6	6	
	Total Continente		HM	161	161	3140	3129	11	1293	1289	4	2016	1986	30	271	271		185	185	
		H	107	107		1804	1796	8	750	750		1169	1139	30	150	150		109	109	
		M	54	54		1336	1333	3	543	539	4	847	847		121	121		76	76	
	Afeganistão	HM										1	1							
		H										1	1							
		M																		
	Arábia Saudita	HM																		
		H																		
		M																		
	Arménia	HM				3	3		5	5		7	7		1	1				
		H							2	2		4	4							
		M				3	3		3	3		3	3		1	1				
	Azerbaijão	HM							2	2					2	2				
		H													2	2				
		M							2	2										
	Bahrein	HM				1	1													
		H				1	1													
		M																		
	Bangladesh	HM	7	7		161	161		2	2		92	92		20	20				
		H	4	4		115	115		1	1		71	71		14	14				
		M	3	3		46	46		1	1		21	21		6	6				
	Butão	HM																		
		H																		
		M																		
	Cambodja	HM	1	1		2	2					11	11							
		H	1	1		2	2					11	11							
		M																		
	Cazaquistão	HM	3	3		105	105		12	12		18	18		18	18		2	2	
		H	2	2		55	55		7	7		5	5		9	9		2	2	
		M	1	1		50	50		5	5		13	13		9	9				
	China	HM	108	108		1965	1962	3	853	853		1135	1134	1	155	155		140	140	
		H	64	64		1034	1034	3	464	464		588	588	1	71	71		75	75	
		M	44	44		928	928		389	389		546	546		84	84		65	65	
	Coreia do Norte	HM																		
		H																		
		M																		

Nacionalidade e Sexo																			
		Portalegre			Porto			Santarém			Setúbal			Viana do Castelo			Vila Real		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
Coreia do Sul	HM				4	4					1	1							
	H				1	1													
	M				3	3					1	1							
Emiratos Árabes Unidos	HM																		
	H																		
	M																		
Filipinas	HM				15	15		27	26	1	37	37		10	10				
	H				3	3		1	1		7	7		10	10				
	M				12	12		25	25	1	30	30							
Geórgia	HM	31	31		108	108		72	72		55	55		6	6		10	10	
	H	27	27		83	83		50	50		38	38		6	6		8	8	
	M	4	4		25	25		22	22		17	17					2	2	
Hong-Kong	HM				1	1					1	1							
	H																		
	M				1	1					1	1							
Iémen	HM																		
	H																		
	M																		
Índia	HM	9	9		311	305	6	102	102		303	302	1	17	17		6	6	
	H	7	7		208	208	4	77	77		215	215	1	14	14		4	4	
	M	2	2		97	97	2	25	25		87	87		3	3		2	2	
Indonésia	HM				1	1		2	2		13	13		1	1				
	H							1	1		11	11							
	M				1	1		1	1		2	2		1	1				
Irão	HM				18	18					18	18							
	H				10	10					7	7							
	M				8	8					11	11							
Iraque	HM							5	5		4	4							
	H							1	1		3	3							
	M							4	4		1	1							
Israel	HM	1	1		10	10					7	7							
	H	1	1		3	3					5	5							
	M				7	7					2	2							
Japão	HM	1	1		70	69	1	10	10		28	28		9	9		1	1	
	H	1	1		29	29		8	8		11	11		5	5		1	1	
	M				40	40	1	2	2		17	17		4	4				
Jordânia	HM				2	2		1	1		2	2							
	H				2	2					1	1							
	M							1	1		1	1							
Kuwait	HM																		
	H																		
	M																		
Laos	HM																		
	H																		
	M																		

Nacionalidade e Sexo																			
		Portalegre			Porto			Santarém			Setúbal			Viana do Castelo			Vila Real		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
	Líbano	HM			4	4		1	1		4	4							
		H			3	3					3	3							
		M			1	1		1	1		1	1							
	Macau	HM																	
		H																	
		M																	
	Malásia	HM			11	11					1	1							
		H			5	5													
		M			6	6					1	1							
	Mongólia	HM			3	3													
		H			2	2													
		M			1	1													
	Myanmar (Birmânia)	HM						1	1										
		H						1	1										
		M																	
	Nepal	HM			19	19		3	3		5	5		15	15				
		H			13	13		1	1		3	3		8	8				
		M			6	6		2	2		2	2		7	7				
	Oman	HM																	
		H																	
		M																	
	Palestina	HM									5	5							
		H									3	3							
		M									2	2							
	Paquistão	HM			196	196		120	120		160	160		7	7		6	6	
		H			149	149		87	87		102	102		7	7		5	5	
		M			47	47		33	33		58	58					1	1	
	Quirguistão	HM									14	14					5	5	
		H									6	6					4	4	
		M									8	8					1	1	
	Singapura	HM			3	3					1	1							
		H																	
		M			3	3					1	1							
	Síria	HM			2	2		3	3		4	4		1	1				
		H			2	2		1	1		3	3							
		M						2	2		1	1		1	1				
	Sri Lanka	HM			1	1													
		H			1	1													
		M																	
	Tailândia	HM			12	12		11	11		38	38		4	4		2	2	
		H			4	4		11	11		30	30		1	1				
		M			8	8					8	8		3	3		2	2	
	Taiwan	HM			3	3		2	2		1	1							
		H			2	2		2	2		1	1							
		M			1	1													

Nacionalidade e Sexo																												
				Portalegre			Porto			Santarém			Setúbal			Viana do Castelo			Vila Real									
				Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD							
OCEÂNIA		Tajiquistão	HM											1	1													
			H											1	1													
			M																									
		Timor Leste	HM	6										6	7	4	3	3	3									
			H	5										5	2	2	1	1										
			M	1										1	2	2	3	2	2									
		Turquemenistão	HM																									
			H																									
			M																									
		Uzbequistão	HM	100										100	52	52	18	18	5	5	13	13						
			H	62										62	33	33	8	8	3	3	10	10						
			M	38										38	19	19	10	10	2	2	3	3						
		Vietname	HM	3										2	1	28	28											
			H	2										2	1	28												
			M																									
	Total Continente	HM	2	2	12										12	10	10	9	9	1	1							
		H	1	1	6										6	8	8	6	6									
		M	1	1	6										6	2	2	3	3	1	1							
		Austrália	HM	2	2	11										11	10	10	7	7	1	1						
			H	1	1	5										5	8	8	5	5								
			M	1	1	6										6	2	2	2	2	1	1						
Cook (Ilhas)		HM																										
		H																										
		M																										
Fidji (Ilhas)		HM																										
		H																										
		M																										
Nauru		HM																										
		H																										
		M																										
Nova Zelândia		HM	1										1	2										2				
		H	1										1	1										1				
		M												1										1				
		Total Continente	HM	6										6	1	1	5	5										
	H		3										3	4										4				
	M		3										3	1	1	1	1											
	Apátrida	HM	6										6	1										1				
		H	3										3	1										1				
		M	3										3															
	Desconhecido	HM												1	1	4	4											
		H												3										3				
		M												1	1	1	1											
	Reino Unido (British Subject)	HM																										
		H																										
		M																										

Nacionalidade e Sexo												
		Viseu			Madeira			Açores				
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD		
Total Global		HM	4678	4673	5	7105	7090	15	3534	3526	8	
		H	2552	2549	3	3769	3764	5	2022	2018	4	
		M	2126	2124	2	3336	3326	10	1512	1508	4	
EUROPA	Total Continente		HM	2273	2272	1	3981	3977	4	1250	1250	
			H	1361	1360	1	2135	2134	1	723	723	
			M	912	912		1846	1843	3	527	527	
	UE (União Europeia)	Total Zona	HM	1101	1101		2828	2828		852	852	
			H	635	635		1502	1502		468	468	
			M	466	466		1326	1326		384	384	
	Alemanha	HM	80	80		429	429		317	317		
		H	36	36		210	210		178	178		
		M	44	44		219	219		139	139		
	Áustria	HM	3	3		44	44		17	17		
		H	2	2		24	24		7	7		
		M	1	1		20	20		10	10		
	Bélgica	HM	23	23		34	34		29	29		
		H	12	12		20	20		18	18		
		M	11	11		14	14		11	11		
	Bulgária	HM	332	332		6	6		7	7		
		H	217	217		4	4		2	2		
		M	115	115		2	2		5	5		
	Chipre	HM										
		H										
		M										
	Dinamarca	HM	2	2		31	31		15	15		
		H	2	2		14	14		6	6		
		M				17	17		9	9		
	Eslováquia	HM	1	1		7	7		1	1		
		H				3	3					
		M	1	1		4	4		1	1		
	Eslovénia	HM	1	1		4	4					
		H				2	2					
		M	1	1		2	2					
	Espanha	HM	106	106		133	133		110	110		
		H	52	52		74	74		58	58		
		M	54	54		59	59		52	52		
	Estónia	HM				7	7		1	1		
		H				1	1					
		M				6	6		1	1		
	Finlândia	HM	1	1		64	64		3	3		
		H	1	1		23	23		3	3		
		M				41	41					

Nacionalidade e Sexo											
		Viseu			Madeira			Açores			
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	
	França	HM	106	106		156	156		62	62	
		H	54	54		88	88		34	34	
		M	52	52		68	68		28	28	
	Grécia	HM				10	10		6	6	
		H				8	8				
		M				2	2		6	6	
	Holanda	HM	52	52		112	112		36	36	
		H	28	28		54	54		18	18	
		M	24	24		58	58		18	18	
	Hungria	HM	3	3		24	24		2	2	
		H				10	10		1	1	
		M	3	3		14	14		1	1	
	Irlanda	HM	2	2		42	42		11	11	
		H	1	1		20	20		6	6	
		M	1	1		22	22		5	5	
	Itália	HM	84	84		224	224		57	57	
		H	57	57		139	139		35	35	
		M	27	27		85	85		22	22	
	Letónia	HM				5	5		10	10	
		H							5	5	
		M				5	5		5	5	
	Lituânia	HM	6	6		32	32		4	4	
		H	2	2		17	17		1	1	
		M	4	4		15	15		3	3	
	Luxemburgo	HM	9	9		4	4		2	2	
		H	7	7		2	2		2	2	
		M	2	2		2	2				
	Malta	HM	1	1					2	2	
		H	1	1					1	1	
		M							1	1	
	Polónia	HM	14	14		33	33		4	4	
		H	2	2		13	13				
		M	12	12		20	20		4	4	
	Reino Unido	HM	60	60		912	912		92	92	
		H	39	39		505	505		52	52	
		M	21	21		407	407		40	40	
	República Checa	HM	2	2		8	8				
		H				4	4				
		M	2	2		4	4				
	Roménia	HM	212	212		382	382		49	49	
		H	122	122		215	215		31	31	
		M	90	90		167	167		18	18	
	Suécia	HM	1	1		125	125		15	15	
		H				52	52		10	10	
		M	1	1		73	73		5	5	

Nacionalidade e Sexo										
		Viseu			Madeira			Açores		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
EEE (não UE)	Total Zona	HM	7	7		37	37		5	5
		H	3	3		17	17		3	3
		M	4	4		20	20		2	2
	Islândia	HM				1	1			
		H				1	1			
		M								
	Liechtenstein	HM								
		H								
		M								
	Noruega	HM	7	7		36	36		5	5
		H	3	3		16	16		3	3
		M	4	4		20	20		2	2
EFTA (não EEE)	Total Zona	HM	29	29		58	58		28	28
		H	17	17		34	34		15	15
		M	12	12		24	24		13	13
	Suíça	HM	29	29		58	58		28	28
		H	17	17		34	34		15	15
		M	12	12		24	24		13	13
Europa Central e Oriental	Total Zona	HM	1133	1132	1	1050	1046	4	363	363
		H	704	703	1	577	576	1	235	235
		M	429	429		473	470	3	128	128
	Albânia	HM							1	1
		H							1	1
		M								
	Bielorrússia	HM	32	32		34	34		5	5
		H	14	14		22	22		2	2
		M	18	18		12	12		3	3
	Bósnia e Herzegovina	HM	1	1		3	3			
		H	1	1		1	1			
		M				2	2			
	Croácia	HM				4	4			
		H				3	3			
		M				1	1			
	Kosovo	HM								
		H								
		M								
	Macedónia	HM							3	3
		H							1	1
		M							2	2
	Moldávia	HM	153	153		187	187		41	41
		H	93	93		101	101		29	29
		M	60	60		86	86		12	12
	Montenegro	HM				1	1			
		H				1	1			
		M								

Nacionalidade e Sexo												
				Viseu			Madeira			Açores		
				Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
		Rússia	HM	66	66		121	118	3	28	28	
			H	29	29		50	50		17	17	
			M	37	37		68	68	3	11	11	
		Sérvia	HM	1	1		18	17	1	3	3	
			H	1	1		9	9	1	1	1	
			M				8	8		2	2	
		Ucrânia	HM	880	879	1	682	682		282	282	
			H	565	565	1	389	389		184	184	
			M	314	314		293	293		98	98	
	Outros da Europa	Total Zona	HM	3	3		8	8		2	2	
			H	2	2		5	5		2	2	
			M	1	1		3	3				
		Andorra	HM									
			H									
			M									
		São Marino	HM									
			H									
			M									
		Turquia	HM	3	3		8	8		2	2	
			H	2	2		5	5		2	2	
			M	1	1		3	3				
ÁFRICA	Total Continente		HM	669	669		503	502	1	714	712	2
			H	358	358		337	337		495	493	2
			M	311	311		166	165	1	219	219	
	África do Sul		HM	4	4		91	91		9	9	
			H	2	2		38	38		5	5	
			M	2	2		53	53		4	4	
	Angola		HM	138	138		62	62		56	55	1
			H	70	70		39	39		36	36	1
			M	68	68		23	23		19	19	
	Argélia		HM				1	1		1	1	
			H				1	1		1	1	
			M									
	Benin		HM									
			H									
			M									
	Botswana		HM									
			H									
			M									
	Burkina-Faso		HM									
			H									
			M									
	Burundi		HM									
			H									
			M									

Nacionalidade e Sexo										
		Viseu			Madeira			Açores		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
	Cabo Verde	HM	301	301	112	111	1	513	512	1
		H	157	157	72	72		347	347	1
		M	144	144	39	39	1	165	165	
	Camarões	HM	2	2	1	1				
		H	1	1	1	1				
		M	1	1						
	Chade	HM								
		H								
		M								
	Comores	HM								
		H								
		M								
	Congo	HM	3	3						
		H	1	1						
		M	2	2						
	Congo (República Democrática)	HM	1	1						
		H								
		M	1	1						
	Costa do Marfim	HM			1	1		2	2	
		H			1	1		1	1	
		M						1	1	
	Djibuti	HM			1	1				
		H								
		M			1	1				
	Egipto	HM	4	4	2	2		3	3	
		H	2	2	2	2		2	2	
		M	2	2				1	1	
	Eritreia	HM								
		H								
		M								
	Etiópia	HM	1	1						
		H								
		M	1	1						
	Gabão	HM								
		H								
		M								
	Gâmbia	HM						1	1	
		H						1	1	
		M								
	Gana	HM								
		H								
		M								
	Guiné	HM	1	1	16	16		9	9	
		H	1	1	14	14		9	9	
		M			2	2				

Nacionalidade e Sexo											
		Viseu			Madeira			Açores			
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	
	Guiné Bissau	HM	20	20		158	158		59	59	
		H	14	14		133	133		49	49	
		M	6	6		25	25		10	10	
	Guiné Equatorial	HM							1	1	
		H							1	1	
		M									
	Lesoto	HM									
		H									
		M									
	Libéria	HM				2	2				
		H				2	2				
		M									
	Líbia	HM									
		H									
		M									
	Madagáscar	HM									
		H									
		M									
	Malawi	HM									
		H									
		M									
	Mali	HM							1	1	
		H							1	1	
		M									
	Marrocos	HM	31	31		13	13		3	3	
		H	21	21		10	10		3	3	
		M	10	10		3	3				
	Maurícias (Ilhas)	HM				1	1				
		H									
		M				1	1				
	Mauritânia	HM									
		H									
		M									
	Moçambique	HM	71	71		12	12		16	16	
		H	32	32		6	6		10	10	
		M	39	39		6	6		6	6	
	Namíbia	HM				6	6				
		H				4	4				
		M				2	2				
	Níger	HM									
		H									
		M									
	Nigéria	HM	1	1					7	7	
		H							4	4	
		M	1	1					3	3	

Nacionalidade e Sexo										
		Viseu			Madeira			Açores		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
Quénia	HM				1	1		1	1	
	H				1	1				
	M							1	1	
República Centro Africana	HM									
	H									
	M									
Ruanda	HM	1	1							
	H	1	1							
	M									
São Tomé e Príncipe	HM	86	86		8	8		21	21	
	H	52	52		4	4		14	14	
	M	34	34		4	4		7	7	
Senegal	HM	1	1		12	12		8	8	
	H	1	1		8	8		8	8	
	M				4	4				
Serra Leoa	HM							1	1	
	H							1	1	
	M									
Seychelles	HM				2	2				
	H				1	1				
	M				1	1				
Suazilândia	HM									
	H									
	M									
Sudão	HM									
	H									
	M									
Tanzânia	HM									
	H									
	M									
Togo	HM									
	H									
	M									
Tunísia	HM	3	3							
	H	3	3							
	M									
Uganda	HM									
	H									
	M									
Zâmbia	HM									
	H									
	M									
Zimbabwe	HM				1	1		2	2	
	H									
	M				1	1		2	2	

Nacionalidade e Sexo											
			Viseu			Madeira			Açores		
			Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
AMÉRICA	Total Continente	HM	1360	1356	4	2193	2188	5	1317	1312	5
		H	630	628	2	1043	1041	2	659	658	1
		M	730	728	2	1150	1147	3	658	654	4
	Argentina	HM	13	12	1	8	8		7	7	
		H	8	8		5	5		2	2	
		M	4	4	1	3	3		5	5	
	Barbados	HM									
		H									
		M									
	Belize	HM									
		H									
		M									
	Bermudas	HM							6	6	
		H							4	4	
		M							2	2	
	Bolívia	HM	3	3		3	3		1	1	
		H									
		M	3	3		3	3		1	1	
	Brasil	HM	1233	1232	1	1300	1296	4	869	866	3
		H	569	569		631	631	1	426	426	
		M	663	663	1	665	665	3	440	440	3
	Canadá	HM	6	6		13	13		155	154	1
		H	4	4		8	8		87	87	1
		M	2	2		5	5		67	67	
	Chile	HM	4	4		2	2		3	3	
		H	1	1		2	2		2	2	
		M	3	3					1	1	
	Colômbia	HM	7	7		18	18		1	1	
		H	2	2		5	5		1	1	
		M	5	5		13	13				
	Costa Rica	HM				1	1				
		H									
		M				1	1				
	Cuba	HM	7	6	1	9	9		10	10	
		H	2	2	1	1	1		5	5	
		M	4	4		8	8		5	5	
	Dominica	HM				2	2				
		H									
		M				2	2				
	El Salvador	HM							1	1	
		H							1	1	
		M									
	Equador	HM	7	7		18	18		3	3	
		H	2	2		12	12		1	1	
		M	5	5		6	6		2	2	

Nacionalidade e Sexo										
		Viseu			Madeira			Açores		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
Estados Unidos da América	HM	53	53		47	46	1	246	245	1
	H	35	35		20	20	1	124	124	
	M	18	18		26	26		121	121	1
Granada	HM									
	H									
	M									
Guatemala	HM									
	H									
	M									
Guiana	HM									
	H									
	M									
Haiti	HM				1	1				
	H									
	M				1	1				
Honduras	HM				1	1				
	H									
	M				1	1				
Jamaica	HM							1	1	
	H							1	1	
	M									
México	HM	3	3		6	6		2	2	
	H				4	4		1	1	
	M	3	3		2	2		1	1	
Nicarágua	HM	1	1					1	1	
	H									
	M	1	1					1	1	
Panamá	HM				5	5		1	1	
	H				2	2				
	M				3	3		1	1	
Paraguai	HM				2	2				
	H				2	2				
	M									
Peru	HM	4	3	1	18	18		2	2	
	H			1	11	11				
	M	3	3		7	7		2	2	
República Dominicana	HM	1	1		3	3		1	1	
	H				1	1				
	M	1	1		2	2		1	1	
São Vicente e Granadinas	HM									
	H									
	M									
Suriname	HM									
	H									
	M									

Nacionalidade e Sexo											
			Viseu			Madeira			Açores		
			Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
ÁSIA	Total Continente	Trindade e Tobago	HM								
			H								
			M								
		Uruguai	HM	6	6	4	4		1	1	
			H			2	2		1	1	
			M	6	6	2	2				
		Venezuela	HM	12	12	732	732		6	6	
			H	5	5	335	335		2	2	
			M	7	7	397	397		4	4	
	Total Continente		HM	374	374	410	405	5	250	249	1
			H	203	203	243	241	2	144	143	1
			M	171	171	167	164	3	106	106	
	África	Afeganistão	HM								
			H								
			M								
		Arábia Saudita	HM								
			H								
			M								
		Arménia	HM			5	5				
			H			4	4				
			M			1	1				
		Azerbaijão	HM	1	1						
			H								
			M	1	1						
		Bahrein	HM								
			H								
			M								
		Bangladesh	HM	17	17	27	27		37	37	
			H	12	12	21	21		22	22	
			M	5	5	6	6		15	15	
		Butão	HM								
			H								
			M								
		Cambodja	HM	1	1				1	1	
			H	1	1				1	1	
			M								
		Cazaquistão	HM	4	4	4	4		2	2	
			H	1	1	2	2		2	2	
			M	3	3	2	2				
		China	HM	281	281	212	210	2	147	147	
			H	148	148	101	101	1	80	80	
			M	133	133	109	109	1	67	67	
		Coreia do Norte	HM			1	1				
			H								
			M			1	1				

Nacionalidade e Sexo										
		Viseu			Madeira			Açores		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
	Coreia do Sul	HM	1	1	2	1	1	1	1	1
		H	1	1						
		M			1	1	1	1	1	
	Emiratos Árabes Unidos	HM								
		H								
		M								
	Filipinas	HM	6	6	7	7		4	4	
		H			2	2				
		M	6	6	5	5		4	4	
	Geórgia	HM	5	5	22	22		13	13	
		H	4	4	17	17		11	11	
		M	1	1	5	5		2	2	
	Hong-Kong	HM								
		H								
		M								
	Iémen	HM								
		H								
		M								
	Índia	HM	32	32	27	27		14	14	
		H	25	25	21	21		11	11	
		M	7	7	6	6		3	3	
	Indonésia	HM	1	1	2	1	1			
		H					1			
		M	1	1	1	1				
	Irão	HM	2	2	1	1		3	3	
		H	2	2						
		M			1	1		3	3	
	Iraque	HM								
		H								
		M								
	Israel	HM			1	1				
		H			1	1				
		M								
	Japão	HM	1	1	5	5		2	2	
		H			4	4		2	2	
		M	1	1	1	1				
	Jordânia	HM								
		H								
		M								
	Kuwait	HM								
		H								
		M								
	Laos	HM						1	1	
		H								
		M						1	1	

Nacionalidade e Sexo										
		Viseu			Madeira			Açores		
		Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD
		Líbano	HM	1	1					
			H							
			M	1	1					
		Macau	HM							
			H							
			M							
		Malásia	HM	1	1					
			H							
			M	1	1					
		Mongólia	HM							
			H							
			M							
		Myanmar (Birmânia)	HM							
			H							
			M							
		Nepal	HM							
			H							
			M							
		Oman	HM							
			H							
			M							
		Palestina	HM							
			H							
			M							
		Paquistão	HM	2	2	30	30	18	17	1
			H	2	2	26	26	12	12	1
			M			4	4	5	5	
		Quirguistão	HM							
			H							
			M							
		Singapura	HM	1	1					
			H							
			M	1	1					
		Síria	HM	2	2	4	4			
			H	1	1	3	3			
			M	1	1	1	1			
		Sri Lanka	HM			1	1			
			H							
			M			1	1			
		Tailândia	HM			2	1	1	1	1
			H							
			M			1	1	1	1	1
		Taiwan	HM	1	1	3	3			
			H	1	1	1	1			
			M			2	2			

Nacionalidade e Sexo												
			Viseu			Madeira			Açores			
			Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	Total	TR	VLD	
OCEÂNIA		Tajiquistão	HM									
			H									
			M									
		Timor Leste	HM	4	4	1	1	3	3			
			H									
			M	4	4	1	1	3	3			
		Turquemenistão	HM									
			H									
			M									
		Uzbequistão	HM	9	9	52	52	3	3			
			H	5	5	38	38	2	2			
			M	4	4	14	14	1	1			
		Vietname	HM	1	1	1	1					
			H									
			M	1	1	1	1					
	Total Continente	HM	2	2	17	17	3	3				
		H			10	10	1	1				
		M	2	2	7	7	2	2				
		Austrália	HM	1	1	16	16	3	3			
			H			9	9	1	1			
			M	1	1	7	7	2	2			
		Cook (Ilhas)	HM									
			H									
			M									
		Fidji (Ilhas)	HM									
			H									
			M									
		Nauru	HM									
			H									
			M									
		Nova Zelândia	HM	1	1	1	1					
			H			1	1					
			M	1	1							
		Total Continente	HM				1	1				
			H				1	1				
			M									
	Apátrida	HM										
		H										
		M										
	Desconhecido	HM				1	1					
		H			1	1						
		M										
	Reino Unido (British Subject)	HM										
		H										
		M										



WWW.SEF.PT

AVENIDA DO CASAL DE CABANAS
URBANIZAÇÃO CABANAS GOLF Nº1
2734-506 BARCARENA

TELEFONE: +351 214 236 200

FAX: +351 214 236 640